

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROFISSÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
HISTÓRIAS SOBRE: THALES DE ASSIS MARTINS

Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa

Uberlândia

2015

Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa

PROFISSÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
HISTÓRIAS SOBRE: THALES DE ASSIS MARTINS

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Linha de pesquisa:

História e Historiografia da Educação Brasileira

Orientadora:

Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos

Uberlândia

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B238p
2015

Barbosa, Sérgio Sêrvulo Ribeiro, 1964-
Profissão professor de Educação Física [recurso eletrônico] :
histórias sobre: Thaies de Assis Martins / Sérgio Sêrvulo Ribeiro
Barbosa. - 2015.

Orientadora: Sônia Maria dos Santos.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.tc.2023.8068>

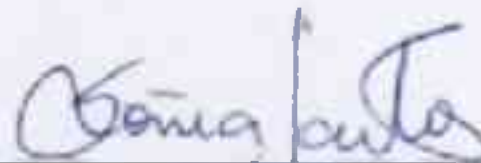
Inclui bibliografia.

I. Educação. I. Santos, Sônia Maria dos, 1960-. (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Profa. Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG



Prof. Dr. Vilma José Borges
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES



Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Resumo

Este trabalho trouxe como temática: PROFISSÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: HISTÓRIAS SOBRE: TALES DE ASSIS MARTINS, cujo objetivo foi investigar a historiografia local, reconstituindo a história e memória dos saberes e práticas de um professor de Educação Física, analisando o contexto, o lugar, o espaço, suas dificuldades, problemas, resistências, e principalmente qual foi o significado no ofício de ser professor de Educação Física no município de Uberlândia no período de 1940 a 1990. Buscou-se delimitar, inicialmente a história da Educação Física no Brasil, em Minas Gerais e em Uberlândia “lócus” da pesquisa e do desenvolvimento profissional do professor escolhido para este estudo. O presente estudo está situado no campo da historiografia da Educação mapeando achados da área da Educação Física; escolhemos a história cultural como aporte teórico, possibilitando assim cruzar fontes da história oral de vida com as fontes documentais e bibliográficas. O período desta pesquisa nos remete a lembranças de inúmeras imposições de normas que foram impostas pelos militares. A tese foi organizada em oito partes, sendo que a primeira parte traz a introdução, a segunda traz o primeiro capítulo que analisa as possibilidades de realizar esta pesquisa revelando o caminho metodológico, o qual denominamos de Percursos metodológicos: caminhos que se cruzam. A terceira parte nós trazemos a história da Educação Física no Brasil. A quarta parte aborda o tema Profissão professor de Educação Física. A quinta parte discute os achados da vida e da profissão do professor Thales. A sexta parte da continuidade a quarta e denominamos de THALES POR THALES. A sétima parte fechamos com as considerações finais, e a oitava e última parte traz as referências bibliográficas tão importantes para este estudo. Em relação aos objetivos propostos ao se investigar a história profissional de um professor de Educação Física do interior de um estado brasileiro na 2ª metade do século XX, demonstramos que os vários momentos históricos vivenciados pela Educação Física brasileira, desde a sua origem, passeando pelas crenças de cunho militarista e higienista no processo de constituição da área, a criação dos cursos de curta duração para a formação imediata de instrutores/monitores, e de normalistas para atuação na escola primária em todo País se entrelaçam com a história de vida deste professor, estabelecendo conexões que propiciam a sua jornada profissional.

Palavras-chave: História da Educação; História da Educação Física; Profissão professor.

Abstract

This work brought as a theme: PROFESSION TEACHER OF PHYSICAL EDUCATION: STORIES ABOUT: THALES DE ASSIS MARTINS, whose objective was to investigate the local history, retracing the history and memory of the knowledge and practices of a teacher of Physical Education, analyzing the context, the place, space, difficulties, problems, strengths, and especially what was the meaning in the office to be a physical education teacher in Uberlandia in the period 1940 to 1990. It sought to define initially the history of Physical Education in Brazil, in Minas Gerais and in Uberlandia locus of research and teacher professional development chosen for this study. This study is in the field of historiography of Education findings by mapping the area of Physical Education, we chose cultural history as theoretical framework, thus enabling cross sources of oral history of life with the documentary and bibliographic sources. The period of this research takes us back to memories of countless imposition of standards that have been imposed by the military. The thesis is organized into eight parts, with the first part presents the introduction, the second brings the first chapter that looks at ways to conduct this research revealing the methodological, who have called, methodological routes: intersecting paths. The third part brings the history of physical education in Brazil. The fourth part brings Occupation PE teacher. The fifth brings the findings of life and Thales teaching profession. The sixth part of the continuity and the fourth call of THALES IN THALES. The seventh part presents the final considerations, and the eighth and final part brings the references so important for this study. In relation to the proposed goals to his life story and professional demonstrated the various historical moments experienced by the Brazilian Physical Education, since its inception the militaristic nature of beliefs as a hygienist in the constitution of the area process, the creation of short courses for immediate training of trainers / instructors, and formalists to act in primary schools throughout the country.

Keywords: History of Education; History of Physical Education; Profession teacher.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Maria Rita Leal da Silveira Barbosa, por todo incentivo, apoio e amor.

Aos meus pais, por possibilitar e incentivar os meus estudos desde a pré-escola.

Ao meu filho Túlio, pela compreensão e paciência quando não podia dar-lhe a atenção devida.

À toda minha família também pelo apoio e incentivo.

À minha orientadora, Prof.^a. Sônia Maria dos Santos, pela orientação segura e dedicada e pelo apoio dado em todas as etapas do processo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação que muito contribuíram para a minha formação intelectual, bem como na construção desta pesquisa com excelentes aulas e discussões teóricas.

Aos professores da banca de qualificação pelas sugestões preciosas durante o processo de qualificação.

A todos os profissionais\técnicos administrativos do PPGED, representados aqui na pessoa de James Madson Mendonça.

Vocês foram fundamentais a conclusão dessa tese.

A todos minha sincera gratidão!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>Figura 1. Certificado de Registro do Professor de Educação Física.....</u>	90
<u>Figura 2 . Certificado de Registro de Professor</u>	91
<u>Figura 3. Certificado do I Jornada Internacional de Belo Horizonte</u>	101
<u>Figura 4. Curso de Atualização. Colégio Santo Agostinho em Belo Horizonte, 1975</u>	108
<u>Figura 5. Alunas em aula de Calistenia. Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. Uberlândia [s.d.] Arquivo Pessoal do Professor Thales de Assis Martins.....</u>	111
<u>Figura 6Fotos do Arquivo pessoal professor Thales de Assis Martins. 7 de setembro de 1963</u>	112
<u>Figura 7. Documento atestando participação em evento científico.....</u>	114
<u>Figura 8. Plano de aula – Educação Física Desportiva Generalizada.....</u>	115
<u>Figura 9. Plano de aula – Educação Física Desportiva Generalizada.....</u>	116
<u>Figura 10. Aula de Educação Física</u>	117
<u>.Figura 11 – Apostila de Recreação Prof. Odilon</u>	118
<u>Figura 12 – Apostila prof. Odilon Barbosa.....</u>	120
<u>Figura 13 – Jogos abertos do Interior do Brasil, Santos, 1948. Equipe campeã.....</u>	124
<u>Figura 14 – Equipe de Basquetebol. 4º lugar campeonato de Basquete do Interior de Minas, 1957.....</u>	124

LISTA DE ABREVIATURAS

UNITRI	Centro Universitário do Triângulo – Uberlândia
FAEFI/UFU	Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia
UTC	Uberlândia Tênis Clube
ABE	Associação Brasileira de Educação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
MEC-USAID	Ministério da Educação e Cultura-United States Agency for International Development
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTC	Minas Tênis Clube
DGPE	Diretoria Geral das Praças de Esporte de Minas Gerais
DEMG	Diretoria de Esportes de Minas Gerais
EEFMG	Escola de Educação Física de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo
UESU	União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia
TCC	Trabalhos de Conclusão de Curso
UDN	União Democrática Nacional
PSD	Partido Social-Democrata
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
MOBRAL	Movimento brasileiro de Alfabetização

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE	Erro! Indicador não definido.
INTRODUÇÃO	11
SEGUNDA PARTE	20
CAPITULO 1	20
1.2- O USO DE DOCUMENTOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA.....	25
1.3 - HISTÓRIA ORAL.....	29
1.4 - GÊNEROS DA HISTÓRIA ORAL.....	31
HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA.....	31
TRADIÇÃO ORAL	33
HISTÓRIA ORAL DE VIDA.....	34
1.5 - HISTÓRIA ORAL E VIDA DE PROFESSORES	36
TERCEIRA PARTE.....	43
CAPÍTULO II	43
HISTÓRIA DA EDUCACAO FISICA: EVIDÊNCIAS BRASILEIRAS	43
2.1- PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL.....	47
2.2-TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: 1891 a 1930.....	49
2.3-EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLA NOVA: INFLUÊNCIAS PSICO-PEDAGOGIZANTES	54
2.4-O TECNICISMO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA	55
2.5-A LDB DE 1971 E OS RUMOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL.....	61
2.6-A EDUCAÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS	66
2.7- A EDUCAÇÃO FÍSICA EM UBERLÂNDIA	71
QUARTA PARTE	75
CAPÍTULO III	75
PROFISSÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	75
QUINTA PARTE	88
CAPÍTULO IV	88
VIDA E PROFISSÃO DOCENTE: PROF. THALES DE ASSIS MARTINS	88
4.1-INFLUÊNCIAS TEÓRICAS NA CARREIRA PROFISSIONAL.....	94
4.2-FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	100
4.3-O PROFESSOR THALES E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	110
4.4-FEITOS ESPORTIVOS DO PROFESSOR THALES DE ASSIS MARTINS	122
SEXTA PARTE	126
CAPÍTULO V	126

SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: THALES POR THALES	126
5.1-HOMENAGENS RECEBIDAS.....	132
5.2-PROFISSIONAIS IMPORTANTES NA CARREIRA DO PROFESSOR THALES	133
SÉTIMA PARTE.....	137
CAPÍTULO VI	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
OITAVA PARTE.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
NONA PARTE	153
ANEXOS.....	153

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como tema a profissão de professor baseada na vida docente de um professor de Educação Física chamado Thales de Assis Martins. Este professor lecionou esta disciplina num momento de consolidação da área, inicialmente na cidade de Belo Horizonte, de onde o mesmo é natural e em seguida lecionou em diversos estabelecimentos de ensino e instituições esportivas da cidade de Uberlândia, marcando seu nome na história da Educação Física uberlandense e mineira.

O professor escolhido trabalhou no município de Uberlândia por mais de cinquenta anos, iniciando sua carreira no UTC, Uberlândia Tênis Clube, clube tradicional da cidade que tinha como foco formar atletas, o professor passou por importantes escolas da cidade tais como: o colégio Nossa Senhora das Dores, um colégio pensado para filhos da elite uberlandense, vindo terminar sua carreira docente na Universidade Federal de Uberlândia-UFU na cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais.

O que nos instigou a realizar este estudo foi o fato de ter sido aluno deste professor no ensino superior e posteriormente ter seguido também a carreira docente, o que nos permitiu compreender o quanto o ser professor se mistura com a nossa vida pessoal e esportiva, pelo fato de ter sido atleta e praticante de esportes tal qual o referido professor.

Neste contexto de buscar compreender e construir a tese foi importante enxergar minha história de vida que nesta área começa ainda como aluno do Curso de Licenciatura de Educação Física na Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 1983, neste ano o professor Thales se apresentou no primeiro dia de aula do curso, esse professor embora já fosse idoso tinha um porte físico avantajado, era alto de cabelos grisalhos, esse professor foi responsável pela disciplina de handebol e todos os alunos sem distinção pareciam anestesiados, quando dava suas aulas, nem piscávamos. As aulas eram dinâmicas, lúdicas, alegres, planejadas e aprendíamos o esporte de maneira natural.

Na vida pessoal parecia-nos ser um professor reservado, não tínhamos contato com ele fora da sala de aula. Pouco tempo depois ele foi eleito Coordenador do Curso de Licenciatura de Educação Física-UFU, fez muita diferença na coordenação do

curso, pois, as coordenações anteriores do Curso eram figuras pouco presente na vida acadêmica dos alunos.

Em 1998, fui contratado para trabalhar como professor universitário no Curso de Educação Física do Centro Universitário do Triângulo-UNITRI, onde buscamos ao longo da nossa carreira desenvolver pesquisas com alunos na área da Educação Física na modalidade de trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e alguns destes trabalhos foram direcionados para a área de história dos esportes e da Educação Física. Os principais trabalhos foram os de Sousa (2002) e Sousa e Barbosa (2004) sobre a história do voleibol na cidade de Uberlândia; Almeida e Barbosa (2002) sobre a História do Basquetebol em Uberlândia; Pascal e Barbosa (2008) sobre a história do Futebol de salão na cidade de Uberlândia/MG e Costa, Ribeiro e Barbosa (2008) sobre a memória dos clubes na cidade de Uberlândia-MG: a história do Uberlândia Tênis Clube (UTC) e todos estes trabalhos trouxeram a figura do professor Thales de Assis Martins como personagem central nestes estudos.

Nos anos de 2007 e 2008 fomos contratados como professor substituto na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia-FAEFI-UFU e pude conviver com vários professores que foram meus professores e foi possível conhecer alunos e outros professores que com ele conviveu durante muitos anos, essa vivência na FAEFI-UFU nos levou ainda mais a realizar este estudo.

A trajetória de aluno e depois de professor foi aguçando minha necessidade aliada à curiosidade sobre a figura deste professor na história da Educação Física na cidade de Uberlândia. Neste sentido, pesquisar sobre a história de vida do referido professor é também escrever sobre a história da Educação Física na cidade de Uberlândia, as histórias se misturam, embora possam encontrar na cidade outros professores de Educação Física que atuaram neste período abordado, a história de vida do professor Thales de Assis Martins, é extremamente importante, pois ele traz marcas de luta constante para a valorização da área e da profissão professor, o tempo dedicado à profissão, apresentou indícios de um professor que se destacou dos demais, pois, conseguiu circular e estar presente em vários espaços, mas a luta, o foco e seu lema eram somente um, desenvolver e dar visibilidade ao esporte e à área da educação física não só para a cidade de Uberlândia, mas para o Estado de Minas Gerais, e foi a partir da metade da década de 1940 que ele conseguiu realizar e se desenvolver como professor desta área e a partir daí encontramos indícios sobre como foi construída toda sua história.

Esta tese só foi construída a partir de mudanças teóricas na área da historiografia da Educação Física brasileira, porque vários pesquisadores da área veem buscado compreender a história da Educação Física no Brasil, principalmente no final da década de 80 a partir de um referencial teórico diferente da historiografia tradicional que dominava a área até então. Neste sentido foi possível dialogar com outros estudiosos tais como: CASTELLANI FILHO (1991), GHIRALDELLI JR.(1988), MELLO E BRACHT (1992), SOARES (1994) e (1998), FERREIRA NETO (1996), (1997), (1998), (1999a), (1999b), MELO (1999); VAGO (1995), (1996), (1999), (2002) e (2010) e as Coletâneas do Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer, Dança e Educação Física, vão contribuir com importantes modificações na historiografia da Educação Física, diferenciando-se da perspectiva tradicional apresentada por (MARINHO (1980), e RAMOS (1982).

Em Minas Gerais foi possível encontrar um grupo de pesquisa em Belo Horizonte, mais especificamente na Universidade Federal de Minas Gerais, organizado pelos professores Tarcísio Mauro Vago e Andréa Moreno, que tem investigado as práticas de educação Física no interior das escolas no início do século XX na nova capital mineira, recém-inaugurada. Na trajetória desta investigação encontro na Universidade Federal de Juiz de Fora, o professor Carlos Fernando Ferreira da Cunha Jr. que também estudou a disciplina Educação Física no início do século XX na cidade de Juiz de Fora.

Na tentativa de fazer uma relação da sua trajetória docente com a história da Educação Física no Brasil, procuramos na literatura da área trabalhos que se referiam a histórias de vida de professores de Educação Física. Encontramos um número reduzido de trabalhos que abordassem esta temática, a seguir analisaremos alguns destes trabalhos.

Melo (2008) ao analisar a trajetória profissional do professor Alberto de Latorre de Faria a partir dos estudos biográficos discute a importância destes estudos para a construção da história da Educação Física, afirma que:

No ano em que Alberto Latorre de Faria completa 100 anos de vida, esse artigo tem como um de seus intuitos homenagearem tão importante figura de nossa história. Mas não pretende ser uma homenagem pelo simples prazer de fazê-lo. Pretende discutir algumas contribuições desse professor para a Educação Física brasileira, em

sua bastante peculiar trajetória de vida, recuperando e reorientando algumas considerações traçadas na construção de sua biografia. Mais ainda, pretendo discutir alguns possíveis caminhos para o estudo da história da Educação Física brasileira a partir das histórias de vida. Será que a vida de um indivíduo pode nos ajudar a compreender historicamente nossa área de conhecimento? De que forma? Não seria muito limitado pensar na dimensão histórica de uma área de conhecimento somente a partir de um indivíduo? Essas são algumas questões que pretendo também abordar no decorrer desse artigo. Creio que tal compreensão seja de grande importância, pois se chegarmos à conclusão que as trajetórias individuais podem ser relevantes para ampliar nossa compreensão sobre a Educação Física brasileira, devemos urgentemente começar a nos preocupar com trabalhos dessa natureza, principalmente se considerarmos que o depoimento oral pode ser de grande utilidade. Cabe lembrar que figuras importantes de nosso passado têm falecido com frequência, sem que sequer tenhamos colhido seu depoimento, suas apreensões, suas compreensões. Ainda mais: sem prestar as devidas homenagens a pessoas que, independente de opções teóricas e visões de mundo diferenciadas, muito contribuíram para o nosso atual estágio de desenvolvimento (2008, sp).

Concordando as questões colocadas por Melo (2008) na citação acima, os estudos apresentados por Santos (2011) de cunho biográfico, que a partir das histórias de vida, podemos lançar evidências, confirmar hipóteses e preencher lacunas que os estudos históricos tradicionais que se baseiam somente nos documentos não conseguem ou não tenha interesse em fazê-los.

A construção e a busca incessante na compreensão de aspectos determinados da história da Educação Física brasileira num dado período histórico, forneceu mais informações sobre a área, sobre a profissão professor, sobre a legislação, e ainda melhorou nossa visão e necessidade de realizar não só este estudo, mas, outros nesta área.

Nossa pretensão neste estudo foi a de analisar não só os documentos e bibliografia disponível desta área, mas estudar todos os achados que estavam em posse da família do referido professor.

Ao escolher a metodologia, fizemos um levantamento sobre vários estudos na área da História da Educação e da Educação Física sobre estudos biográficos que tinham como objeto a história de vida de professores nesse percurso. Encontramos uma produção teórica densa, mas ainda pequena, se comparada a tantas outras, mas rica em contribuições, uma vez que as vozes deram outro tom nas pesquisas, trazendo outras

versões e principalmente detalhes de vivências e experiências que os documentos não conseguiam revelar, por mais minucioso que sejam.

Martinez (2002) na sua dissertação de mestrado sobre Auguste Roger Listello: traz uma contribuição para a Educação Física brasileira, pois, analisa a importância do professor Francês Auguste Listello e sua contribuição para o desenvolvimento da área da Educação Física no Brasil. Para tanto lança mão da pesquisa bibliográfica e da história oral para a partir dos documentos e dos relatos orais os quais possibilitaram identificar características importantes da trajetória do professor e sua contribuição para a evolução da Educação Física. Chegando a algumas conclusões singulares, tais como: a pouca valorização acadêmica das obras de Listello antes da sua penetração no cotidiano dos professores de Educação Física das décadas de 1960 e início dos anos de 1970.

Melo (2008) em artigo científico aborda a trajetória do professor Inezil Penna Marinho e da sua vida na Escola de Educação Física e Desporto, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, aponta contribuições importantes do professor como o seu interesse pelo ensino e pela pesquisa na área da história da Educação Física e o seu pioneirismo nas discussões sobre a temática da recreação e do lazer enquanto área de atuação da Educação Física.

Corrêa (2006) traz no seu artigo questões pertinentes a temática Ensinar e aprender Educação Física na “era Vargas”: lembranças de velhos professores onde relata a vivência do cotidiano das aulas de educação física onde analisa a disseminação do método de educação física oficial denominado de Regulamento nº 7 ou “Método do Exército Francês” na cidade de São Paulo, no período compreendido entre os períodos de 1930 e 1945. Para tal empreitada, utilizou-se do referencial teórico da história oral, discorreu sobre as lembranças de dois professores de educação física. A análise identificou alguns aspectos que destacam a presença do método francês por muitos anos após o fim da ditadura Vargas, como o grande rigor do professor, sendo caracterizado como rigoroso, as demonstrações de ginástica nas datas comemorativas como o dia da Independência e a separação das turmas entre meninos e meninas.

Encontramos também no trabalho do professor português Carlos Januário (2013), no artigo intitulado Gestão do Desporto: biografia de um gestor, publicado na Revista E.F. Deportes, o autor realiza uma análise centrada na biografia do professor Albino Faria gestor do desporto em Portugal. Para a realização dele, o autor utilizou-se de uma metodologia que teve como foco os estudos biográficos e seu cruzamento com

outras fontes documentais que neste caso específico teve incidência no currículo vitae, porque para esse pesquisador os factos descritos decorreram de um escalonamento temporal tendo por base esta fonte documental, na consulta diversificada de atas, jornais, revistas e outras publicações, acrescida de depoimentos manuscritos e entrevistas semiestruturadas. (JANUÁRIO, 2013, p.02) mapeando a obra e a vida deste profissional em Portugal.

Nesta mesma revista, encontramos outro artigo de Lyra e Mazo (2010), sobre a vida de um professor de educação física, denominada de Hercides José da Silva e a Educação Física catarinense: memórias do aluno, memórias do mestre, e vai abordar a história de vida deste professor na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. O professor foi um dos primeiros licenciados na área, fazendo um estudo que se inicia com a sua trajetória escolar, e que foi construída a partir de:

...entrevista arquivada no Acervo de História Oral do Museu da Escola Catarinense é integrante da pesquisa de mestrado intitulada *Escola Superior de Educação Física de Florianópolis e o campo da formação de professores no estado catarinense: uma história, um olhar, uma identidade* e busca contribuir, em seus limites, com dois aspectos que julga pertinentes: se por um lado a análise das memórias de nosso ator é capaz de fornecer suas representações acerca das práticas escolares e profissionais da Educação Física catarinense, aproximando-nos do cenário que buscamos; por outro, almeja firmar a relevância e adequação do uso da História Oral às pesquisas na área da Educação Física (2010, p.01).

Vaz, Araújo e Vaz (2002) em artigo publicado também na revista E F deportes, denominada de Querido Professor Dimas cujo nome era Antônio Maria Zacharias Bezerra de Araújo e a Educação Física maranhense: uma biografia autorizada, onde os autores buscam demonstrar as contribuições do referido professor para a educação física não só do município que atuou, mas para a construção dessa área no Estado do Maranhão. Para isto os pesquisadores buscaram reinterpretar as concepções teóricas a partir das vivências e percepções deste professor, utilizando a história oral e fontes documentais como metodologia.

Encontramos também o trabalho de Joélcio Fernandes Pinto (2012) em tese de doutorado denominado de Memórias de professores/as de Educação Física sobre formação e práticas pedagógicas (1950-1970), apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas

Gerais. Neste trabalho o autor investiga memórias de dez professores e professoras de Educação Física que vivenciaram sua formação e experiência profissional na cidade de Belo Horizonte, no período de 1950-1970. Segundo o autor:

O propósito foi explorar indícios de formação familiar, social e profissional, contemplando vivências de infância, juventude, graduação e atuação docente, em uma temporalidade marcada por circunstâncias políticas, sociais e culturais peculiares. O movimento de ouvir esses protagonistas que, em suas experiências, pensaram, organizaram e implementaram ações e práticas pedagógicas, envolvidos em representações de Educação Física e de esporte, foi imprescindível para problematizar em que medida as circunstâncias influenciaram (ou não), suas intervenções pedagógicas. Tentou-se compreender, com as memórias destes/as professores/as, uma ambiência social e cultural, as condições materiais e políticas que cercaram especialmente a formação inicial e a atuação profissional em Educação Física. Para tanto, foram mobilizados procedimentos teórico-metodológicos indicados por estudiosos de História Oral... (PINTO, 2012, p. 01).

Neste estudo, o autor investigou a formação profissional na área da Educação Física nas décadas de 50 e 60 do século XX na cidade de Belo Horizonte, demonstrando o momento histórico agitado e efervescente da área. Consideramos essa pesquisa importante para Minas Gerais, pois, nos auxiliou a compreensão do contexto vivenciado também pelo professor Thales de Assis Martins.

No âmbito do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, quando buscamos o indexador história da educação física Uberlândia, não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse tal temática. Quando delimitamos mais a temática para história da educação em Uberlândia, encontramos dezoito trabalhos entre dissertações e teses que abordaram a história da Educação na cidade de Uberlândia, desses estudos encontrados, nenhum abordou a área de Educação Física, desta forma o trabalho torna-se inédito ao abordar esta temática no âmbito do programa. Das teses e dissertações encontradas quatro trabalhos abordaram estudos sobre grupos escolares e escolas secundárias. Outros três trabalhos investigaram a história de escolas técnicas e profissionalizantes, um trabalho aborda a temática e o significado de ser professora na República e outros nove estudos abordaram temas diversos da história da Educação. Mesmo não abordando a área da Educação Física, foi possível encontrar quatro estudos que fizeram alguma referência à área da Educação Física na cidade de Uberlândia.

O primeiro destes trabalhos é de Danielle Soraya Resende Ghantous que tem como título: *Gymnasio Mineiro em Uberlândia: o processo de disciplinarização do espaço escolar (1937 – 1945)*, nesta dissertação embora a autora não investigue especificamente a temática ligada à Educação Física e nem atenda ao recorte temporal usado no nosso trabalho, temos uma passagem importante, pois, a mesma ao analisar as atividades cívico-culturais e esportivas naquele Ginásio, cita a Educação Física como uma atividade ministrada provavelmente por um instrutor com formação nas crenças militares e que tinha suas práticas fundamentadas nas marchas, evoluções militares, e até na ginástica, sem, no entanto citar quem especificamente eram estes instrutores, e quais eram as orientações pedagógicas dessa área, demonstrando já a existência da prática da disciplina nas escolas do município de Uberlândia.

O segundo trabalho é a tese de doutorado de Gisele Cristina do Vale Gatti, intitulada *Tempo de cidade, lugar de escola: dimensões do ensino secundário no Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929 – 1950)*. Neste trabalho a autora aborda todo o processo de estadualização da escola até a década de 1950, salientando que a instituição escolar denominada de Gymnásio Mineiro hoje atual Escola Estadual de Uberlândia, localizada no centro da cidade, a pesquisadora relata que essa escola exerceu uma centralidade na formação dos jovens da cidade e que colaborou para a modernização tanto do município quanto da região. Em relação à educação física, ela é citada de passagem, através dos depoimentos que relataram que sabiam que existiam práticas de futebol, vôlei e basquete, e que os alunos apreciavam estas atividades, mas infelizmente a autora não se interessou em saber quem eram os professores, como eram as aulas, os métodos utilizados demonstrando assim o quanto essa área ainda carece de pesquisas.

Garcia (2011) em dissertação de mestrado intitulada *História do Colégio Agrícola de Uberlândia: da criação a formatura da primeira turma de Técnicos em agropecuária (1957 – 1972)*, a autora analisa o quadro docente e entre os professores contratados para trabalhar na escola no ano de 1969 encontrava-se o professor de Educação Física Heitor Ferreira de Paula e Silva, salientando ainda que em três anos ele foi o único professor que não havia sido substituído, permanecendo nesta escola até sua aposentadoria. Em outra parte do texto, um egresso elogia a dedicação do referido professor. Porém não existem outros dados sobre a disciplina e nem descreve a didática do professor.

Todos os estudos encontrados e citados acima demonstram o quanto à produção acadêmica sobre a história da Educação Física é incipiente em Uberlândia.

Neste contexto o problema desta tese se configurou da seguinte forma: como a formação do professor de Educação Física pode ser compreendida com o auxílio de uma história de vida de um professor de Educação Física, neste caso específico a vida e a profissão de professor de Thales de Assis Martins, essa escolha foi importante, pois nos permitiu compreender mesmo que de forma multifacetada a história da Educação Física no período compreendido entre os anos de 1940-1990, foi nossa intenção identificar caracterizar e descrever vida e obra, fundamentadas no argumento de que a sua história, constituiu uma sólida contribuição para a compreensão e do significado da Educação Física na cidade de Uberlândia.

O objetivo geral da tese foi analisar a história da Educação Física no Brasil em Minas Gerais e em Uberlândia e o cruzamento desta história com a história de vida do professor Thales de Assis Martins e a partir deste compreender com um olhar singular a história da Educação Física no período histórico compreendido entre os anos de 1940-1990.

A tese foi organizada em oito partes, sendo que a primeira parte traz a introdução, a segunda traz o primeiro capítulo que analisa as possibilidades de realizar esta pesquisa revelando o caminho metodológico, o qual denominamos de Percursos metodológicos: caminhos que se cruzam. A terceira parte nós trazemos a história da Educação Física no Brasil. A quarta parte aborda o tema Profissão professor de Educação Física. A quinta parte discute os achados da vida e da profissão do professor Thales. A sexta parte da continuidade a quarta e denominamos de THALES POR THALES. A sétima parte fechamos com as considerações finais, e a oitava e última parte traz as referências bibliográficas tão importantes para este estudo. Em anexo enumeramos vários documentos encontrados no acervo familiar do professor Thales de Assis Martins e que muito podem contribuir para outros estudos da área.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 1

PERCURSOS METODOLOGICOS: CAMINHOS QUE SE CRUZAM

Em relação à abordagem sobre o conceito de história e historiografia, algumas considerações devem ser feitas no sentido de nos colocar enquanto possível metodologia de investigação num trabalho de doutoramento e as bases conceituais a qual está apoiado nossas opções metodológicas. Dessa forma fizemos opção por fazer uma análise sobre o movimento historiográfico denominado de Nova história, situando-o no contexto histórico de seu surgimento, até chegarmos ao método e a metodologia escolhida para a obtenção e análise das fontes documentais e orais que serão utilizados neste trabalho.

Segundo Ribeiro (1994) a Nova História foi o nome dado a três volumes organizados por dois historiadores franceses, Jacques Le Goff e Pierre Nora, e se constituem na terceira geração da escola dos Annales e que discutiam no âmbito da história novos objetos, novos métodos e novas formas de investigação. Sua abordagem se debruçou sobre questões e temas pouco tratados, constituindo um campo que será denominado posteriormente de campo das mentalidades.

Para compreender melhor como está situada a denominada “Nova história” dentro do campo da historiografia, é importante nos reportar ao surgimento da escola dos Annales, o novo paradigma que ela inaugura no campo da história e as contribuições que ela traz para a tão consagrada história tradicional ou positivista.

A escola dos Annales foi o nome dado ao movimento que nasce de uma dissidência de uma revista publicada na França, a “Revista de Síntese”, onde se reúnem diversos intelectuais de diferentes disciplinas acadêmicas, que de alguma maneira se opõem ao domínio da escola positivista. Criada e dirigida por Henri Berr por meio século, “a sua publicação torna-se a encruzilhada onde se encontram: E. Durkeim e os seus discípulos sociólogos; P. Vidal de La Blanche e seus amigos geógrafos; F. Simiamd e outros economistas; H. Wallon e outros psicólogos; e finalmente Lucien Febvre e historiadores hostis aos positivistas.” (BIRARDI, CASTELANI e BELLATO, 2006, p.01).

Criada em 1929, a Revista *Les annales d' Histoire Économique et Sociale* foi uma dissidência da Revista de Síntese. Idealizada por Lucien Febvre e Marc Bloch, a revista foi concebida como um movimento que segundo Vainfas (2011):

...combatiam, pois, uma história somente preocupada com os fatos singulares, sobretudo com os de natureza política, diplomática ou militar. Combatiam uma história que, pretendendo-se científica, tomava como critério de cientificidade a verdade dos fatos, à qual se poderia chegar mediante a análise de documentos verdadeiros e autênticos (ficando os mentirosos e falsos à margem da pesquisa histórica) – história que tinha na *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos (1897) o seu exemplar maior e principal alvo da crítica. Combatiam, enfim, uma história que se furtava ao diálogo com as demais ciências humanas, a antropologia, a psicologia, a linguística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia, rainha das disciplinas humanísticas na França desde a obra de Durkheim (VAINFAS, 2011, p. 130).

Ainda segundo Vainfas (2011) este movimento tinha um novo sobre os feitos históricos, um olhar multidisciplinar aonde estes fatos históricos ganham novos objetos de estudo e abordagens, uma “história nova”, que se propõe a ser problematizadora do campo social, preocupada na compreensão e explicação dos fatos em série, não mais a partir de uma apologia a príncipes e generais com grandes conquistas ou guerras, e nem com uma preocupação sobre a determinação do econômico sobre as condições de vida material como pregavam os estudos marxistas, mas uma preocupação com o povo anônimo e “seus modos de viver, sentir e pensar”.

Sobre a escola dos Annales, podemos afirmar que:

Sob influência das ciências sociais, a história também sofreu uma mudança no campo das técnicas e dos métodos. Se antes a documentação era relativa ao evento e ao seu produtor, agora ela é relativa ao campo econômico-social: ela se torna massiva, serial e revela também o duradouro, a permanência, as estruturas sociais. "Os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às suas diversas formas de vida social" (REIS, 1994, P. 126).

Ao discorrerem sobre os Annales os autores Birardi, Castelani e Bellato (2006) afirmam:

Portanto, a nova história privilegia a documentação massiva e involuntária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Nesse sentido, os documentos são arqueológicos, pictográficos,

iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, enfim, de todo tipo. Todos os meios são tentados para vencer as lacunas e silêncios das fontes, mesmo, e não sem risco, os considerados como antiobjetivos. (p.01).

A escola dos Annales que se inaugura em 1929, com os estudos de Febvre e Bloch, trazem uma nova forma de se ver e construir a história, inicialmente francesa e que posteriormente se espalha para outros países. Tratou-se de um movimento que inspirou a pesquisa e a reflexão historiográfica mundial em grande parte do século XX em grande parte do mundo. Tendo como referência o predomínio do espírito de síntese em suas interpretações dos fatos históricos e uma busca pela história totalizante.

Segundo Prost (2012) A novidade dos Annales não estava em seu método, mas sim nos objetos e nas questões propostas. De acordo com o autor, L. Febvre e M. Bloch respeitavam integralmente as regras da profissão, ou seja, o trabalho a partir dos documentos e a citação das fontes. Essas regras do ofício do historiador eles haviam aprendido na escola de Langlois e Seignobos, “sem deixar de criticar a estreiteza das indagações e a fragmentação das pesquisas; rejeitam a história política factual, que, nessa época, era dominante em uma Sorbonne que, além de isolar, estava corroída pelo imobilismo” (p. 39).

Rejeitando essa história política factual a Escola dos Annales se direcionou para a história social, o que, segundo Fonseca (2008, p. 49), fez com que a atenção fosse voltada “para diferentes dimensões da vida dos homens no tempo”. Conforme a autora, isso acabou “levando ao privilegiamento das condições da vida material, das formas de viver, de pensar e de sentir, significando a proposição de novos objetos de investigação” (FONSECA, 2008, p. 49).

Ao propor novos objetos e questões para se pesquisar, a noção de documento se amplia, e a história passa a ser escrita não somente com textos oficiais, mas também com fontes antes rejeitadas pelos historiadores tradicionais.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem,

exprime o homem, demonstra a presença, a atividade os gostos e as maneiras de ser do homem. (LE GOFF, 2003, p.490 apud FEBVRE, 1949, p. 428).

De acordo com Le Goff (2003) todo documento é um monumento, pois ele é fruto da escolha da sociedade que possui o poder.

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para provocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite não existe documento verdade (2003, p.538).

Ainda discorrendo sobre o uso dos documentos na história, Bloch (2001) um dos fundadores da Escola de Annales conforme citado acima, adverte o historiador sobre a importância da diversidade desses na pesquisa:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. Que historiador das religiões se contentaria em compilar tratados de teologia ou coletâneas de hinos? Ele sabe muito bem que as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e os mobiliários dos túmulos têm tanto a lhe dizer sobre as crenças e as sensibilidades mortas quanto muitos escritos (2001, p. 80).

Burke (2010) afirma que a contribuição mais importante do grupo, incluindo as três gerações, foi conseguir expandir a história pelas várias áreas do conhecimento. Para ele:

O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las (BURKE, 2010, p.89).

Este período na historiografia francesa se estende até 1969, sendo que os últimos 13 anos foram chamados de era Braudel, tempo este que o principal discípulo de Lucien Febvre comandou a revista e conseqüentemente a produção francesa. (VAINFAS, 2011).

O período Braudel foi marcado pelo adensamento das questões teóricas levantadas pelos historiadores dos Annales e com uma consolidação do espírito de síntese dos fundadores do movimento. Autor de grande e importante obra, principalmente em sua obra mais significativa “O mediterrâneo na Época de Felipe II” onde demonstrou numa pesquisa rigorosa a relação entre economia e sociedade no século XVI, apresentando-nos assim sua concepção de história. “A era Braudel caracterizou-se, portanto, pela produção de grandes obras de história total, histórias sintéticas, ainda que recortadas monograficamente, com grande ênfase nos aspectos socioeconômicos e suas relações com o meio geográfico”. (VAINFAS, 2011, p. 135).

Em 1969, com a aposentadoria de Fernand Braudel e o seu progressivo desligamento dos postos que ocupava na estrutura de poder da burocracia universitária francesa, abriu espaços para outras perspectivas.

Segundo Del Priore (1994) a Nova História pode assim ser definida:

A Nova História caracteriza-se inicialmente, por passar do estudo de uma série de eventos acontecidos a personagens designados por nomes próprios para aqueles mais amplos da vida dos autores anônimos, ocorrido na longa duração. Ela deu as costas à visibilidade cômoda e superficial dos grandes acidentes e personagens. Herdou dos Annales o repúdio a fetichização do documento escrito, à história feita de certezas, o abandono do fato e de suas sucessões insignificantes; substituiu-os por outros fatos. Aqueles que não se atribuem nenhuma personagem em particular, mas que se observam em suas repetições, que se deixam classificar segundo suas propriedades ou que são postos em correlação com os outros fatos do mesmo gênero, ou outro gênero de fatos. A seguir, a Nova História leva em conta a história submersa e pouco visível do que acontece por baixo dos fatos e dos indivíduos mais evidentes. Levar em conta uma história densa, de aparência imóvel, mas simultaneamente movimentada significa estudar ‘fenômenos de função’, mais tarde chamados de ‘fatos da vida material’ e ‘fenômenos de mentalidades’ atrelados às grandes constantes da vida humana: as que tocam a necessidade de se alimentar, produzir e trocar, ou de rir, amar, conhecer e criar. Seu herói mais festejado: a multidão de desconhecidos (1994, p.50).

1.1- HISTÓRIA E HISTÓRIAS

Ao se discutir sobre a concepção de história que cada pesquisador possui e como cada vê a mesma, foi importante nos reportar a alguns teóricos e suas concepções de história. Deparamo-nos, por exemplo, em Geertz (1989) e Revel (1998), e em Sahlins

(1990). Mas, independente do gostar, da identificação do leitor, os modos diferentes de se fazer história nos mostram que embora distintos, se constrói a história de diversas formas.

Tanto a micro-história quanto a descrição densa de Gertz mostram de maneira eficiente, formas diferentes de conceber e entender a história. Quer seja de um olhar micro, de dentro do processo, partindo das particularidades do contexto em que os personagens estão envolvidos, produzindo uma história particular circunscrita a aquele contexto específico. Esta abordagem não produz uma macro-história, ou uma história social, mas desvela acontecimentos que são parte integrantes deste macroprocesso, e que de certa maneira interferem no todo, por essa razão é história.

Já na abordagem de Gertz (1989) vemos outra forma de se fazer história (se realmente está pode ser considerada uma abordagem histórica). Uma forma que está dentro da cultura, uma descrição densa da realidade, considerando os aspectos particulares de cada cultura, naquilo que todas as culturas têm de particulares.

Neste sentido, podemos considerar que existem diversas formas de se construir a história, seja partindo de um pressuposto micro como o proposto por Revel (1998), ou por uma abordagem de cunho cultural como o proposto por Gertz (1989) ou mesmo numa perspectiva de Shalins (1990) com a nova história. Todos os autores lidos, de certa maneira fazem história de diferentes perspectivas, mas fazem a história. E fazem a partir da visão de mundo que possuem que funciona como filtros e talvez esta seja a maior contribuição dos mesmos autores para nós que estamos a discutir a história da educação, que façamos com os nossos filtros.

1.2- O USO DE DOCUMENTOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA

De acordo com Cunha (2012) escrever se constitui uma maneira de produzir a memória, sendo desta forma, um instrumento de construção do passado, visto que, quando utilizada como ferramenta de uso pessoal pode salvar do esquecimento, fixando no tempo vestígios passados.

Assim, destacamos o uso de diários pessoais para esse fim, por meio deles, é possível compreender as práticas culturais de uma época, destacar elementos que nos

permitem entender vidas comuns e/ou fazer o cruzamento de fatos e tempos possibilitando analisar os diferentes sentidos que as marcaram. Os diários pessoais são chamados de *escritas ordinárias*¹, visto que, são fontes que “permitem aos historiadores rastrear as maneiras de viver e pensar de determinada época, dada a ver, no tempo presente” (CUNHA, 2012, p. 252).

Sobre o trabalho com diários pessoais, Cunha destaca a importância do trabalho diferenciado por parte do pesquisador:

O trabalho com diários pessoais exige do pesquisador um exercício interpretativo diferenciado, pois irá lidar com papéis que venceram o tempo, o fogo, e muitas vezes o lixo. Seguramente, não são muitos os exemplares que escapam a esse destino, daí certa dificuldade de acesso a tais materiais por parte dos pesquisadores. Traços duráveis do passado, quando surpreendentemente guardados, movimentam-se, pelas mãos dos historiadores, do espaço privado para a visibilidade pública. Assim, realçar, hoje, a dimensão de fonte histórica dos diários pessoais constitui-se em ação importante para dotar de significado esses documentos que foram, durante muito tempo, desconsiderados por historiadores envolvidos com modalidades de História “racional”, ditas científicas, não emotivas, inauguradas pela modernidade. (CUNHA, 2012, p. 252).

A emergência das fontes ordinárias na historiografia ocorreu de forma intensa a partir dos anos de 1980, na chave da História Cultural, “que observou serem estes materiais pessoais ‘portadores e construtores de sensibilidades’ também chamadas de práticas culturais do sensível” (CUNHA, 2012, p.252). Com a história cultural os diários passaram a serem vistos como documentos de grande valor para se compreender a vida cotidiana.

Os diários pessoais passam a ser utilizados como fonte histórica por conter registros de práticas sociais que participam da constituição de um regime de historicidade, isto é, “expõem as formas de como indivíduos em sociedade tratavam seu dia a dia, naquele presente da escrita”. Escritos a mão e construídos em tinta e papel, essas fontes eternizam, “em folhas amarelecidas pela passagem do tempo ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres, além de fantasias, medos e experiências”, o que segundo Cunha são representações de outro tempo que trazem sentido ao mundo social, criando assim outras realidades (CUNHA, 2012, p. 253).

¹ “As escritas ordinárias ou sem qualidades são aquelas realizadas pelas pessoas comuns e que se opõem aos escritos prestigiados, elaborados com vontade específica de “fazer uma obra” para ser impressa” (CUNHA, 2012, p. 81).

Essas fontes são encontradas geralmente em arquivos ou coleções particulares, deixados em meio a objetos como herança. Trazendo como resultados, visões do indivíduo comum e ordinário que ganham importância, uma vez que cada vez mais são valorizadas as ações da experiência do dia a dia.

De acordo com Cunha:

Esses materiais nos permitem estudar as formas de linguagem utilizadas, as maneiras de narrar em uma determinada época, os usos e apropriações da língua, a conversão de formas orais de comunicação em formas escriturais, os diferentes níveis de alfabetização expressos pelas caligrafias e tantos outros aspectos que transcendem o exato momento de sua produção e revelam as transformações históricas nas tecnologias de escrita que tanto interessam aos estudiosos ligados a História da Cultura Escrita (CUNHA, 2012, p.259).

Apesar de serem registros de vidas produzidos individualmente, os diários carregam traços culturais de vivências da época do escritor, desta forma, o historiador deve investir no momento da interpretação dos conteúdos. Mapeando os temas tratados, e, posteriormente “analisá-los como atos de memória, redutos de expressão de sensibilidades que, mesmo em seus traços descontínuos, foram modos de fazer e compreender a vida do dia a dia” (CUNHA, 2012, p.259).

Neste processo é importante se atentar a maneira de que foram registrados os grandes e pequenos acontecimentos que auxiliam na compreensão do passado da sociedade. Sendo assim, o historiador precisa problematizar o registro dessa memória individual, na qual o diário é apoiado, como base para o estudo de experiências coletivas (CUNHA, 2012, p. 259).

Guardar consiste em proteger um bem da corrosão temporal para melhor usufruí-lo; é preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, poderia ter sido consumido, esquecido, destruído, virado lixo. Papéis como cartas, diários, cadernos de receitas, cartões de felicitações e cartões postais, até então dentro de gavetas, armários e caixinhas, tornam-se presentes nos territórios da História como vozes que nos interpelam e clamam por visibilidade (CUNHA, 2012, p.260).

Segundo Cunha os diários são locus de subjetivação, onde os sujeitos ao narrarem seu dia a dia e sua passagem pela vida no tempo histórico, esboça uma

configuração de si mesmo em contraponto com o mundo que o rodeia (CUNHA, 2012).

Desta maneira, através de documentos desta natureza é possível:

Problematizar diferentes formas de escrita; observar indícios sobre o cotidiano, o capital de vivências de uma época, as maneiras distintas de ver o mundo, explicitar hábitos e costumes; detectar fragmentos de laços de sociabilidades e finalmente reencontrar um tempo que foi perenizado pela escrita (CUNHA, 2012, p. 271).

Ao escrever sobre os materiais escolares Cunha afirma que menos visibilizados que os livros esses materiais são geralmente destinados ao fogo e/ou ao lixo, desta maneira, documentos produzidos no interior das escolas por alunos e professores são raros de se encontrar, e exigem que pesquisadores entrem em porões e agucem o olhar na busca de vestígios que guardam memórias da educação escolarizada (CUNHA, 2007).

Poucos preservados e secretamente guardados, documentos/materiais escolares e documentos produzidos em âmbito escolar e materializados em objetos como cadernos, boletins, quadros de formatura, manuais, álbuns de fotografia, ego-documentos ganham estatutos de relíquia e, como tal, criam registros de memória que carregam traços e vestígios de vivências e práticas que se constituem como uma dada cultura escolar em diferentes temporalidades (CUNHA, 2007, p.80).

Atividades como a elaboração de relatórios, preenchimento de fichas, preparação de aulas, realizarem apontamentos são práticas comuns do dia a dia escolar que envolve atos de escrita produzidos pelos docentes no decorrer de suas carreiras. Esses atos são tanto resultados da “necessidade de testemunhar o vivido, como de imposições de normas institucionais”. Apesar de serem desvalorizados, se forem conservados podem ter uma grande importância “na condição de escritas ordinárias e contribuir para a compreensão da cultura escolar do período em que se inscrevem” (CUNHA, 2007, p.81).

Sobre os arquivos e documentos escolares, Vidal (2005) afirma que as secretarias das escolas em geral, se interessam por documentos que tenham valor comprobatório, sendo esses guardados de forma cuidadosa, no qual documentos de alunos e professores são frequentemente atualizados nos arquivos correntes. No entanto, esse mesmo cuidado não é concedido aos documentos históricos e documentos

produzidos no dia a dia nas práticas pedagógicas, que são acumulados em arquivos mortos. De acordo com a autora:

Seu fim assemelha-se, distanciando-se apenas no tempo. Enquanto, os primeiros sofrem destruição progressiva em virtude da má conservação, os segundos encontram na lixeira seu destino. Por uma espécie de seleção natural, uns e outros sobrevivem, testemunhando matizes do trabalho da escola (VIDAL, 2005, p.22).

1.3 - HISTÓRIA ORAL

Para a área da educação Física é importante definir mesmo que de forma introdutória o que foi possível compreender sobre história oral, assim buscamos na obra de Thompson (2002), a sua definição:

Devo dizer, desde logo, que tenho forte preferência por uma definição mais ampla: entendo por história oral a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências. Não creio que se possa avançar muito tentando definir história oral de modo estreito, como um processo de habilidades com regras fixas, ou como uma disciplina separada (2002, p. 09-10).

E prossegue o autor, explicando a fala acima, mostrando que a história oral antes de tudo é um método interdisciplinar, pois abarcam áreas como a história, a antropologia, a sociologia e a psicologia. Um segundo ponto que o autor levanta é o uso na história oral tanto aborda a “compreensão e interpretação de vidas individuais, quanto à análise das sociedades amplas. Em outras palavras, ela une, ao mesmo tempo, a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa” (THOMPSON, 2002, p. 13).

De acordo com Alberti (2012), O procedimento de ouvir atores ou testemunhas já era utilizado desde a Antiguidade pelos historiadores daquela época, para registrar fatos ocorridos. Ao escrever sobre o percurso da História oral a autora informa que o ano de 1948 pode ser considerado o marco inicial da história oral moderna. Visto que, nesse ano, ocorreu a invenção do gravador de fita e houve a fundação do Columbia University Oral History Research Office, por Allan Nevins e Louis Starr em Nova York. O objetivo principal era reunir materiais que poderiam ser usados pelas gerações futuras com o apoio nas entrevistas realizadas, com personalidades de destaque da

história norte-americana, homens públicos que reconhecidos na vida política, econômica e cultural do país (ALBERTI, 2012).

Em 1960 as entrevistas de história de vida feitas com membros de grupos sociais, que não deixavam registros escritos de suas experiências e maneiras de ver o mundo tornaram-se constantes, paralelamente a esse fato o gravador portátil foi se aperfeiçoando.

Em relação ao Brasil, a história Oral chegou ao país na década de 1970, já em 1975 foi realizado o I Curso Nacional de História Oral, sendo organizado pelo grupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS), grupo formado por quatro representações sendo elas: a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (ALBERTI, 2012).

Nesse mesmo ano como desenvolvimento do referido curso, são iniciadas as primeiras entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da fundação Getúlio Vargas. O objetivo da formação do programa era pesquisar a trajetória e desempenho das elites do país desde os anos de 1930. “A ideia era examinar o processo de montagem do Estado brasileiro como forma, inclusive, de compreender como se chegou ao regime militar (1964-1985) então vigente” (ALBERTI, 2012, p. 160). Através das entrevistas buscava-se entender como ocorreu a formação das elites, assim como sua influência política e intelectual, e os conflitos e as maneiras de idealizar o Brasil e o mundo. Segundo o autor:

Para alcançar esse objetivo, foi considerado mais apropriado realizar entrevistas de história oral de vida, que se estendem por várias sessões e acompanham a vida do entrevistado desde a infância, aprofundando-se em temas específicos relacionados aos objetivos da pesquisa. (ALBERTI, 2012, p. 160-161).

No decorrer da década de 1980 ocorreu no Brasil à formação de grupos de pesquisas e programas de História Oral, envolvidos com diferentes temas e objetos de estudos. Na década seguinte esse movimento continuou a crescer, contando com a participação de pesquisadores e instituições nos encontros organizados nesse período. Em 1994 aconteceu o II Encontro Nacional de História Oral no Rio de Janeiro, na qual durante a sua realização houve a criação da Associação Brasileira de História Oral

(ABHO). Internacionalmente os anos de 1990, representou um grande avanço para a História Oral, visto que em 1996 foi criada a International Oral History Association (IOHA), um marco importante para a História Oral. Essa instituição foi criada assim como a brasileira durante a realização do IX Congresso Internacional de História Oral, ocorrido na Suécia, evento que contou com intensa participação de pesquisadores brasileiros (ALBERTI, 2012).

1.4 - GÊNEROS DA HISTÓRIA ORAL

Segundo Meihy e Holanda (2007) dentro do campo da História Oral é possível perceber de maneira clara três tendências presentes nas pesquisas atuais, que podem ser denominadas de História oral: a História oral de vida, História oral temática e a Tradição oral. Faremos algumas explanações sobre estes gêneros em história oral, segundo os autores citados.

HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA

A história oral temática pode ser inicialmente definida como o uso da história oral direcionada a uma determinada temática de investigação, na qual os informantes vão se ater a um assunto ou tema específico.

Meihy e Holanda (2007) relatam que:

A história oral temática é solução que mais se aproxima das expectativas acadêmicas que confundem história oral com documentação convencional. Aliás, o caráter documental decorrente das entrevistas é o cerne deste ramo. Também é o mais considerado por jornalistas e demais pessoas que se valem das entrevistas como forma dialógica de promover discussões em torno de um assunto específico. Mesmo abrigando índices de subjetividade, a história oral temática é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações quase sempre, a história oral temática equivale à

formulação de documentos que se opõem às situações estabelecidas (2007, p. 38).

Ainda segundo Meihy e Holanda (2007) a história oral temática pode ser utilizada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático específico da pesquisa, torna-se um meio importante na busca de esclarecimentos de várias situações que podem ser vistas como conflitantes, polêmicas, contraditórias. A escolha do tema, sempre dado anteriormente por quem realiza o estudo, da direção à entrevista que deve atingir o objetivo proposto. Neste sentido, então, o grau de atuação do entrevistador como o condutor dos trabalhos fica muito mais explícito e é orientado pelos recursos dados pela sequência de perguntas que devem levar ao esclarecimento do tema.

Discutindo sobre a questão da objetividade/subjetividade nas pesquisas que utilizam a história oral, os autores afirmam que:

Como os trabalhos de história oral temática se dispõem à discussão em torno de um assunto central definido – mesmo que outros decorram ou concorram para seu esclarecimento –, os aspectos subjetivos ficam limitados ainda que não anulados. A presença do colaborador que entrevista deve ser atuante no sentido de favorecer a apresentação de argumentos do colaborador que responde a estímulos dados (MEIHY E HOLANDA, 2007, p. 39).

Mais adiante discorrem sobre o método, reforçando que o entrevistador, no caso de história oral temática, deve estar altamente preparado antes de realizar as entrevistas com instruções sobre o assunto abordado. Quanto mais conhecimento sobre o assunto, mais se têm previamente, mais interessantes e mais profundas podem ser estas questões. Ter conhecimento sobre possíveis versões opostas, possíveis fatos pouco revelados e até imaginar situações que mereçam ser questionadas é parte da preparação de roteiros investigativos. A escolha dos participantes da pesquisa nesse ramo de história oral é fundamental, pois o caráter testemunhal exige qualificação de quem se entrevista.

E continuam os autores:

O estabelecimento de comunidades de destino, colônias e redes é fundamental para que se respondam perguntas pertinentes aos fatos eleitos como temas. Então, além da caracterização do colaborador – quem é; onde estava na circunstância do evento, o que viu, ouviu, contou –, é crucial saber como se porta em face de outras versões. O projeto de história oral temática deve estar atento à existência de uma hipótese forte e consistente na

medida em que será constantemente testada durante a entrevista (MEIHY E HOLANDA, 2007, p. 39).

Os autores ainda discutem, sobre a história oral, que ela é a narrativa de um fato, e que, portanto, ela busque a opinião ou a “verdade” de quem presenciou um determinado acontecimento ou pelo menos dele tenha participado. Como também admite por parte do entrevistador o contraditório, a contestação a fim de propiciar com o entrevistado a discussão, na tentativa de elucidar uma versão diferente da convencional. Neste sentido o uso do questionário se torna fundamental para o projeto e para a própria pesquisa, pois propicia um aumento de riqueza dos detalhes procurados.

TRADIÇÃO ORAL

Para Meihy e Holanda (2007), a tradição oral é:

Seguramente a mais difícil, intrincada e bonita forma de expressão da história oral é a tradição oral. Não se limitando apenas a entrevista, a tradição oral trabalha com o pressuposto do reconhecimento do outro em suas possibilidades mais dilatadas. Viver junto ao grupo, estabelecer condições de apreensão dos fenômenos de maneira a favorecer a melhor tradução possível do universo mítico do segmento é um dos segredos da tradição oral. Parente da etnografia, a boa resolução da pesquisa em tradição oral implica minuciosa descrição do cotidiano e de suas invenções. A complexidade da tradição oral reside no reconhecimento do outro nos detalhes autoexplicativos de sua cultura... (2007, p. 40).

A tradição oral é uma forma que muitas sociedades, principalmente as ágrafas recorreram para manter os seus conhecimentos, os seus valores, os seus mitos, assegurando a manutenção de referências de um passado que deveria ser preservado no presente e que fatalmente está incrustado nas estruturas mentais daquele grupo que se mantém junto. A tradição oral não se aplica somente a estas sociedades, em muitos casos dentro de uma mesma sociedade dividida em extratos sociais, a exposição de um grupo à dominação de outros permite que as tradições dos dominados se adaptem de maneira a criar mecanismos de sobrevivência daquele grupo.

As condições básicas para a pesquisa em tradição oral é verificar se não existem registros escritos sobre aquele grupo, a fim de, justificar o uso desta metodologia, e em seguida fazer um levantamento dos mitos fundadores, a partir daí, aplicar os

procedimentos capazes de permitir desvelar os fatos do passado no intuito de produzir documentos que vão propiciar a criação de um acervo de informações úteis sobre as explicações internas e externas daquele grupo. Estas informações devem revelar, além de posturas e comportamentos dos grupos, a noção de passado e presente daquela cultura.

Explicações sobre a origem dos povos; crenças referentes às razões vitais do grupo e ao sentido da existência humana, enquanto experiência que imita a vida; e o comportamento, bem como o destino dos deuses, semideuses, heróis e personagens malditos, fantásticos e “históricos” são aspectos caros aos estudos das tradições orais (MEIHY E HOLANDA 2007, p. 41).

Embora o uso da tradição oral se dê de forma majoritária em grupos fechados, clãs ou tribos “primitivas”, tem se disseminado a sua utilização em sociedades urbanas e industriais, que ainda se utilizam das tradições e ritualizações de práticas ancestrais como forma de resistência a uma dominação por grupos sociais de extratos sociais superiores econômica e politicamente.

HISTÓRIA ORAL DE VIDA

Meihy e Holanda, ao contextualizar este gênero de história oral, fazem um breve relato sobre a gênese deste gênero de história oral, afirmando que ela teve início com uma dupla de pesquisadores, na Escola de Sociologia de Chicago, ao incorporar as histórias de vida como documento ao mesmo nível do documento escrito, buscando uma “respeitabilidade acadêmica” nestes relatos da vida de determinados grupos ou populações.

Segundo Meihy e Holanda (2007) podemos encontrar na literatura dessa área várias referências, alguns se referem à história oral de vida ora como “biografia”, ora como “relato de vida”, ou “relato biográfico”, ou “método biográfico”, ou ainda notas biográficas” e até mesmo, sem relevar o papel de mediações, dado o fato do narrador se contar, “autobiografia” (MEIHY e HOLANDA, p. 36). Aspecto importante assinalado por esses autores é que a história oral tem como norte principal valorizar o singular de cada sujeito em detrimento do paradigma do exclusivismo da estrutura social e do grupo.

A história oral de vida atualmente vem se tornando um recurso de investigação científica com tradição nas ciências humanas, especialmente nos campos da sociologia, psicologia e história. Na área da educação, o uso cada vez mais disseminado das histórias de vida tem contribuído para uma melhor compreensão da condição docente, na medida em que renova as teorizações e os dispositivos de pesquisa e formação profissional.

Mas este caminho não foi e ainda não é fácil, face às desconfianças da academia sobre este método de investigação científica. As críticas à história oral de vida são as mesmas aos demais gêneros citados anteriormente.

O crescimento na utilização das abordagens (auto)biográficas no terreno das práticas e debate teórico como também da historiografia tem crescido muito nos últimos anos. Trata-se, a muitos títulos, de uma luta de pesquisadores sérios, porque tende a dar visibilidade a experiências consistentes; finalmente, porque ouve professores. Apesar dos positivistas insistirem que há fragilidades e ambiguidades, é inegável que as histórias de vida têm dado origem a práticas e reflexões extremamente estimulantes, fertilizadas pelo cruzamento de várias disciplinas e pelo recurso de uma grande variedade de enquadramentos conceptuais e metodológicos. (SANTOS e ARAUJO, 2007).

Numa tentativa de sistematização dos tipos de estudos centrados nas histórias de vida de professores, e tomando como base os objetivos e as dimensões que cada um deles privilegia, NÓVOA (2000) propõe uma categorização que agrupa nove tipos de estudos.

Fonte: Nóvoa, 2002, p. 19

A partir desta matriz é possível agrupar *nove tipos de estudos*, que não devem ser encarados como “categorias exclusivas”, mas apenas como uma forma de compreender os aspectos que são objecto de uma maior atenção.

Objectivos Dimensões	Objectivos essencialmente teóricos, relacionados com a investigação	Objectivos essencialmente práticos, relacionados com a formação	Objectivos essencialmente emancipatórios, relacionados com a investigação-formação
Pessoa (do professor)	1	4	7
Práticas (dos professores)	2	5	8
Profissão (de professor)	3	6	9

Ainda, segundo Nóvoa (2000), existe uma profusão de interesses, de concepções e estratégias que se acomodam sob o nome de “história de vida”. O autor destaca 07 aspectos importantes:

- 1 – Utilização de materiais já existentes (memórias, diários etc.) ou desenvolvimento de uma produção (auto) biográfica com objetivos específicos;
- 2 – Reflexão baseada essencialmente em materiais escritos ou orais;
- 3 – Tipo de acordo celebrado entre o “investigador” e o “ator”, em relação à análise do material (auto) biográficos;
- 4 – Números de casos em que se baseia o estudo
- 5 – o contexto e a forma de produção do material (auto) biográfico (individual, em grupo etc.)
- 6 – As técnicas utilizadas para mobilizar as histórias de vida (narrativas, diários, fotografias, dramatizações etc.)
- 7 – As técnicas de análise dos documentos (auto) biográficos (análise do conteúdo extensiva ou intensiva, micro análise, histórias de vida etc.). (NÓVOA, 2000, p. 22).

Esta multiplicidade de perspectivas e de estratégias constitui, sem dúvida, uma das principais qualidades das abordagens (auto) biográfica. Mas é evidente que esta mesma diversidade está na origem de tantas outras dificuldades, quanto ao rigor metodológico. Esse autor assinala, que, munido de precauções cada vez maiores (conceituais, metodológicas, éticas etc.), mas prolongando as mesmas convicções, ele e nós também fomos instigados por SANTOS (2001) a acreditar que por aqui, pelas histórias de vida, pode também passar a elaboração de propostas importantes sobre a formação de professores e sobre a profissão docente (NÓVOA, 2000).

1.5 - HISTÓRIA ORAL E VIDA DE PROFESSORES

As pesquisas que mais nos auxiliaram foram as de Santos (2001) e Fonseca (1997), a partir do que escreve no seu livro intitulado: Ser professor no Brasil: história oral de vida, onde analisa e descreve a história de 12 professores da disciplina história em várias regiões do Brasil e que sintetiza o seu trabalho de doutorado, no qual nos espelhamos para focar o assunto central deste texto.

Na sua obra Fonseca apresenta a opção de estudar história oral de vida de professores como “*fruto [do] desejo de trazer o homem para o centro das pesquisas histórico-educativas*” (1997, p. 21).

Parte de uma revisão bibliográfica que analisa diferentes abordagens teórico-metodológicas no tratamento de vivências pessoais e profissionais de professores, no campo das pesquisas em história, memória, história oral e nas pesquisas educacionais. Traça um mapeamento de leituras com o objetivo de mostrar como a bibliografia múltipla, de vários campos, aponta possibilidades de incorporação da história oral nas pesquisas histórico-educativas e vice-versa, de incorporação das problemáticas da educação em projetos de pesquisa de história oral.

Fonseca afirma que:

Trata-se de uma reflexão que, longe de querer produzir um modelo de análise, aponta nuances, semelhanças, rupturas e permanências em explicações, teses e conceitos no conjunto das obras analisadas (FONSECA, 1997, p. 21).

Fonseca (1997) aponta que as pesquisas sobre as vidas de professores e suas carreiras são influenciadas pelo desenvolvimento do método de história oral em vários países da Europa, EUA e Canadá, e que "têm em comum a história dos professores, suas experiências, o desenvolvimento profissional, individual e coletivo em contextos e épocas diferentes" (idem, p. 30).

Os saberes dos professores de História[...] são constituídos pelos saberes históricos e historiográficos, os saberes curriculares, os saberes didático-pedagógicos advindos das ciências da educação; os saberes sociais, os saberes oriundos das múltiplas linguagens e os saberes experienciais, ou seja, aqueles adquiridos, construídos no cotidiano da sala de aula, da escola, da vida. Daí, o consenso: o professor se forma ao longo de sua trajetória pessoal e profissional (FONSECA, 1997, p. 30).

A partir de uma vasta literatura da área de formação e trabalho docente, Fonseca (1997) apresenta o reconhecimento da heterogeneidade, das singularidades, das histórias de vida, da diversificação, das identidades e das diferenças de professores e alunos no mundo globalizado e multicultural.

Diante desta multiplicidade de leituras que abordam, por caminhos diversos, as experiências dos professores, minha opção pela história oral de vida fundamenta-se em reflexões sobre os novos estudos da história oral. [Sem a intenção de] reconstituir todo o desenvolvimento da história oral [...]e a totalidade das divergências entre as diferentes linhas, mas analisar conceitos e reflexões que [...] auxiliaram [...] nesta investigação (1997, p.33).

Fonseca (1997) assim descreve o procedimento metodológico adotado no seu trabalho, destacando que:

[...] as narrativas orais não são apenas fontes de informações para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita. [...] ganham relevância as vivências e as representações individuais. A história oral de vida constitui uma possibilidade de transmissão da experiência via narrativas (1997, p. 39).

Na sua concepção de história oral de vida de professores consistiu na busca de uma produção de documentos e também de interpretações sobre os seus sujeitos no caso supracitado, professores que lecionaram a disciplina história na sua carreira docente, estes sujeitos foram professores que produziram conhecimentos e ensinaram, atribuindo diferentes sentidos às suas vivências docentes, mostrando como suas produções e suas ações docentes estão profundamente relacionadas com o modo de ser e viver de cada um destes professores. Dessa forma, registra e analisa a experiência vivida, as impressões e emoções, os silêncios e as dificuldades, sempre levando em consideração as questões éticas, políticas e técnicas que envolveram a elaboração de seu trabalho acadêmico.

Fonseca (1997) apresenta os pressupostos metodológicos do seu trabalho. Reafirmando o porquê da opção por história oral de vida e mostrando as diversas dimensões de cada etapa.

O trabalho se inicia com a elaboração do projeto, onde são definidos os aspectos relacionados à dimensão técnica, sem, contudo, perder de referência os demais significados, entre eles o político, já que estamos e vivemos em sociedade e não podemos desconsiderar esta questão.

Em seguida, a autora em questão, estabeleceu os critérios utilizados na definição dos narradores, no caso específico de Fonseca (1997) foi ter sido ou ainda ser professor de história do ensino fundamental na época de sua pesquisa. Os narradores poderiam estar aposentados ou ainda em atuação docente, mas deveriam ser professores com bom tempo de docência para que a autora pudesse registrar suas trajetórias de vida, observando o processo de formação e prática docente ao longo do tempo.

Em Segundo lugar, os narradores deveriam possuir experiências diversificadas: de cidades e regiões diferentes do país, e que ainda tenham atuado em escolas públicas: municipais, estaduais ou federais; em escolas privadas: confessionais e laicas e em

escolas comunitárias. Professores com experiência em diferentes graus de ensino. Alguns, conhecidos do grande público ou mesmo, reconhecidos apenas pelo seu círculo profissional e familiar. Professores com formação diferenciada. Tudo isto no intuito de registrar e apresentar uma multiplicidade de vidas, projetos e concepções daqueles que trabalharam ou ainda trabalhavam naquele momento histórico com o ensino de história.

A etapa seguinte foi buscar a localização das pessoas, já que os critérios foram definidos anteriormente, a autora passou a contatar professores, amigos, familiares e instituições com o objetivo de formar o que Meihy e Holanda (2007) vão denominar de grupo/colônia de colaboradores. Em seguida foram iniciados os contatos e a preparação para os encontros, que foram iniciados pela cidade de São Paulo e que segundo Fonseca (1997) era a cidade onde a pesquisa estava centralizada, e a partir de São Paulo e de cidades do seu interior, começou a estabelecer contatos com outros estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Nordeste, por meio das Universidades e Escolas.

Em seguida foi feita a realização das entrevistas orais gravadas, nos locais, horários e dias definidos pelos narradores. A maioria delas foi realizada em suas próprias residências, em espaços tranquilos, aconchegantes e num clima de descontração e afetividade. A autora descreve que optou por trabalhar com uma variação intermediária em relação à entrevista “diretivas” e “não-diretivas”.

Inspirei-me nas concepções de igualdade e diálogo defendidas por Portelli, quanto à condução das entrevistas. Segundo ele, trata-se de uma “entre-vista”, uma troca, uma visão mútua. Os dois sujeitos agem juntos, se reconhecem entre si como sujeitos e tentam construir essa igualdade sobre suas diferenças, trabalhando juntos. Neste trabalho, o historiador é um “companheiro de diálogo” e os dados obtidos são frutos desse relacionamento mútuo. Isto não quer dizer que o historiador não conduza a pesquisa em história oral (FONSECA, 1997, p. 50).

Após as primeiras gravações e transcrição a autora realizou visitas e estabeleceu conversas por telefone, voltando para uma segunda gravação, levando o registro da primeira, para que a pessoa já pudesse ler e intervir novamente. A segunda entrevista era uma continuidade da primeira, contudo o tempo de duração sempre variou, dependendo da disponibilidade dos professores, do cansaço visto que muito eram bastante idosos e das condições do ambiente, bem como das interferências externas tais como outros

membros da família. Contudo, o tempo total de cada visita oscilou de três a quatro horas dependendo de cada situação específica.

Um ponto interessante que a autora relata e que não se encontra claramente na literatura sobre a história oral, ela afirma que:

Para auxiliar [o] processo de recriação dos momentos, utilizei o que denomino de “anotações de campo”. Procurei registrar, desde os primeiros contatos com o entrevistado, dados a seu respeito, detalhes dos encontros, fatos e informações que [...] não foram gravados, bem como minhas impressões iniciais sobre seus depoimentos. [...] Procurei sentir os mínimos detalhes e gestos do outro, valorizando-o como sujeito que detém uma experiência e uma sabedoria muito importantes para as novas gerações (FONSECA, 1997, p.52).

O passo seguinte foi a transposição do discurso oral para o escrito (transposição das fitas, textualização, revisão e conferência pelo autor e narrador), este foi um momento da autora reviver a experiência, de aprofundar-se no conhecimento do outro, de captar e sentir angústias, certezas, inseguranças, tanto dos narradores quanto as da própria pesquisadora, tudo isto evidenciado nos detalhes de entonação de voz, reticências, silêncios, nas construções e desconstruções de frases, repetições e negações.

As fitas foram transcritas de forma integral, ou seja, todas as intervenções do entrevistador e do narrador, buscando a máxima precisão do que foi dialogado neste momento tão rico, em continuação ao processo, se produziu uma cópia impressa inicial, fazia uma cópia impressa inicial para realizar o trabalho de conferência.

Segundo a autora citada acima, a transcrição com a conseqüente textualização é um dos momentos que exigem muita atenção e sensibilidade do pesquisador, na medida em que se busca a organização do discurso para dar “voz” ao narrador, ressaltando que esses procedimentos de produção do texto, são técnica e politicamente importantes para a produção do conhecimento histórico.

A autora destaca que cada texto produzido de história oral de vida é um documento, fonte de informações e conhecimentos para outras e futuras gerações. E, portanto, devem ser também acessíveis aos demais leitores, com o objetivo de deixar estas informações num texto claro e agradável que consiga trazer toda a riqueza da experiência vivida pelos sujeitos. E por último, o texto documental produzido pelas narrativas será o resultado do encontro, da fala empreendida pelos narradores, que falam com e por meio do pesquisador. Narrativas permeadas de informações, fatos,

acontecimentos, contradições e conflitos; fontes abertas, e por isto mesmo, inconclusas, perspectivas individuais e pontos de vista parciais que possibilitam leituras e interpretações diversas que vão servir de base para a construção de novos entendimentos sobre os fatos e a realidade.

Outra pesquisa importante nesta área foi desenvolvida por Santos (2001), o estudo foi uma tese de doutorado defendida na PUC de São Paulo, que por vez utilizou a mesma trajetória metodológica, investigando a vida e a profissão de doze alfabetizadoras brasileiras. Santos e Araújo (2007) também procuram depois da tese defendida em 2001, dar visibilidade e credibilidade as pesquisas na área de história da educação utilizando a história oral como método e não como técnica em todas as suas pesquisas, são mais de 10 anos dedicados a essa temática como demonstra seus escritos.

A história oral diante do que foi exposto, por essas duas pesquisadoras me impulsiona e mostrou-se plenamente justificável, uma vez que encontramos poucos documentos referentes a profissão professor de Educação Física e especificamente ao professor Thales. Sabe-se pouco ainda sobre as práticas da educação física escolar uberlandense, perguntas importantes tais como as aulas ocorriam, a metodologia utilizada para desenvolver as aulas, a legislação que a impulsionava. Qual era o lugar que a disciplina Educação Física ocupava entre as demais disciplinas? Como eram realizadas as aulas? Como e por que e onde se formavam os professores para atuarem na área de educação física? Neste sentido a história oral temática e de vida preencheu “lacunas”, embora isto não seja a finalidade principal da história oral, e que já fora discutido por Meihy e Holanda (2010), neste caso, no entanto ela certamente foi de grande importância para a compreensão do objeto de estudo desta tese.

No início dos estudos para a construção da tese tínhamos a intenção de investigar também a vida e a profissão de outro professor de educação física - Sebastião Ferreira de Moraes - que também foi sujeito de uma pesquisa realizada por Albuquerque e Barbosa (2007) onde foi possível colher relatos da disciplina educação física na escola, sendo que o professor Sebastião foi o primeiro professor formado em curso superior de Educação Física a ministrar aulas na cidade de Uberlândia, diferenciando-se dos demais professores citados no trabalho, uma vez que esses só possuíam cursos profissionalizantes nesta área.

Daí a importância desta investigação, pois esses professores trouxeram para a nossa cidade uma educação física diferenciada das praticadas em nossa cidade, sendo que o esporte passou a ser o conteúdo mais importante das aulas de educação física.

A primeira constatação que podemos fazer está relacionada com as nossas concepções de história, a somente vamos conseguir trabalhar com a história oral se tivermos uma visão interdisciplinar, e ampliada da realidade, que seja objetivo ao se produzir as fontes e documentos, mas tenha a sensibilidade de perceber os significados dos fatos nas narrativas dos entrevistados.

Em segundo lugar, a história oral e os seus gêneros têm sido de grande valia nas pesquisas que estão abarcando temas pouco pesquisados na História da Educação, sendo que, um deles é a História da formação docente no curso de Educação Física.

Para Nóvoa (2000) várias perspectivas podem ser utilizadas nos estudos sobre história oral de vida. Em relação ao estudo proposto, a história oral de vida, foi fundamental para analisar a trajetória do prof. Thales, bem como formação de professores no curso de Educação Física na cidade de Uberlândia, principalmente pela falta de estudos nesta área do campo educacional, bem como pela importância da Educação Física no contexto educacional uberlandense no período histórico entre as décadas de 1940-1990.

Diante de uma profusão de documentos encontrados no arquivo pessoal da família do professor Thales de Assis Martins, optamos por fazer uma única análise deste material e utilizar as entrevistas dadas pelo professor em trabalhos de outros pesquisadores.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DA EDUCACAO FISICA: EVIDÊNCIAS BRASILEIRAS

A História mostra que o nascimento da Educação Física como disciplina presente no currículo escolar ocorreu num momento de transição da sociedade ocidental. Paradoxalmente, foi também num momento de crise que a Educação Física na antiguidade, praticada sob a forma de Ginástica foi sucumbida, e só mais tarde em outro momento de crise ela renasce das cinzas sob a égide dos militares.

Do ponto de vista científico, o mundo moderno foi inaugurado por Galileu no século XIV, o que pode ser chamado de uma revolução científica (JAPIASSÚ, 1982, p.27). Esta revolução foi uma demolição da ciência medieval baseada na física, na metafísica e numa ontologia aristotélica. E como aponta Japiassú (1982):

[...]Galileu[...] introduziu um corte epistemológico na história do pensamento ocidental. Foi ele quem rompeu com todo o sistema de representação do mundo antigo e do mundo medieval. Com ele o pensamento rompeu com a renascença. Ele é antimágico por excelência. De forma alguma se mostra interessado pela variedade das coisas. Aquilo que o fascina é a ideia da física matemática, da redução do real ao geométrico. É o primeiro espírito verdadeiramente moderno. Encarna, nos últimos anos do século XVI e nas primeiras décadas do XVII, a concepção mecanicista do saber que, vencendo pouco a pouco os obstáculos aparentemente insuperáveis, definirá, doravante, o ideal científico e o código de procedimento de todo e qualquer conhecimento com pretensões ao rigor (JAPIASSÚ, 1982, p.27).

Posteriormente a Galileu, Bacon, Descartes e Newton, cada um em seus respectivos campos do saber, tratam de levar às últimas consequências a ciência que o primeiro delinea, baseada na “combinação do raciocínio teórico, observação experimental e rigorosa linguagem matemática, que até hoje caracteriza essa ciência básica.” (CREMA, 1989, p. 30).

A partir das características da nova sociedade delinea-se e se constrói o homem moderno, surgido a partir das necessidades da própria Modernidade e que fosse diferente do homem que tinha Deus para o centro de todas as coisas.

Nesse sentido, é a burguesia, fortalecida após a Revolução Francesa que demanda esse novo tipo de homem capaz de enfrentar as longas jornadas de trabalho, durante todos os dias da semana, em condições insalubres de trabalho e moradia, e sem o mínimo adequado de alimentação necessária à sua própria sobrevivência, situação diferente daquela que o homem medieval estava acostumado a ter, e, portanto, deveria ser preparado para tal empreitada. Neste sentido Soares (1994), afirma que:

Podemos entender a Educação Física, como a disciplina necessária a ser viabilizada em todas as instâncias, de todas as formas, em todos os espaços onde poderia ser efetivada a construção deste homem novo: no campo, na fábrica, na família, na escola. A Educação Física será a própria expressão física da sociedade do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados e, se faz protagonista de um corpo 'saudável'; torna-se receita e remédio ditada para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico... familiar (SOARES, 1994, p.10).

Em relação à educação contemporânea, afirma Larroyo (1974) que a evolução pedagógica dos tempos modernos se separa das ideias e métodos de ensino da Idade Média por três movimentos que se sucederam: o humanismo, a reforma religiosa e a filosofia romântica. Dentre os pensadores que dão sua contribuição a esta mudança estão Comenius, Locke e Rousseau.

Para a Educação Física, porém, o pensamento de Rousseau, Basedow e Pestalozzi são fundamentais. O primeiro Rousseau, a quem coube com sua pedagogia natural, dar ênfase na razão como iluminadora de impulsos naturais que graça ao conhecimento leva o homem à liberdade. Sua mais original contribuição foi a de colocar a criança como centro e fim da educação (LARROYO, 1974), compreendendo-a como um ser em desenvolvimento e não como um adulto em miniatura, concepção presente na Idade Média.

Outro pensador que influenciou a Educação Física foi Basedow² que, como pedagogo, foi o fundador do filantropismo (LARROYO, 1974). Basedow teve o

² Em relação a Basedow e a sua filantropia, ver Maria Lucia Spedo Hilsdorf, Pensando a Educação nos tempos modernos. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005. Página 92 e seguintes.

privilégio de colocar em prática a sua ideia pedagógica e funda na Alemanha o Phylanthropum. Esta é uma escola de ensino secundário que pode ser considerada como uma síntese das doutrinas de Rousseau e Pestalozzi. A escola de filantropismo, pelo pouco tempo que durou, gozou de certa fama pela qualidade de seu ensino.

Em uma de suas obras intitulada Livro da Metodologia (1770), (LARROYO, 1974) o autor indica claramente os seus postulados gerais sobre a educação, sendo que um deles faz referência à Educação Física: “E) Como os clássicos, é preciso cultivar o corpo em relação harmônica com o espírito (1974, p.528).”

A pedagogia do filantropismo teve vários seguidores na Alemanha. Dos continuadores que se sucederam imediatamente a Basedow estão Trapp, Compe e Salzmann. Mas um em especial deve ser citado. Afirma Larroyo (1974):

Não menos importante que Salzmann foi Guts-Muths na história geral da Pedagogia. Sua meritória contribuição está em que lançou as bases do ensino moderno da educação física. A Basedow pertence a honra de haver convertido a cultura física numa parte definida dos planos de ensino; e a Salzmann o haver incrementado tal matéria no aprendizado. Guts-Muths consolidou estes progressos e estabeleceu novos princípios acerca do importantíssimo tema. Segundo sua doutrina, as crianças hão de brincar não apenas para descansar dos trabalhos escolares: os exercícios físicos devem fazer parte de uma educação geral e se acham em ligação inseparável com a cultura intelectual, moral e estética dos educandos (1974, p. 529).

É a partir da ideia de uma educação integral, baseada nas concepções de educadores naturalistas e de um nacionalismo exacerbado e xenofóbico, que nasce com o século XIX os movimentos que acabaram por se chamar de ginásticos. Primeiramente na Alemanha, com Friedrich Ludwig Jahn, num movimento chamado de Turnen (BETTI, 1991), (MANACORDA, 1992) com profundo espírito nacionalista. Essas livres associações de ginástica tinham como objetivo imediato “o fortalecimento físico e moral da juventude alemã para a liberação da terra natal” (ROBERTS APUD BETTI, 1999, p.37). A ginástica de Basedow, Guts-Muths, Spiess e Janh ficou conhecida como ginástica alemã e além do forte caráter nacionalista, também possuía uma preocupação dita científica, baseada na anatomia, fisiologia e biologia, estando presente aí a noção que vai acompanhar toda a Educação Física moderna, ou seja, a noção de saúde.

Nessa mesma época, em que a ginástica alemã era concebida, o sueco Per Henrik Ling, influenciado pelo trabalho do dinamarquês Nachtegall (Betti, 1991), cria

um sistema ginástico que ficou conhecido como método sueco. A sua ginástica era baseada em estudos de anatomia e fisiologia, “ele objetivava desenvolver o corpo através de movimentos cuidadosamente selecionados, e para atingir seus objetivos, dividiu a ginástica em quatro direções: militar, médica, pedagógica e estética.” (BETTI, 1999, p.40).

O seu método era essencialmente analítico, visando estabelecer exercícios não somente para o desenvolvimento corporal, bem como para todas as funções vitais. O grande objetivo de sua ginástica, além é claro, de aumentar a vitalidade e restabelecer a saúde, era de levantar o moral do seu povo, tão abalada no seu país, naquele momento, pelas derrotas sucessivas nas guerras europeias. Os exercícios do método sueco são movimentos em série, com pouca interrupção entre elas; artificiais, se utilizando das angulações corporais, baseadas na flexão, extensão, torções e inclinações.

Obteve aceitação em vários países, principalmente pelo fato de ser baseado em pressupostos científicos e de não possuir uma ênfase eminentemente militarista, apesar de estar contido dentro do corpo teórico uma parte referente à ginástica militar.

Na França, um espanhol naturalizado francês, Francisco Amorós vai desenvolver um sistema ginástico de forte inspiração militar, influenciado por Pestalozzi e pelos educadores naturalistas, se aproximando bastante do método sueco. Amorós expôs as suas ideias quando:

[...]publicou, em 1836, um Manual de Educação Física, Ginástica e Moral, onde se atribui a este ensino a tarefa de criar a ordem, a regularidade e o desenvolvimento das faculdades éticas, ao mesmo tempo que o desenvolvimento das qualidades corporais e a manutenção da saúde (LARROYO, 1974, p.772).

Para Soares (1994), na segunda metade do século XIX, a Educação Física, na França, deixará de ter uma ênfase maior no aspecto militar e tenderá para a área biológica. E prossegue a autora:

A partir dos trabalhos de Amoros, ocorre um crescente envolvimento de estudiosos da biologia, fisiologia, assim como de médicos em torno da problemática do exercício físico. Foram os estudos e as pesquisas oriundos da biologia, fisiologia e da medicina que contribuíram para ‘elevar’ o nível dos exercícios físicos na França. Em todos os debates sobre a questão, ressalta-se o valor higiênico e o conteúdo anatômico do método sueco de Ling, único que partia de

um estudo ‘racional e científico’. Estes estudos e pesquisas deram origem a um movimento de sistematização do exercício físico na França que se pauta pelo conteúdo médico-higiênico, cujos representantes são George Demeny (1850-1917), Philippe Tissie (1852-1935), Fernand Lagrange (1845-1909) e Esteban Marey (1830-1904).” (SOARES, 1994, p.79).

Segundo Larroyo (1974), esse movimento de sistematização recebe o nome de ginástica natural e se concebeu como uma crítica à ginástica de Ling, para tanto esta ginástica era considerada sintética, natural e concreta.

Juntamente com estes sistemas ginásticos que descrevemos outro movimento também vai influenciar sobremaneira a Educação Física. É o chamado movimento esportivo Inglês, que se desencadeou a partir do início do século XIX. Primeiramente o esporte era privilégio da aristocracia e estava bastante relacionada ao ócio e a educação social dos seus filhos, talvez sendo herdeira direta da educação cavalheiresca da Idade Média.

Com as pressões da burguesia em ascensão no início do século XIX, o esporte foi se difundindo pelas camadas sociais, a ponto de já no final do século será praticado por toda a sociedade. Com o avanço do esporte na sociedade inglesa, novas modalidades esportivas foram descobertas ou criadas ou até organizadas, tendo os seus padrões de conduta, técnicas e regras estabelecidas, sendo que muitos destes presentes até hoje.

O resultado mais importante desse movimento foi o surgimento das Olimpíadas que tinha um caráter moderno, que foram idealizadas pelo francês Pierre Fredey, o Barão de Coubertin. O Barão juntamente com outras tantas pessoas, criaram o Movimento olímpico internacional, que por sua vez fundaram o Comitê Olímpico Internacional, que na prática executou os jogos olímpicos de 1896 na Grécia e que de certa forma, levou a uma universalização do esporte e sua difusão pelo mundo. Não desconsiderando as questões ideológicas contidas no esporte, este é de suma importância para a Educação Física na sua atualidade.

2.1- PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A história da Educação Física no Brasil, institucionalizada começa com a abertura da Escola de Medicina na capital do Império em meados do século XIX,

impulsionada pela volta de muitos estudantes que foram fazer seus estudos na Europa, começa a ver uma preocupação com o campo da higiene e com a formação de uma nação brasileira.

Neste ponto concordamos com Guiraldelli Júnior (1988) quando, ao fazer uma periodização da Educação Física, se refere à fase inicial de higienista, que certamente reinou hegemonicamente bem mais que os 40 anos que o autor lhe atribui.

Segundo Marinho:

[...] o primeiro livro sobre Educação Física, editado no Brasil apareceu em 1828, sendo Joaquim Jerônimo Serpa o seu autor. Tinha por título ‘tratado de Educação Física - Moral dos meninos’, e fora extraído das obras de Mr. Gardien. Jerônimo Serpa compreendia por Educação a saúde do corpo e a cultura do espírito, apreciando a Educação Física conforme a encaramos hoje (1980, p.158).

A este trabalho se seguiram muitos outros, Marinho (s.d.) lista alguns trabalhos apresentados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como tese de conclusão de curso, são eles: “Algumas considerações sobre a Educação Física” de Manuel Pereira da Silva Ubatuba em 1845; “Generalidades acerca da Educação Física dos meninos” de Joaquim Pedro de Melo em 1846; “A influência da Educação Física do homem” de Antônio Francisco Gomes em 1852; “Influência da Educação Física dos Meninos” de Inácio Firmo Xavier em 1854; “Opúsculo sobre a Educação Física dos Meninos” de Casimiro José de Moraes Sarmiento de 1858; e muitos outros.

Essa produção demonstra o caráter higienista presente desde os primeiros momentos da Educação Física no Brasil, trazendo consigo as mudanças na política de saúde implementadas no século XVIII na Europa. Sobre isto afirma (FOUCAULT, 1993, p.197).

[...]o surgimento da saúde e do bem-estar físico da população em geral como um dos objetivos essenciais do poder político. Não se trata mais do apoio a uma franja particularmente frágil - perturbada e perturbadora - da população, mas da maneira como se pode elevar o nível de saúde do corpo social em seu conjunto. Os diversos aparelhos do poder devem se encarregar dos ‘corpos’ não simplesmente para exigir deles o serviço do sangue ou para protegê-los contra os inimigos, não simplesmente para assegurar os castigos ou extorquir as rendas, mas para ajudá-los a garantir sua saúde. O imperativo da saúde: dever de cada um e objetivo geral (1993, p.197).

Calcadas nos conhecimentos da Biologia, Fisiologia e Anatomia a medicina avança sobre o conhecimento relativo ao corpo social, com a finalidade de controlar, de dirigir; e por isto a escola e outras instituições lançam mão da Educação Física, enquanto prática social que vai possibilitar o controle do corpo das pessoas, e por extensão dos sujeitos humanos. Fato este corroborado por Góis Jr. (2001)

A Educação Física teria uma posição central no projeto higienista. Inclusive as orientações desta área são pautadas nos pressupostos da higiene. Pois a sistematização das atividades físicas nasce da demanda higienista de aprimoramento da saúde da população. E, o método francês é uma das melhores expressões desta ligação. Percebendo isto, as autoridades brasileiras não demoram a adotá-lo como modelo no Brasil, até se elaborar um método brasileiro. (2001, p. 21).

Neste sentido é dentro desse contexto e a partir dessa fundamentação é que se buscava uma educação que pudesse construir um homem integral. A Educação Física caberia educar os alunos no que se refere a moral e ao fortalecimento dos corpos. Era essa sua contribuição e, desse modo, a formação do professor de Educação Física (ou de ginástica) vai organizar-se para atender ao tipo de intervenção que era requerida. As palavras de Fernando de Azevedo, apoiado no médico francês Philippe Tissier, mostram muito bem o corpo de conhecimentos que o professor deveria dominar:

Deve ter os mesmos conhecimentos que o higienista, não bastando ser um pedagogo, mas sendo mister que seja um médico, não bastando que sua competência se estenda aos mais sólidos conhecimentos didáticos, mas importando vitalmente que a sua propedêutica abranja noções seguras de higiene e anátomo-fisiologia (...) porque em sua fórmula precisa (...) a educação física é higiene e higiene é medicina (AZEVEDO, APUD SOARES, 2001, p.125).

2.2-TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: 1891 a 1930

A implantação da Educação Física na escola acontece em meados do século XIX, por volta de 1855, quando houve a promulgação do Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Rio de Janeiro pelo ministro Luiz Pereira Couto Ferraz, onde se instituiu no currículo do Colégio Pedro II com a inclusão dos exercícios *gymnásticos* (MARINHO, s/d, p.25) A *gymnastica* não pode ser entendida a partir dos princípios da Educação Física contemporânea, pois existe algumas características que a fazem ser distinta da qual conhecemos hoje.

Cunha Junior (2008), aponta que a prática *gymnastica* no Colégio Pedro II inicia-se antes mesmo dela estar oficializada nos currículos escolares, contudo a dificuldade de se conseguir um “professor” que atendesse os objetivos propostos pelo Reitor do Colégio foi um empecilho para a sua execução. Segundo o autor, os primeiros mestres foram militares, que conheciam os métodos ginásticos daquele momento, principalmente o francês. A partir da reforma curricular do ano de 1881, a prática da *gymnastica* passa a ser obrigatória e diária, inclusive com um espaço próprio construído para a sua prática.

Com a instauração da República em 15 de novembro de 1889, os rumos da política brasileira são alterados, havendo também uma reorganização da instrução pública e reformas escolares, pautados nos princípios de uma educação positivista republicana a vista do progresso a formação de uma nação genuinamente brasileira. Assim, a partir desses princípios, foi idealizado um novo homem brasileiro que seguissem a mesma linha, com o espírito de um trabalhador-cidadão, que corroborasse com o progresso, sendo umas das principais transformações do Estado a laicização do ensino.

Em um plano mais amplo, o país que saíra de um regime partindo para um novo modelo no final do século XIX, encontrava-se em crise financeira, sendo o resultado da política do encilhamento que iniciara ainda no Império, prejudicando a imagem do país no contexto mundial. Os primeiros governos republicanos na tentativa de equacionar a inflação culpavam o próprio sistema político pela crise da República. Nesse momento além de existir a busca pela recuperação econômica tinha-se também a necessidade de melhorar a imagem do país no exterior, criando-se assim a “República dos Conselheiros”, que tinha como objetivo promover transformações no modo de vida e costumes, ou seja, a recuperação da imagem do país no exterior também deveria acontecer a partir da perspectiva sociocultural (OLIVEIRA, 1990).

Nesse sentido, governos federais e estaduais buscavam a criação políticas para a implantação da instrução pública, em um modelo que se encaixasse ao novo sistema de economia, e, ao mesmo tempo consolidasse uma sociedade capitalista, sendo necessários assim homens preparados para o trabalho. Essa ideia estaria ligada com a vertente sanitaria que perpassaram no final do século XIX e início do XX com os cuidados com o corpo e a higiene.

A Educação Física escolar encaixasse exatamente nesse contexto político-social a fim de corroborar com a constituição de homens capazes de atender as demandas do novo sistema econômico capitalista que o regime republicano demandava. Assim a prática de exercícios físicos tornou-se alternativa para um corpo saudável, ágil e disciplinado. Os cuidados com o corpo eram compreendidos pelos governos republicanos como cuidar do próprio sistema capitalista, uma vez que a força de trabalho era a fonte de lucro e prosperidade da sociedade.

Segundo Vago (2010), a prática da educação física dentro dos ambientes escolares era exclusivamente a partir da instituição militar, sendo responsabilidade de instrutores físicos militares que se baseavam as práticas dos exercícios físicos com os rígidos métodos militares de disciplina e hierarquia orientando a transformação dos alunos em futuros cidadãos disciplinados, obedientes, submissos, que se ajustassem ao sistema republicano.

A *gymnástica* foi praticada de formas diferentes por meninos e meninas na escola. O primeiro executava trabalhos manuais e também os próprios exercícios *gymnásticos* ministrados pelos militares, enquanto as meninas eram responsáveis em aprender corte e costura de, sendo até definido através da Lei n.º 41 de 03 de agosto de 1892, no artigo 90 (VAGO, 2002).

Castellani Filho (1991) destaca a relação entre os militares e a doutrina positivista e a influência na educação escolar brasileira através da “missão militar francesa”, ocorrida em 1907, “*originando Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo - o mais antigo estabelecimento especializado de todo o país*” (CASTELLANI FILHO, 1991, p. 34).

A reforma na Instrução Primária e no Ensino Normal implantada a partir de 1904 no Brasil, e, 1906 em Minas Gerais, através da Lei nº 439 do dia 28 de setembro do referido ano, o presidente de Estado João Pinheiro da Silva conduziu um processo de constituição e legitimação de uma nova cultura escolar que tinha na sua centralidade a organização dos grupos escolares e buscando reformular as práticas, processos de controle, tempos, etc. na investida de simbolizar e instituir os modernos processos de escolarização. Para Vago (1999) a reforma possibilitou a legitimação das estratégias políticas do governo de João Pinheiro, sendo a instrução pública o pilar das suas ações e a educação física implantada nas escolas mineiras:

A cadeira de “Exercícios Physicos” foi mais um dos dispositivos para o cultivo do corpo na escola, isto é, para uma ampla e profunda “educação physica” das crianças. Com efeito, foi nessa cultura escolar que essa cadeira foi inserida pela primeira vez nos programas de ensino primário, em Minas Gerais – era o momento inicial de seu enraizamento escolar. A reforma de 1906 realmente obrigou a presença dos “Exercícios Physicos” no programa. Ela prescrevia: “Não se descuide desta parte da educação das creanças na escola”. Passa a circular a representação de que a inserção dessa cadeira no programa da escola primária era necessária porque de tais exercícios dependia “o desenvolvimento physico dos futuros cidadãos”. Observe-se que uma preocupação com o aperfeiçoamento e o fortalecimento físico racional e sistemático ficava evidente (VAGO, 1999, p.34).

Faria Filho (1999) aponta que foi no interior desse processo de transformação da escola que surgiu uma nova forma escolar, que seria afastada da casa e separada da rua, onde poderia se construir uma cultura escolar que fosse capaz de atender o ideário republicano, capaz de favorecer a constituição de um trabalhador-cidadão que fossem aptos para contribuir fisicamente com o sistema capitalista e participar da vida pública, ambos organizados conforme a preposições da elite brasileira. Assim, esse novo modelo de organização, baseado no sistema capitalista seguindo um modelo internacional, só poderia ser legitimado de um projeto que abarcassem o desenvolvimento integral da população, para isso seria necessário ter a educação física para promover um cidadão de corpo e mente sã.

A instrução pública e a educação não seriam apenas as saídas encontradas pelo governo mineiro, mas também foi entendida como uma possibilidade de rompimento dos costumes e heranças deixadas pelo Império (FARIA FILHO, 1990). A criação dos grupos escolares e o fortalecimento das Escolas Normais para a formação de professores destinados ao ensino primário funcionaram como ferramentas para a construção de um ideário republicano.

A institucionalização dos espaços escolares no início da Primeira República conseguiu originar um lugar de difusão não só da cultura republicana, mas também a divulgação do saber, das técnicas e normas, sociais e políticas. As escolas se tornam espaços de transmissão de ideias e importante núcleo formativo da sociedade. A cultura difundida no espaço escolar resulta na representação, procedimentos e práticas

educacionais que consolidam a postura do professor e do aluno, criando um novo homem condizente com a República.

Segundo Guiraldelli Jr. (1988), no ano de 1921, através de decreto governamental, impõe as forças armadas do Brasil o “Método do Exército Francês” ou “regulamento n.7”, sendo este modelo ginástico oficializado em todo o país, estendendo-se até a rede escolar. Posteriormente, em 1933, fundou-se a Escola de Educação Física do Exército, sendo este eixo de referência para a Educação Física brasileira por algumas décadas.

Entretanto, a Revolução de 1930 seguida da Era Vargas (1930-1945), significou uma ruptura com o antigo sistema político. Esse período foi marcado por transformações para a população pobre e trabalhadora e significou a intensificação da industrialização que progrediu de forma substancial, causando o aumento populacional nos centros urbanos e o fortalecimento do Estado. A República Nova, assim denominada esse novo momento, tinha o objetivo romper com a política ligada às oligarquias e os setores agrários da sociedade. Segundo Pandolfi (2003), a Primeira República surgiu sem que houvesse participação popular e seria uma continuidade do Antigo Regime, só que com discurso republicano.

A questão social se torna mais evidente nesse período, Getúlio Vargas foi responsável pela criação dos direitos sociais, principalmente de setores desfavorecidos. Na primeira fase do seu governo criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Segundo Gomes (2005), o Estado na Era Vargas constituiu-se uma aliança com a população trabalhadora e pobre, que poderia ser rompida caso o Estado não mais subsidiasse os direitos que tinham alcançados e a legitimidade do governo estaria à deriva. A necessidade de ampliação da educação escolar para essa parcela da população se fez indispensável nesse momento para a produção de uma mão de obra qualificada que conseguisse suprir as necessidades da industrialização.

Nesse cenário de transformações políticas-ideológicas, os debates em torno da educação intensificam-se, projetando-se a ela como um instrumento de controle, persuasão e formação de um cidadão brasileiro, voltada para a moralidade e o civismo, criando-se assim a imagem de um estado educador. Segundo Peixoto:

O período que se estende entre 1930 e 1937, marca a atuação do governo provisório e as lutas ideológicas sobre a forma que deveria assumir o regime no campo político; a atuação do governo no setor econômico (tentativas de superação da crise econômica), no setor social e educacional (tentativa de solução para os problemas relacionados ao disciplinamento da força de trabalho). Trata-se de um período muito rico em debates e em medidas no campo institucional, no sentido do estabelecimento, pela primeira vez no país, desde o Ato Adicional, das bases para uma política nacional de educação (PEIXOTO, 2000, p. 87).

Apenas na década de 1930, através da Reforma de Francisco Campos, a educação física passa ser obrigatória no ensino secundário, formalizada através da Constituição de 1937. Para Corrêa (2009) o início da disciplina não garantiu a sua prática efetiva nas escolas, pois, apesar da sua obrigatoriedade, não exigiu a frequência dos alunos nas aulas e não esclarecia as questões relacionadas às contratações de docentes.

Neste sentido, segundo Souza Neto et. al. (2004) aponta que apenas com a promulgação do Decreto-Lei n.º 1.212 no dia 17 de abril de 1939, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, foi estabelecido diretrizes para a formação profissional na área, que contribuiu para constituição do campo da educação física.

2.3-EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLA NOVA: INFLUÊNCIAS PSICO-PEDAGOGIZANTES

Com tudo, foi partir de 1930, sob a influência do movimento Escola Nova, que buscou promover uma reforma na pedagogia tradicional (SAVIANI, 2000), muitos educadores e intelectuais brasileiros passaram a atribuir a Educação Física um caráter mais amplo, de formação da personalidade e disciplina a fim de desenvolver plenamente o homem.

Associado a essa concepção escolanovistas sobre a educação física, o contexto global, principalmente após a II Guerra Mundial, deu a disciplina uma conotação *mais* pedagógica afastando-a das vertentes militaristas que influenciavam sua prática. Para Ghiraldelli (1988) essa tendência nomeada *pedagogicista* é sustentada segundo o pensamento liberal, na tentativa de articulação entre a própria pedagogia e a educação física:

[...] à Educação Física Pedagogicista está impregnado das teorias psicopedagógicas de Dewey e da sociologia de Durkeim. Portanto, se podemos aceitar tal concepção como um avanço em relação à Educação Física Militarista, nada nos autoriza a considerá-la uma teoria progressista (GUIRALDELLI JÚNIOR, 1988, p.27).

Segundo o mesmo autor, a adoção de uma educação física sob a concepção pedagogicista não significou o abandono das práticas militaristas, uma vez que está ainda tinha seu respaldo legal no Regulamento n.º 7 até os anos de 1950. Contudo, GhiraldeLLi (1991), aponta que a Educação Física pedagogicista era entendida como instrumento capaz de levar à juventude a aceitação da ordem e promovia a preparação das novas gerações para o altruísmo e a nacionalidade, através da dança, do desporto e de outras modalidades esportivas.

Foi nesse contexto de transformações sociais e políticas do Estado que o Prof. Thales de Assis Martins iniciou sua carreira na cidade de Uberlândia, sendo contratado em 15 de novembro de 1945 para ministrar aulas de vôlei e de basquete no Tênis Clube de Uberlândia. Sobre influência de uma educação física da vertente militarista, sofreu alguns choques com as mudanças que estariam por vir, após o fim do governo de Vargas e que será discutido no próximo tópico.

2.4-O TECNICISMO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Outra influência que será sentida neste período se dá com a introdução do esporte como conteúdo nas aulas de educação física. O esporte moderno, como o conhecemos hoje, é sem dúvida nenhum resultado direto do movimento esportivo inglês e que graças a uma série de fatores passa cada vez mais a ser utilizado como elemento de desenvolvimento da atividade física. No Brasil, sua influência é sentida a partir da década de 1920, mas, somente em meados do século XX esporte ganhou o *status* de importante conteúdo programático das aulas.

A Educação Física, chamada de tecnicista por Castellani Filho (1991), é baseada no esporte de alto nível seguindo a mesma vertente pedagógica introduzida no Brasil via acordo MEC-USAID no final da década de 1960. Segundo Saviani (2007) essa

tendência tecnicista partirá do pressuposto da neutralidade científica inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, e, conseqüentemente, a implantação no país reordenou os processos educativos de maneira que corroborassem com o desenvolvimento econômico, político e principalmente industrial, tornando este último mais objetivo e operacional.

Assim, a partir desses pressupostos há um movimento de objetivação do trabalho pedagógico que chegasse próximo ao desenvolvimento do trabalho fabril. Para Saviani (2007), o governo brasileiro tem suas políticas educacionais baseadas na corrente filosófico-pedagógica do behaviorismo, que pudesse organizar racionalmente as interferências subjetivas que colocassem em risco a eficiência. Desse modo, com a pedagogia tecnicista o professor e aluno passam para uma posição secundária, priorizando a organização racional os meios, que pudesse garantir a eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção (SAVIANI, 2007, p.20).

Contudo, levando em consideração os processos históricos que envolveram o desenrolar dessa ideia pedagógica difundida no Brasil principalmente após a implantação do nacional-desenvolvimentismo que aconteceu mais intensamente no governo de Juscelino Kubistchek, devemos pontuar aqui as principais contribuições da política no período que finaliza o governo de Vargas até a instauração do regime ditatorial em 1964, que foram importantes para as discussões que envolveram a promulgação de legislações específicas para educação.

Os processos que culminaram na saída de Getúlio Vargas do governo em 1945 iniciam-se em meados do ano anterior, em abril de 1944. Isso por que, o fim da II Guerra Mundial e a derrota dos Aliados, causou um enfraquecimento na figura de Vargas, uma vez que suas ações políticas seguiam a mesma direção dos regimes da Alemanha e Itália (FERREIRA, 2003).

A pressão para deposição do governo de Vargas em 1944 levava seus opositores a manifestarem em lugares públicos na intenção de concretizar mais rapidamente de tomada de poder. Entretanto, Ferreira (2003) aponta que paralelamente a esse movimento, surgiu outro nomeado de quererismo, que reivindicava a permanência de Getúlio Vargas no governo.

As interpretações tradicionais do queremismo apontam que esse momento era reconhecido como um produto direto do “populismo” varguista, contudo, para Ferreira (2003) a organização expressou uma cultura política popular e a manipulação de identidade dos trabalhadores, resultada de experiências políticas, econômicas e culturais partilhados por eles antes e durante o governo de Vargas. A reivindicação desses trabalhadores foi à permanência de Getúlio Vargas no poder, o que significava a garantia dos direitos sociais e trabalhistas, surgindo nesse cenário político os trabalhadores prol ao presidente, e sua saída poderia expressar um retrocesso a aquela política ligada às oligarquias brasileiras.

O governo de Vargas, durante toda sua trajetória, representou para os trabalhadores assalariados a conquista de diversos direitos, identificado por Ferreira (2003) como uma dualidade: “hoje e ontem”. Assim, a proposta de Constituinte com Getúlio representou a reciprocidade de Estado e população, no sentido de reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição:

[...] o Estado varguista não surgia apenas como um produtor de bens materiais, mas como formulador de um discurso que tomava componentes simbólicos da identidade construída pelos próprios operários no período anterior de 1930, articulava demandas, valores e tradições da classe e os apresentava como seus – além de ressaltar os benefícios sociais como atitude generosa que exigia o reconhecimento, e fundamentalmente, a reciprocidade (FERREIRA, 2003, p. 32)

O queremismo que surgiu em abril de 1945 a partir da aliança entre governo e trabalhadores, ganhou funções organizacionais e políticas mais definidas em julho do mesmo ano, com a fundação do comitê prol-candidatura de Vargas a presidência do Brasil nas eleições de 1946. Esse momento contou o apoio de diversas personalidades, inclusive a de Luiz Carlos Prestes e levantando reações de alguns partidos políticos.

Segundo Ferreira (2003) o movimento surge em um cenário político da transição democrática a partir de protestos dos trabalhadores, com medo de perderem a cidadania social conquistada nas décadas anteriores, progrediu em dois momentos significativos: o primeiro associado à figura de Vargas, pois ele seria a única garantia de preservação das leis trabalhistas e sociais, e, o segundo, derivado do primeiro, seria a reivindicação de uma Assembleia Constituinte que preservasse o governo de Getúlio Vargas.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) aproximou-se de forma discreta dos queremistas e contribuíram para que as uniões de trabalhismo-getulismo se

consolidassem. Segundo Ferreira (2003) essa expressão, apesar de serem tratados de uma mesma maneira, não significam que partem de um mesmo princípio, uma vez que o termo trabalhista é o projeto político enquanto o getulismo simbolizou a personificação da figura de Getúlio Vargas, sendo o queremismo o movimento social que institucionalizaria o próprio partido político: o PTB.

Desse modo, com a aproximação das eleições no final do ano de 1945, a União Democrática Nacional (UDN) lança Eduardo Gomes como candidato a presidência enquanto o Partido Social-Democrata (PSD) apresenta o candidato Eurico Gaspar Dutra. Para Ferreira (2003), as pesquisas eleitorais de 1946 apontavam como possível ganhador para a presidência da República o candidato da UDN, levando os líderes do PSD a cogitar a troca de apoio de Dutra para Vargas, garantindo a permanência do partido no governo.

A candidatura de Dutra a presidência do Brasil foi desacreditada até por seus aliados, mas apenas no final da corrida eleitoral, Getúlio Vargas demonstra apoio ao PTB e a seu candidato, garantido a vitória. Assim, com a chegada de Dutra a presidência, Vargas assegurou seu retorno em 1951, permanecendo no poder até 1954, ano que se suicidou.

O projeto de educação durante esse período de Vargas (1930-1945) até seu retorno em 1951, funcionou como embasamento para a difusão do ideário nacionalista presente em todo seu governo e que perpassaram até o golpe de 1964. Vargas buscou com a educação formar um cidadão brasileiro e trabalhador, encabeçados pelas ideias de civismo e moralidade, que foi um dos elementos essenciais para a legitimação do poder de Getúlio Vargas e a aliança entre governo e o restante da população. Esses princípios tomam outra roupagem com a implantação do governo de Juscelino Kubistchek, em 1956, onde a pedagogia tecnicista entra no palco para consolidar o projeto político do nacional-desenvolvimentismo.

O governo de JK (1951-1956) foi marcado por certa estabilidade política o que não significa ausência de crise (BENEVIDES, 1976). Essa configuração vai se delineando em um conjunto de normas constitucionais, que orientam o processo democrático tendo a educação como instrumento para a inserção eficaz do homem nos processos de produção capitalista e na industrialização. Esse cenário político-social é uma consequência dos processos que envolviam paralelamente o desenvolvimento da

América Latina em meados do século XX, que se transformaram na tendência pedagógica tecnicista a partir da década de 1960 e 1970.

Assim, com a influência dos Estados Unidos da América nas políticas educacionais brasileiras, na metade da década de 1960, o ensino volta-se mais intensamente para produção industrial e o desenvolvimento econômico, tendo a educação física como um suporte para garantir a estabilidade física dos trabalhadores. A Educação Física tecnicista (CASTELLANI FILHO, 1991) se desenvolveu nesse contexto como suporte a aptidão física, em convergência com ações estadunidenses sob os “critérios científicos da Medicina Esportiva, como um dos meios de investigação aplicada ao serviço do esporte de alto nível e de superação de doenças hipocinéticas surgidas pelo modo de vida industrial”. (PALAFOX, 1993, p.33).

Segundo Libâneo (1985) vamos encontrar a influência da pedagogia tecnicista a segunda metade da década de 1950 a partir do Programa Brasileiro-Americano de Auxílio ao Ensino Elementar, mas esta tendência pedagógica vai ser introduzida efetivamente no Brasil no final da década de 1960, como pedagogia oficial do Governo Militar que governava o Brasil naquele momento a partir de 1964, e tinha como objetivo adequar o sistema educacional a orientação político-econômica do regime civil-militar, tomando o lugar da orientação escolanovista que dominava a escola naquele momento. Sendo que a Lei 5692/71 vai ser em nível de ensino de 1º e 2º graus o marco de implantação desta pedagogia na escola brasileira.

Por tecnicismo, aqui se entende ‘a difusão de uma ideologia que valoriza uma forma de pensamento caracterizado, a falta de melhor denominação, como técnico-científico; a incorporação à burocracia pública do grande contingente de indivíduos com habilitação técnica e identificados com tal ideologia; o uso generalizado de técnicas, objetivando a racionalização de atividades e planejamento dos diversos setores da vida da sociedade (CRUB apud BOAVENTURA, 1988, p. 241).

Esta pedagogia assegura que o papel da escola como modeladora do comportamento humano, que se dará através de técnicas específicas a serem aplicadas. Era tarefa da educação escolar, organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global (LIBÂNEO, 1985, p.28). A escola vai atuar no aperfeiçoamento da ordem social do sistema capitalista, articulando a mesma ao sistema produtivo. “A pesquisa científica, a tecnologia educacional, a análise

experimental do comportamento garantem a objetividade da prática escolar. (idem, p.29).

O seu método de ensino consistia nos procedimentos e técnicas necessárias ao controle das condições ambientais que possam assegurar a transmissão e a recepção de informações. Sendo que a tarefa do professor é modelar as respostas mais apropriadas aos objetivos educacionais, buscando conseguir o comportamento adequado a aprendizagem. O sistema instrucional segundo a pedagogia tecnicista possuía três componentes básicos: “*objetivos instrucionais operacionalizados em comportamentos observáveis e mensuráveis, procedimentos instrucionais e avaliação*” (LIBÂNEO, 1985, p.30), possibilitados e disponibilizados por esta pedagogia.

O essencial da tecnologia educacional é a programação por passos sequenciais empregada na instrução programada, nas técnicas de microensino, multimeios, módulos etc. o emprego da tecnologia instrucional na escola pública aparece nas formas de: planejamento em moldes sistêmicos, concepção de aprendizagem como mudança de comportamento, operacionalização de objetivos, uso de procedimentos científicos (instrução programada, audiovisuais, avaliação etc., inclusive a programação de livros didáticos). (LIBÂNEO, 1985, p.30).

Em relação aos pressupostos de aprendizagem, esta tendência pedagógica tem como base a psicologia comportamental, com bases em Psicólogos americanos como Skinner, Gagné, Bloom e outros. Para esta pedagogia o ensino se dá através de um processo de condicionamento do comportamento através de um processo de fortalecimento de respostas que se deseja obter, num enfoque diretivo do ensino, que se manifesta no controle das condições (meio ambiente) que cercam o organismo de se comporta.

Segundo Libâneo (1985), embora houvesse grande pressão por parte do governo para a implantação desta ideia pedagógica na educação brasileira, ela não foi efetivamente assimilada pelos professores, pelo menos em termos de “ideários”. No entanto a aplicação da metodologia tecnicista (planejamento, livros didáticos programados, procedimentos de avaliação etc.) não considera uma postura tecnicista do professor (1985, p.32). Para o autor, a ação profissional do professor continua mais para uma postura eclética em torno dos princípios pedagógicos fundamentados nas pedagogias de vertentes tradicionais e renovadas, não chegando à pedagogia tecnicista a se tornar referência na educação brasileira.

Com o golpe civil-militar de 1964, a educação brasileira volta mais intensivamente para acordos internacionais com o EUA, transformando a educação num

meio de produção para formar cidadãos aptos a corroborarem com a força de trabalho para o desenvolvimento econômico do Brasil, tendo a educação física como meio de disciplinar e ordenar o corpo. O desenrolar desse novo sistema governamental resultou numa série de legislações que teve por consequência a promulgação da Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971 que fixou as Diretrizes e Bases de 1º e 2º grau, que trataremos particularmente no próximo tópico.

2.5-A LDB DE 1971 E OS RUMOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

O processo de instauração e consolidação do regime ditatorial iniciado em 1964 resultou em uma série de repressões e violências com a população brasileira. Esse período foi marcado ainda por diversas represarias as esquerdas e pelo desrespeito aos direitos humanos. No entanto, essa vertente de interpretação corrobora com uma memória simplificada sobre o período, isentando a sociedade civil de qualquer tipo de culpa sobre a legitimação e os meios nos quais se desenvolveram o projeto dos militares.

A partir da perspectiva da memória e da história, no qual a memória se configura como uma ferramenta da história, devendo utilizá-la para uma reconstrução do passado (LE GOFF, 1996), a ditadura brasileira, perpassando o campo das memórias coletivas (HALBWACHS, 1968), durante muito tempo, registrou que o regime instaurado a partir de 1964, teve apenas como protagonistas os militares. Entretanto, essa vertente historiográfica de interpretação dos fatos que envolveram o período de 1964 a 1988, tem-se tendenciado para outro campo, considerando a participação de setores sociais como responsáveis pela legitimação das ações políticas do período.

Segundo Cordeiro (2009) é necessário compreender o desenrolar do regime civil-miliar a partir dos caminhos que se consolidaram as memórias coletivas contra o governo a partir do processo de reabertura política iniciado em 1979, sob a perspectiva de que este não atuou apenas por vias de repressões e violência, mas também, sua legitimação foi pautada através dos setores sociais que aprovavam as políticas implementadas. As memórias coletivas, que perpassam os campos das memórias individuais, caracterizaram-se pela prevalência do mito da resistência colocando a ditadura como um regime estranho à índole pacífica e democrática do povo. Segundo

Aarão Reis (2014), essa interpretação simplifica a memória da sociedade, opondo binariamente a ditadura *versus* democracia.

Desse modo, a educação foi entendida como meio de consolidação do progresso nacional, através do trabalho e da industrialização. A tendência tecnicista encontra-se refúgio nessas políticas de desenvolvimento econômico, a partir do momento em ela é implementada para dinamizar os processos industriais para garantir a eficiência.

Esse modelo de educação de consolidou na Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971 que deu origem a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), representando as reformas do modelo de educação primária e médias realizadas pelo regime civil-militar, funcionando como resposta a todas as discussões realizadas durante a década de 1950 e 1960 no campo educacional, a partir dos acordos MEC-USAID, do relatório Meira Matos e do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

Para Ghiraldelli Jr. (1992), a LDB de 1971, origina-se a partir de um projeto elaborado por um grupo de trabalho instituído pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho, em junho de 1970. Sendo composto pelos seguintes membros: Padre José de Vasconcelos (Presidente), Valnir Chagas (Relator), Clélia Capanema, Eurídes Brito, Geraldo Bastos da Silva, Nise Pires, Magda Soares, Gildásio Amado e Aderbal Jurema.

Este projeto é mandado ao Congresso Nacional e é aprovado em 11 agosto de 1971, num tempo considerado pequeno se comparado a LDB de 1961, a lei 4.024/61 foi discutida e aprovada depois de 13 anos de disputa. Para Ghiraldelli Jr. (1992)

O trabalho do Congresso Nacional no acompanhamento do documento que se transformaria em LDB para o ensino de 1º e 2º graus, resumiu-se em dispensáveis atos pouco consequentes. O grau de decoratividade do Parlamento neste período ficou acentuado devido ao endurecimento do regime, e o crivo do Congresso Nacional sobre o projeto de LDB pautou-se por emendas inócuas e até mesmo alheias ao assunto. (1992, p.181).

Romanelli (1980) afirma que a reformulação do ensino de primeiro e segundo graus, pretendia promover a reorganização escolar de um país dependente em expansão econômica eminente, onde a exigência de um aumento do nível geral de escolaridade do trabalhador era essencial.

A industrialização crescente exige uma base de educação fundamental e algum treinamento, o suficiente para o indivíduo ser introduzido na manipulação de técnicas de produção e aumentar a produtividade, sem, contudo, ter sobre o processo nenhum controle, nem mesmo

qualquer possibilidade de exigências salariais que um nível mais elevado de escolarização e qualificação acabaria por suscitar. Enfim, era interessante para os meios empresariais que tivéssemos a mão-de-obra com alguma educação e treinamento, bastante produtiva e, ao mesmo tempo, barata. (ROMANELLI, 1980, p.234)

Por outro lado, setores ligados à comissão Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), pensavam de forma divergente em relação à reorganização do ensino médio, constatando-se ser a escola o momento a grande via para a entrada na Universidade. Também era previsto uma substituição do modelo anterior que inseria uma profissionalização precoce oferecida em nível do antigo ginásio para uma profissionalização ao nível secundário, de forma que apenas os mais capazes fossem levados a Universidade, e aqueles que não fossem os mais capazes teriam ao final do ensino secundário uma ocupação útil dada por um ensino profissionalizante neste nível.

As principais modificações introduzidas pela lei na estrutura da educação brasileira foram referentes às durações dos ciclos do primeiro e segundo grau, como também do ensino profissionalizante. Ainda assim, há uma referência sobre a obrigatoriedade da prática de Educação Física, além das disciplinas de Moral e Cívica e Educação Artística, que serão tratadas especificamente no Decreto n.º 69.450 de 01 de novembro de 1971:

[...] Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969 (Art. n.º 7, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971)

Além disso, para Romanelli (1980), em relação aos princípios que a nova lei estabeleceu, dois são fundamentais: o princípio da continuidade e o da terminalidade. O primeiro refere-se ao que deveria ocorrer uma passagem gradativa do geral para o particular, das séries anteriores nas posteriores, onde os conteúdos deveriam partir de uma base de educação ampla, nas primeiras séries iniciais do 1º grau, dando sequência para a formação especial e as habilitações profissionais já no 2º grau. Isto seria garantido por um núcleo comum de conhecimentos básicos em todos os níveis e em todas as regiões, sendo praticamente exclusivo nas últimas séries do 1º grau, para ser secundário no 2º grau, onde deveria prevalecer a formação específica da habilitação profissional.

Em relação ao segundo, este é aplicado da seguinte forma: terminado o 1º grau, o educando teria plena condição de ingressar no mercado de trabalho, se isto fosse necessário e no mínimo este teria uma formação que possibilita ao menos uma sondagem de sua vocação profissional e lhe dá uma iniciação ao trabalho (ROMANIELLI, 1980, p.239). A segunda conotação para esse mesmo termo diz respeito a uma habilitação profissional de grau médio, o que em tese deveria proporcionar uma melhor qualificação profissional, já que este nível deveria garantir um exercício profissional, mesmo se os estudantes desejassem prosseguir nos estudos.

Em relação ao conteúdo, a organização do currículo escolar ficou prevista da seguinte forma pelo artigo quarto da Lei

-Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acordo com o inciso anterior.

2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos (LEI 5.692 de 11 de agosto de 1971)

Segundo Romanelli (1980) a lei e os pareceres preveem um tratamento metodológico que deve ser dada ao currículo, na proposta das matérias serem trabalhadas sob a forma de atividades, áreas de estudo e disciplinas, sendo que as atividades sejam dominantes no início da escolarização e as disciplinas dominantes no

ensino de 2º grau, no entanto as leis e decretos não fazem referência a nenhuma metodologia de ensino.

Outro fator importante que a Lei 5692/71 estabeleceu é a previsão de recursos financeiros para a Educação. Além da grande maioria dos recursos proverem da receita do poder público a lei inova em estabelecer o salário-educação e duas outras fontes de recursos, oriundas dos fundos especiais da Loteria Federal e da Loteria Esportiva, sendo divididos 20% do Fundo Especial da Loteria Federal destinadas ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (Lei n. 5.525/68) e 30% da receita líquida da Loteria Esportiva destinada ao Movimento brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A formação dos professores também recebeu atenção na Lei 5692/71, a legislação previu vários níveis de formação, a cada um correspondendo a um nível de exercício do magistério. Vamos encontrar a existência de dois esquemas neste processo de formação, uma relacionada à formação dada a cursos regulares e outro relacionado a cursos regulares acrescidos de estudos adicionais, responsáveis por cinco níveis de formação de professores:

Art. 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;

b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;

c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

Entretanto vale ressaltar, que apesar dessas definições sobre os rumos da educação física na escola e da formação de professores, é apenas com a promulgação do Decreto 69.450 de 01 de novembro de 1971, onde as atividades físicas serão regulamentadas, e, apesar de serem previstas pelo artigo 22 da LDB de 1961³, e nos

³ Art. 22. Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior.

incisos b e c do artigo 40⁴ da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, responsável pela reforma no ensino universitário e outras regulamentações que permearam as décadas de 1960 e 1970, fica decidido já de início que:

Art. 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.

Esse mesmo decreto prevê ainda os objetivos da disciplina no âmbito escolar e universitário, dos currículos a serem trabalhados, da organização e funcionamento das aulas, da implantação e dos recursos financeiros a serem destinadas as atividades.

A obrigatoriedade do ensino e prática da Educação Física consegue preencher a lacuna para o desenvolvimento e consolidação da profissionalização do professor de educação física. É a partir desse momento que em um contexto particularizado que as ações de determinados indivíduos acabam sendo respeitadas e tomando notoriedade.

2.6-A EDUCAÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS

Abordaremos a seguir a situação da Educação Física (neste período denominado de ginástica) a partir do Império no Brasil, a situação da inclusão desta disciplina nas escolas foi muito difícil tanto no município da corte quanto nas províncias. A falta de dinheiro a ser aplicado na instrução pública e conseqüentemente na Educação Física, aliado ao preconceito em relação ao trabalho físico impedem que a disciplina seja efetivamente inserida nos currículos escolares. O quadro não se altera durante toda a segunda metade do século XIX. No final do século XIX e início do século XX vamos encontrar em várias províncias reformas educacionais que de certa forma vão encampar a disciplina “ginástica”, ou “exercícios físicos” no seu currículo. Vago (1999) citando a reforma mineira de 1906 afirma que:

⁴ Art. 40. As instituições de ensino superior: [...] b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;

A cadeira de “Exercícios Physicos” foi mais um dos dispositivos para o cultivo do corpo na escola, isto é, para uma ampla e profunda “educação physica” das crianças. Com efeito, foi nessa cultura escolar que essa cadeira foi inserida pela primeira vez nos programas de ensino primário em Minas Gerais – era o momento inicial de seu enraizamento escolar. A reforma de 1906 realmente obrigou a presença dos “Exercícios Physicos” no programa. Ela prescrevia: “Não se descuide desta parte da educação das crianças na escola”. Passa a circular a representação de que a inserção dessa cadeira no programa da escola primária era necessária porque de tais exercícios dependia “o desenvolvimento physico dos futuros cidadãos”. Observe-se que uma preocupação com o aperfeiçoamento e o fortalecimento físico racional e sistemático ficava evidente. (1999, p.34).

Em Minas Gerais, Segundo Pinto (2010) o curso superior de Educação Física é criado somente em 1952 é fundada a fundada a Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais (EEFEMG), vinculada à Diretoria de Esportes e subsidiada pelo Estado com verbas da Loteria Federal. O seu currículo seguia as diretrizes do Decreto Federal 1.212/39, que oferecia quatro cursos: “Superior em Educação Física, Educação Física Infantil, Medicina Especializada e Massagem Especializada”. O corpo docente fora constituído por militares e médicos próximos ao então governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. Segundo Campos (2009):

[...] outro projeto de fundação de uma Escola superior de Educação Física se desenrolou paralelamente. Com interesse de elevar o status das Faculdades Católicas de Minas Gerais à Universidade, Dom Cabral (então arcebispo de Belo Horizonte) convida o médico Sylvio Raso a fundar, também em 1952, a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais (EEFFCMG), mantida pela Igreja Católica. Por questões financeiras e interesses políticos, em 1953 acontece uma fusão destas duas, formando a Escola de Educação Física de Minas Gerais, que passa a ser custeada pelo Estado, mas coordenada pelas Faculdades Católicas. Nesta fusão, o currículo permanece o mesmo, e grande parte do corpo docente é mantida, porém com acréscimo de alguns professores especialistas em Educação Física (2009, p.10).

Essa circunstância permanece até 1969, quando a escola é federalizada, passando a pertencer à Universidade Federal de Minas Gerais. Esse movimento de transição foi permeado por muitos embates políticos. Somente em 1978 foi inaugurada a sede da Escola de Educação Física da UFMG no campus universitário na Pampulha (PINTO, 2010).

Segundo Rodrigues et al (2013) uma das funções da Inspeção de Educação Física, criada pelo Decreto n. 7970-A, de 15 de outubro de 1927 em complemento à Reforma de Ensino Francisco Campos, era de analisar a possibilidade de orientar e capacitar professores para atuarem na área de educação física e esportes, bem como na construção de espaços específicos para tais práticas. A ideia inicial seria a de se construir praças de esporte para a prática de exercícios físicos para a mocidade, nos modelos vistos no Uruguai e Argentina.

Esta ideia saiu do papel em 1933 quando são inauguradas seis praças de esporte na capital do Estado, Belo Horizonte. Estas praças foram o modelo em que se espelhou a construção do Uberlândia Tênis Clube (UTC) construído em Uberlândia, local de trabalho do professor Thales. A primeira a ser inaugurada foi a praça de esportes Olegário Maciel, em 1933. Contudo esta experiência não continuou de maneira sistemática,

Segundo Silva (2009), a partir de 1934, sob o governo do interventor Benedito Valadares, houve indícios de desamparo à Inspeção de Educação Física, quando apresenta consideráveis cortes na receita desse órgão, postura preservada até sua extinção formal, sacramentada pela reforma da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública em 1937. O fim da Inspeção aconteceu um mês depois da inauguração de um clube na capital, que a partir de 1938 viria a ser considerado a referência para o desenvolvimento das políticas de esporte em Minas Gerais. (RODRIGUES et al, 2013, p. 35).

A respeito da criação do Minas Tênis Clube e todos os aspectos históricos que envolvem, Delgado e Schuffner (2007) afirmam que:

Em Belo Horizonte, o Minas Tênis Clube (MTC) foi um desses espaços destinados ao desenvolvimento do esporte na cidade. De acordo com o Art. 132 da Constituição de 1937, as iniciativas da sociedade civil, que tivessem afinidades com o projeto de modernização de Vargas, recebiam apoio do Estado. O MTC foi um caso exemplar dessa colaboração do governo para com a sociedade civil.

O clube tornou-se um local de conagração e de preparação das elites. Ali, pelo lazer e pelo esporte, os jovens provenientes das camadas altas da cidade foram preparados e disciplinados para atuar em uma sociedade capitalista em pleno avanço. (p. 219)

Como foi dito anteriormente, o Minas Tênis Clube, foi fundado em 1937, e diante de tanta repercussão positiva na imprensa e em toda sociedade, passa a

representar o modelo de organização de espaços esportivas para o Estado de Minas Gerais. Construído pela Prefeitura e posteriormente arrendado por um grupo da elite política e econômica de Belo Horizonte.

O governo mineiro e a sociedade como um todo passam a ver o esporte como algo extremamente benéfico à formação de uma juventude brasileira, tendo como referência o progresso e o bem-estar do povo brasileiro. O esporte passa a cumprir uma relevante função educacional de disciplinar e adestrar os corpos, tão importantes agora, com a entrada do Brasil no contexto capitalista internacional.

Neste sentido as práticas de exercícios físicos e o esporte passam a serem grandes aliados do Governo para uma eugenia e aprimoramento da raça, num projeto de fortalecimento da Nação e de transformação social. E como foi dito anteriormente o corpo passa a ser visto como elemento para o trabalho e para a defesa da pátria é o que se esperavam dos jovens. As atividades físicas e os esportes enrijecem os músculos e moldam o caráter e nisso se faz consistir todo o interesse do Estado na área da Educação Física.

Esse contexto levou o governo mineiro, tendo à frente Benedito Valadares Ribeiro nas décadas de 1930/1940, a criar uma política de difusão do esporte que tinha o Minas Tênis Clube como polo irradiador. Com o Decreto-Lei n. 150, de 24 de dezembro de 1938, que continha providências sobre a cultura física, o Minas Tênis Clube foi transformado na Praça de Esportes Minas Gerais, passando a ser considerada uma instituição de utilidade pública. Passaria a funcionar na referida praça, que foi cedida pela Prefeitura ao clube, por prazo indeterminado e, colocada à disposição do Estado, para que ele realizasse, ali, sua política de difusão da cultura física em Minas.

Ainda segundo Rodrigues et al (2013), o Minas Tênis Clube por força do Decreto-Lei n. 150, também se responsabilizaria pela formação de monitores para o ensino de atividades físicas e esportivas, bem como também o seu treinamento técnico. Isto serviu de base para promover a criação de cursos de treinamento de profissionais para a área, já que ainda não tínhamos cursos superiores de Educação Física em Minas Gerais. Fica claro que estes cursos de formação de especialistas se deram em colaboração com a Polícia Militar de Minas Gerais, e focaram a formação de monitores de natação para atuarem em outros clubes, praças e colégios, não só da capital, mas também das cidades do Interior. O Minas Tênis Clube passa a gozar de certa autonomia, sendo regido por um estatuto próprio, mas deve-se ressaltar que o seu presidente

deveria ser uma livre nomeação do Governador do Estado. Transformado em praça de esporte, o Minas Tênis Clube passa ser um “polo irradiador” das políticas públicas de esportes em Minas Gerais, sendo referência para criação de praças de esporte em todo o interior do Estado, demonstrando efetivamente como deve ser a política de intervenção do Estado na saúde e na educação.

Para se efetivar esta política, foi criada pelo Decreto-Lei n. 175, a Loteria do Estado de Minas, que tinha como função destinar parte de seus lucros a construção destas praças de esporte. O Governo construiu praças de esporte em várias cidades do Interior de Minas, todas denominadas de Tênis Clubes, em parceria com as prefeituras municipais e que eram cedidas às entidades que se propunham a desenvolver a educação física e a massificação do esporte. O estado foi dividido em 26 zonas esportivas e nessas cidades foram construídas praças de esporte, em sua maioria consistiam em estádios, piscinas e pequenas pistas de atletismo. O funcionamento destas praças era semelhante ao funcionamento do modelo criado pelo Minas Tênis Clube e tinham seus próprios estatutos e seus presidentes eram nomeados pelo Governador, que também auxiliava com recursos para o seu funcionamento, desde que atendesse aos seus fins de maneira satisfatória. (RODRIGUES, et al, 2013).

Para gerir essa política, o governo mineiro sancionou, por meio do Decreto-Lei n. 922, de 16 de junho de 1943, com sede em Belo Horizonte e diretamente subordinada ao governador do Estado, a Diretoria Geral das Praças de Esporte de Minas Gerais (DGPE-MG), com a finalidade de dar orientação uniforme às atividades das praças de esportes construídas pelo Estado ou por este em colaboração com os municípios. Cabia também, à DGPE fiscalizar a administração e orientar, tecnicamente, as praças de esportes, promovendo, junto às entidades, medidas que garantissem maior eficiência de sua atividade. A direção da DGPE era composta por três membros nomeados pelo governador do Estado e assistidos por técnicos ligados ao esporte e à educação física.

As informações que temos sobre esse órgão são as que encontramos na legislação do período e nos relatos levantados pela história oral. Em junho de 1946, a Diretoria Geral das Praças de Esportes passa a denominar-se “Diretoria de Esportes de Minas Gerais” (DEMG), pelo Decreto-Lei n. 1765, de 17 de junho de 1946. Esse órgão foi responsável pela estruturação da política pública de esportes mineira até a década de 1980.

2.7- A EDUCAÇÃO FÍSICA EM UBERLÂNDIA

Na década de 30, com o governo Vargas, o Brasil conheceu um período de incentivo a indústria nacional, o que fortaleceu a região sudeste, principalmente São Paulo, com a qual Uberlândia se encontra intimamente ligada em suas relações econômicas, principalmente pela estrada de Ferro denominada de Mogiana.⁵

Durante os anos 30, na era Vargas, período que durou 15 anos de 1930 a 1945, com três fases distintas: A primeira de 1930 a 1934 é a fase do Governo Provisório, ou Governo Revolucionário; a Segunda, de 1934 a 1937, e a fase do governo Constitucional; a terceira, de 1937 a 1945, é a fase do Governo Ditatorial. Foi uma época de profunda reflexão intelectual em torno da identidade do país, do seu povo, da sua cultura, da sua História. Mas especificamente em outubro de 1930 Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil, dando início a uma nova fase política de nossa história. O político gaúcho comandou os destinos da República, impondo seu estilo de governo e modificando profundamente a vida política, econômica, social e cultural da nação (FERREIRA, 1986).

Em novembro de 1930 foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública e logo em abril do ano seguinte se publicou uma reforma, estabelecendo a obrigatoriedade dos exercícios de educação física, para todas as classes secundárias. Em julho apareceram os programas de educação física criados nos moldes do método francês, os quais vigoraram até 1944 sem modificação. Neles se acentuava que a educação física tem por finalidade proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, concorrendo, assim, para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e das suas responsabilidades.

Segundo dados deste período, os desportos recreativos progrediram muito, através da administração progressiva dos trabalhos, cerca de 500 milhões de dólares foram gastos em 3.700 edifícios recreativos, 888 parques, 1.500 campos de atletismo e muitos outros melhoramentos. (MARCHI JR, 2001).

Em 1940 Uberlândia tinha 163 indústrias mais ligadas ao setor agropecuário, mas a principal atividade econômica nesta época era o comércio, principalmente ligado

⁵ Sobre a estrada de ferro da Mogiana, ver o trabalho de Valeria Maria Queiroz Cavalcante Lopes, Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos. Memórias, construção e apropriações do espaço. Uberlândia: EDUFU, 2010.

a produção de arroz. No Brasil Republicano, há uma grande mobilização popular marcando o primeiro momento que se pode, mesmo com restrições, ser considerado como democrático. O populismo - forma de governar marcada pela relação direta entre o governante e o povo - domina a política nacional. Sonhos e esperanças de superar a pobreza, por meio do desenvolvimento industrial e de uma melhor distribuição de renda. Na construção da imagem de Vargas como líder carismático das massas trabalhadoras urbanas, ressaltou-se a implantação, em 1943, de um programa de rádio denominado Hora do Brasil, cuja transmissão por todas as rádios é obrigatória. A transmissão é feita logo no início da noite, após o retorno dos trabalhadores ao lar, hora do jantar e do encontro em família. O objetivo do programa é falar da identificação do Estado Novo com o povo, do papel desempenhado por ele na valorização do trabalho e do trabalhador. Dignificando o trabalho ao considerá-lo eixo fundamental da construção da nação, o Estado Novo "cria" um homem novo, um "novo" cidadão, identificado pela carteira de trabalho, prova de sua condição de cidadão e chave de sua inclusão na comunidade (SILVA, 1985).

O salto para o crescimento da cidade de Uberlândia ocorreu nesta década, com a implantação do capital estrangeiro no país. Incentivando a construção de novas estradas para Uberlândia, esse aspecto foi fundamental, pois tem uma posição geográfica privilegiada, isso acabou reforçando a sua posição comercial, baseada num entroncamento de rodovias estaduais e federais, somando-se ainda a construção de Brasília e a intensificação do comércio e do setor de serviços da cidade. O trajeto via estrada de ferro e a ligação com a ponte Afonso Pena uniu os Estados de Minas Gerais ao Estado de Goiás, consolidando as relações com o Estado de São Paulo (SILVA, 1985).

O processo civilizador é também percebido pelas mudanças de comportamento de um povo em conexão com alterações na estrutura social em que a observação do decurso do tempo nos permite aferir em que direção uma determinada sociedade caminha. À medida que a cidade vai-se transformando, vai crescendo aumentando seu raio de influência vai também se diversificando as funções e aumentando a interdependência, as ações se multiplicam nos espaços da cidade. Para além de qualquer limitação desejada, a ação popular ganha impulso pelo desejo de se mostrar, de criar lugares e se fazer presente em espaços (LUCENA, 2001).

É dentro deste contexto histórico que a vinda de um profissional de Educação física para a cidade de Uberlândia se constitui como um fato de grande relevância. O esporte na cidade de Uberlândia já se encontrava num estágio avançado de desenvolvimento, com vários esportes sendo praticados por centenas de pessoas. O futebol de campo que tem seu início entre os anos de 1909 e 1910 quando dois garotos que estudavam no Colégio Diocesano de Uberaba vieram morar na cidade (ainda denominada de Uberabinha) e trouxeram as bolas e o livro de regras e ensinaram os jovens da cidade este esporte de origem inglesa. Em pouco tempo se formaram várias equipes e a sua prática se difundiu por toda a mocidade das elites locais. (VELOSO, 2004).

Sobre a situação da Educação Física em Uberlândia, no período bem próximo ao estudado vamos encontrar a dissertação de Mestrado de Daniela Soraia Resende Araújo Ghantous, intitulada *Gymnasio Mineiro de Uberlândia: processo de disciplinarização do espaço escolar (1937 – 1945)*, a autora faz uma análise do Gymnasio Mineiro, futura Escola Estadual de Uberlândia. Escola está em que trabalhou também o professor Thales no período de 1958 a 1974.

Ainda na dissertação de Mestrado de Daniela Soraia Resende Araújo Ghantous, intitulada *Gymnasio Mineiro de Uberlândia: processo de disciplinarização do espaço escolar (1937 – 1945)*. Ela relata em sua dissertação a existência da disciplina Educação Física no currículo da referida escola, porém ao descrever como ela era ministrada descreve da seguinte forma:

Este ensino era obrigatório para todos os alunos do sexo masculino, de nacionalidade brasileira, que tivesse entre 12 e 16 anos, mesmo os portadores de deficiências físicas. Os alunos de 12 a 15 anos faziam parte de um grupo e, os que completavam 16 anos ou que estavam matriculados na última série de seu curso, compunham outro grupo. Esse ensino era ministrado em módulos de 50 minutos, em número de 36, divididos em, no mínimo, uma aula por semana ou, no máximo duas. O número máximo de alunos por turma era quarenta e cinco. Nessa disciplina, a frequência dos alunos era computada, inclusive para efeito de retenção. Durante as aulas, os alunos aprendiam sobre: posições de um soldado, tipos de marcha, instrução geral das forças armadas, o Exército e a Marinha, órgãos de administração e de comando, uniformes, hierarquia militar. Forças aéreas, continência e sinais de respeito, disciplina e conduta militar, transgressões disciplinares, tipos de armamento e seu manuseio correto, entre outros. Esses conteúdos eram retirados de alguns regulamentos, dentre os quais: Regulamento de Exercício e combate de Infantaria, Regulamento Disciplina (sic) do Exército, Regulamento de Tiro de

Armas Portáteis, Regulamento de Continência e manuais de instrução militar. (GHANTOUS, 2006, p. 216-217).

A autora continua a discorrer sobre a disciplina, afirmando que ela contribuía para o processo de disciplinarização e de docilização dos alunos, ao ensinar-lhes o respeito, a consciência do dever militar. Ela não deixa claro sobre quem ministrava as aulas e nem se refere a esta atividade como educação física, contudo numa citação na mesma página ela cita uma circular enviada pelo inspetor de Tiro aos diretores dos estabelecimentos de ensino secundário, comercial e industrial destacando que cabiam as respectivas diretorias a instrução pré-militar, exigindo o mesmo tratamento a esta “disciplina” em relação às demais disciplinas do currículo, inclusive em relação aos instrutores. Não se fala de maneira nenhuma em “professor” e nem quem seria este profissional. Mas fica claro que este era um militar, visto que existia em Uberlândia um Tiro de Guerra, que posteriormente seria transformado em um Batalhão de Infantaria Motorizado.

QUARTA PARTE

CAPÍTULO III

PROFISSÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Como vimos no capítulo anterior a profissionalização do educador físico não acompanhou a regulamentação dada à disciplina em meados do Império. O surgimento da Educação Física como profissão docente só aconteceu no início do século XX, com a preocupação em designar um responsável para ministrar a disciplina.

Como já relatamos anteriormente, o início da introdução da Educação Física na escola se deu a partir de 1851, com a introdução conteúdo ginástica no imperial Colégio Pedro II, a partir da Reforma Couto Ferraz, que não se preocupou com a formação do professor, dando abertura para entrelaçar a prática militar com a atividade física escolar. Oliveira (1998) ao analisar a formação profissional na área da Educação Física, assim descreve a importância dos militares nesta tarefa.

Os militares, desde cedo, parecem haver sido os primeiros a dedicarem-se sistematicamente à prática de atividades físicas. Em 1858, um decreto inclui a esgrima e a natação nos cursos de infantaria e cavalaria da Escola Militar, criando a necessidade da existência de um mestre de esgrima e outro de natação. Ainda neste ano, a Escola da Marinha estabelece a obrigatoriedade da ginástica e da natação. (OLIVEIRA, 1998, p.05).

É interessante assinalar que no ambiente militar, vamos encontrar uma série de títulos que compõe a hierarquia militar: contramestre de ginástica, mestre de natação, instrutor de ginástica e outros. Isto leva a supor que o instrutor seja o grau mais inferior desta hierarquia. Sobre isto, vale destacar, que a diferença entre o instrutor e o professor. O termo professor vai ser usado no meio civil, dentro do ambiente escolar, e termo instrutor vai se referir ao profissional que atua no meio militar.

Parece que, apenas os oficiais dedicavam-se a este ramo do magistério, enquanto os sargentos (chamados monitores) vieram a aparecer bem mais tarde. Está claro, porém, que os militares já atuavam no meio civil, haja vista depoimentos encontrados em Marinho (1952-a), como por exemplo, aquele que referindo-se ao ano de 1881, informa-nos que “o capitão Ataliba M. Fernandes é nomeado professor de Ginástica da Corte”. O que não fica claro, entretanto, é

como esses professores e/ou instrutores preparavam-se para o exercício de suas funções. Provavelmente o auto-didatismo proporcionado pelas poucas obras sobre a matéria e algumas poucas viagens que os militares faziam ao exterior. O que não se pode perder de vista, porém, é que ao final do Império, o nosso sistema educacional não estava bem articulado, havendo poucas oportunidades para o exercício do magistério em nossa área. (OLIVEIRA, 1998, p. 06).

O autor afirma ainda que os primeiros professores são de origem militar e cita nomeação do capitão do exército Ataliba M. Fernandes ao posto de professor de ginástica da Escola Normal do Município da Corte em 1881. Afirma ainda que já havia concursos para provimento da então cadeira de ginástica em várias unidades de ensino do império. Cita outro importante professor de ginástica do período, Arthur Higgins que ministrou aulas também no Ginásio Nacional (atual Pedro II) e na Escola Normal, entre outros estabelecimentos de ensino do município do Rio de Janeiro no final do século XIX.

No final do Império, vamos encontrar no ideário liberal a figura de Rui Barbosa, um dos arautos da importância da educação no nosso país e pela difusão da instrução pública, enquanto uma meta a ser alcançada. “A escola elementar passou a ser vista por todos como uma necessidade. Tornou-se uma obrigação do Estado e um dever do cidadão. Nesse momento, muito se discutia o poder transformador da escola e ela era tida como fundamental a uma nação que se denominasse livre e civilizada” (MACHADO, 2001, p. 99).

Rui Barbosa, ao produzir os seus Pareceres sobre a reforma Leôncio de Carvalho fez uma análise detalhada da educação no Brasil e destaca em alguns pontos do documento aspectos relativo à Educação Física, apontando a sua precária realidade naquele momento e propõe várias mudanças na área de educação física, entre as suas sugestões estão:

[...] a obrigatoriedade da Educação Física no jardim de infância, escolas primárias e secundárias, inclusive nos cursos industriais, nos de comércio e de agricultura, como matéria de estudo em momentos distintos do recreio e após as aulas. Vê-se por aí, que a Educação Física existia, mas de maneira discriminada. Em outro momento, recomenda a instituição dos exercícios militares para os meninos do sexo masculino, a partir da escola primária. Percebe-se, por esta recomendação, o quão identificada já estava a Educação Física com a ginástica praticada nos quartéis, na medida em que até mesmo um intelectual a recomendava. Rui entendia, ainda, que meninos e

meninas deveriam ter práticas físicas diferenciadas (ginástica sueca e calistenia, respectivamente). (OLIVEIRA, 1998, p. 07).

Rui Barbosa ainda propôs a equiparação do professor de educação física, tanto em categoria como em autoridade, aos demais professores das outras disciplinas escolares. Neste sentido Ferraz (1999) destaca que o professor de ginástica era visto como um técnico e, portanto, considerado de maneira menos privilegiada.

Com o fim do Império e o início da República em 1889, o quadro não se altera substancialmente no que diz respeito à formação profissional. Segundo Oliveira (1998), um novo elemento que será implementado nesse período foi a introdução do esporte, a partir da influência inglesa, na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX. Este esporte se manifesta principalmente no Remo e logo em seguida no Futebol, e que décadas mais tarde se torna a grande paixão nacional. Outras modalidades esportivas como o basquetebol e o voleibol são introduzidas neste período histórico pela vinda de professores estrangeiros que aportam no Brasil para lecionar em escolas protestantes no nosso país, principalmente as de orientação presbiteriana. Escolas como o Colégio Piracicabano de Piracicaba, o Mackenzie de São Paulo e o Grambery em Juiz de Fora recebem professores americanos e estes passam a lecionar estes esportes nas aulas de educação física.

A Primeira República elege como uma das principais tarefas: a educação dos seus cidadãos, para isso seria necessário a separação entre Estado e Igreja e conseqüentemente a adoção de uma instrução laica. A constituição Federal e as demais constituições das províncias assumem a tarefa de criar um sistema educacional brasileiro, um processo que provocou a descentralização do ensino, passando a ser responsabilidade de cada região do país.

Esse início do século XX importante para a educação brasileira, pois um conjunto de transformações se opera na sociedade brasileira, que têm início com a Proclamação da República e que altera com certa profundidade a organização do sistema político, bem como a política dos Governadores e a manutenção da estrutura agrária dominante.

Em 1902, São Paulo contrata uma Missão Militar Francesa, cuja função foi ministrar a instrução Militar para a Força Policial. Em 1907 esta mesma Missão inaugurou uma sala destinada ao ensino de Esgrima, lugar esse que pode ser

considerado o alicerce de fundação da Escola de Educação Física da força policial do Estado de São Paulo. O que de fato ocorreu em 1909 com a sua transformação em Seção de Educação Física, formando os primeiros mestres de ginástica e mestres em esgrima, porém a denominação de Escola somente ocorreu em 1914. Segundo Oliveira (1998) citando Marinho (1952) *“foram os primeiros militares formados especialistas em ginástica e a ginástica sueca foi adotada e divulgada, mesmo no meio civil. Apesar de não ser, ainda, um curso superior, esta turma formou 10 especialistas: 4 oficiais e 6 inferiores.”* (1998, p. 09) Em 1929, houve uma reorganização do Curso de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo e em 1936 a Escola passou a ser denominada de Escola Superior.

Convém destacar que se em nível militar a formação do profissional para o ensino de ginástica já acontecia, no meio civil ainda continuava sem uma escola em nível superior que habilitasse o professor e o provimento para os cargos de professor de ginástica ainda aconteciam por defesa de tese. O que também continuava acontecendo eram os cursos de ginástica para os professores normalistas, para que eles pudessem ministrar aos seus alunos os conteúdos.

Outro aspecto interessante sobre a constituição da educação Física neste momento histórico se refere a gênese do campo científico da área, Ferraz (1999) baseado na teoria de campo de Bourdieu, afirma que a medicina se ocupa do campo da Educação Física por enxergar nela um importante instrumento para o desenvolvimento da higiene social, considerando a ginástica como uma espécie de medicina preventiva, e através dos exercícios físicos, combater as doenças e moléstias contagiosas muito comuns neste momento histórico devido a precariedade das condições de vida da população.

Os militares demonstravam muito interesse pelo desenvolvimento da doutrina da eugenia da raça, a qual pregava que uma nação forte se fazia com um povo forte e sadio. Além desse aspecto, havia uma crença na preparação de corpos para eventuais chamados da nação para situação de guerra. Sendo assim, houve muito empenho em tornar a educação física uma prática obrigatória em todas as escolas do território nacional, como também em criar condições para efetivar esta prática. Todo este esforço veio também em resposta ao fracasso das reformas educacionais de 1920 e 1928, de âmbito estadual, que contemplavam a educação física como componente curricular, mas acabaram frustrando os profissionais da área, pois somente em poucos lugares conseguiram ser implementados efetivamente. Foi então que, em 1931, a Reforma Francisco Campos instituiu a obrigatoriedade da educação física em todo o território nacional, passando a constar, em

1937, em dois artigos da constituição desta fase ditatorial. Enfim, estava estabelecida uma demanda social real para a constituição de cursos para a formação profissional de educação física, pois necessitava-se de um grande contingente de profissionais para dar conta de uma rede escolar em franca expansão (FERRAZ, 1999, p. 1227).

Ainda segundo Ferraz (1999) isto só foi possível, pois houve uma grande articulação entre vários setores da sociedade brasileira que acabaram determinando a sua inclusão enquanto curso superior na Universidade Brasileira. Setores do campo médico, militares, intelectuais e professores se juntam a partir de suas próprias conveniências, numa complexa relação de interesses específicos de cada grupo, mas antagônicos no geral. Mas a necessidade de institucionalizar a Educação Física como curso em nível superior já estava dada.

A década de 1920 representa uma transição, intensificando o modo de produção capitalista. Segundo Nagle (1974), sob o ponto de vista econômico, o marco do processo foi o Convênio de Taubaté, celebrado em 1906, onde uma política intervencionista do Estado cria bases, mesmo que indiretas, para a acumulação do capital e conseqüente pela expansão de um mercado consumidor interno, possibilitando (juntamente com outros fatores) a consolidação da industrialização brasileira. Embora encontrarmos, principalmente no setor rural uma oposição a esta industrialização, com fortes tonalidades nacionalistas em favor de uma economia fundamentada no setor primário. Contudo, a crise de 1929 vai expor novamente as mazelas do nosso sistema econômico de duas formas: “como sistema periférico, pelos efeitos dos sistemas dominantes e como sistema que inicia a marcha de sua transformação, orientada no sentido de autossuficiência” (NAGLE, 1974, p.22) ocasionando uma reformulação nos rumos do próprio sistema econômico.

Em relação ao setor social, Nagle (1974) e Machado (2002) afirmam que o elemento mais importante no período, foi o processo imigratório. Sendo elemento importante de alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, representando uma oposição ao modo de produção escravista.

Outro acontecimento importante foi à urbanização que teve efeitos antipatriarcais, pela mudança do estilo de vida agrário-comercial para o estilo urbano-industrial, diminuindo os traços de um país essencialmente agrícola e rural. Neste período histórico vemos a consolidação do empresariado rural e da evolução do

proletariado industrial, neste momento ocorre o desenvolvimento das camadas médias e a sua transformação em classe média.

Várias condições impulsionaram o desenvolvimento de tais camadas; o crescimento da burocracia do Estado, os processos de urbanização e industrialização, a expansão das necessidades empresariais, enfim, a organização mais complexa do País. E vários de seus componentes podem ser identificados: o constituído por funcionários civis e militares, o formado por elementos do comércio e da indústria ou o ligado às profissões liberais. (NAGLE, 1974, p.29).

Nesse mesmo contexto, o analfabetismo no Brasil alcançava 80% da população, e segundo os educadores e intelectuais, a educação popular seria a ‘pedra angular’ sobre a qual repousam todas as estruturas organizacionais social, invertendo o grau de importância as estruturas políticas, econômicas e sociais sobre a Nação. As discussões sobre os problemas de escolarização são institucionalizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) fundada em 1924. Foram em número de 03 e discutiram a partir de um conjunto de teses os problemas educacionais brasileiros, que servirão de base para um conjunto de reformas que se seguirão nos anos seguintes (NAGLE, 1974).

As iniciativas e reformas educacionais foram resultados da intensa penetração do entusiasmo educacional e do otimismo pedagógico nas realizações dos Governos Estaduais e do Distrito Federal. Ressalta ainda que entre os anos de 1920 e 1929, a instrução pública sofre várias modificações tanto nos Estados quanto no Distrito Federal, “estas modificações resultam em ampliação da rede escolar, o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes, a criação de novas instituições,” (NAGLE, 1974, p.190) bem como o estabelecimento de órgãos de natureza técnica, com o objetivo de adequar o complexo administrativo-escolar a nova situação, dando condições para a substituição de o ideário vigente ser substituído por uma nova teoria educacional denominada a partir dos princípios da Escola Nova.

A década de 20 foi a fase da difusão e das realizações dos ideais da Escola Nova, que se estabelecem a partir das reformas, estando lado a lado com o liberalismo subjacente à política nacional de certos setores da sociedade brasileira. O movimento representa uma forma radical na compreensão do processo de aprendizagem, respeitando as características da mentalidade infantil e favorecendo a ‘formação da personalidade integral do educando’. Daí o apelo científico e a importância de certas ciências como a psicologia e da pedagogia.

Vários Estados passaram por reformas nos seus sistemas escolares: São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais (1906), Pernambuco e Distrito Federal, vivenciando assim uma diversificada fase na educação nacional.

Diante deste novo quadro em 1906, que se instaurou no País, a Educação Física participou de alguma forma desse processo. Oliveira (1998) cita a iniciativa do deputado amazonense Jorge de morais de propor a criação de duas escolas superiores de Educação Física, uma em âmbito civil e outra militar, no entanto o projeto não saiu do papel. Diferentemente desta proposta, no Estado do Amazonas em 1906, foi criada uma cadeira de Educação Física, anexa à Diretoria Geral de Instrução deste estado com o objetivo de orientar os professores normalistas que ministravam aulas de ginástica.

Souza Neto et al (2004) vai analisar a formação profissional em educação física a partir da legislação federal da área, cita que o primeiro curso civil que se tem notícia foi o curso de Educação Física da Universidade de São Paulo, em 1931, mas que somente funcionou de fato a partir de 1934, formando turmas de instrutores de ginástica com duração de um ano e professores de Educação Física com a duração de dois anos. E como já fora citado anteriormente, com a obrigatoriedade da disciplina Educação Física nas escolas secundárias, urge a necessidade de cursos de formação profissional.

Nesta luta, a Constituição de 1937 vai tornar a Educação Física obrigatória nas escolas, porém surgirão outras reivindicações relacionadas à profissão como a exigência de um currículo mínimo para a graduação. Esta conquista deu-se em 1939, por meio do Decreto Lei nº 1212 que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e estabeleceu as diretrizes para a formação profissional. Porém, mais que um discurso de determinado grupo organizou-se e regulamentou-se a profissão entre leigos e não-leigos na constituição do seu "campo". Em 1939, com o Decreto-Lei nº 1212, cria-se a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. No geral, os cursos têm, em comum, um núcleo de disciplinas básicas, mas com variações de acordo com a especificidade da modalidade de atuação (SOUZA NETO et al, 2000, p.02).

Tal como o currículo proposto pela Universidade de São Paulo, o curso de Educação Física e Desporto da Universidade do Brasil também tem a duração de dois anos para a formação de professores e de um ano para as formações de instrutor de ginástica, técnico em massagem e Médico especializado em Educação Física. Em 1945 houve uma revisão do currículo através do Decreto-Lei nº 8270, aumentando de dois para três anos a duração do Curso de Professor de Educação Física e o estabelecimento

de 1/8 de carga horária do curso para a parte pedagógica, com o objetivo de fortalecer a formação do professor. Convém ressaltar que o curso da Escola Nacional de Educação Física (ENEFED) serviu de referência para todos os cursos de Educação Física que vieram a ser criados posteriormente, influenciando a formação profissional da área da Educação Física em todo Brasil.

Lenharo, citando um editorial da Revista Educação Física, exemplifica muito bem a ideia dos militares quanto à educação física no exército.

...Entreguemos ao exército todos os poderes para que os poderes no setor de Educação Física, ponha em prática em todo o território nacional, a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à nação. Para nós pôr a salvo as tormentas, organizando a nossa defesa, o exército glorioso precisa de um 'Homem brasileiro', com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento do vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. Seja o Brasil, todo ele, no tocante à Educação Física, uma Escola de Educação Física do exército... (1986, p. 81).

O currículo da Escola de Educação Física do Exército tinha segundo Ferreira Neto (1999) tinha a seguinte organização escolar:

Parte Teórico Prático

Biologia, Anatomia e Fisiologia dos grandes aparelhos; Bioquímica; História da Educação Física em geral e, no Brasil, em particular.

Métodos de Higiene;

Fisioterapia: Ginástica ortopédica e Massagem Desportiva; Socorros de Urgência nos acidentes esportivos;

Prática de Morfologia; Biometria e Bioestatística;

Pedagogia da Educação Física e Desportiva e parte prévia de Psicopedagogia. Organização civil e Militar da Educação Física.

Parte Prática

Educação Física geral (todos os ciclos). Educação Física militar, esgrima das armas de mão.

Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos); prática de atuação como juiz de desportos. (FERREIRA NETO, 1999, p. 55).

De acordo com os relatos de Campos (2005) e Kanitz (2012) a Escola de Educação Física do Departamento de Instrução da Polícia Militar de Minas Gerais foi criada nos moldes da Escola de Educação Física do Exército, o seu currículo deve ter seguido o apresentado acima. Independente do viés político que se queira dar a este currículo ele é bem superior à formação anterior ministrada pelas escolas normais. De qualquer maneira, a formação do professor Thales se comparada aos outros professores que atuavam em Uberlândia no período histórico estudado era bem superior. Este currículo seria a base para a construção da Educação Física nacional.

Retomando a Minas Gerais, a Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, vamos nos reportar as suas origens e neste sentido temos que abordar a forma como se deu esta construção.

No entanto novos fatos vão determinar mudanças na formação profissional na área da Educação Física brasileira.

Com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, o diploma de licenciado passou a ser exigido para o exercício da função do professor de educação física nas escolas. A obtenção deste diploma estava condicionada à conclusão do curso superior de educação física. Mas, em 1941, o ministro da Guerra elabora um projeto de decreto no qual, considerando que a Escola de Educação Física do Exército tem sido a orientadora da educação física tanto que o regulamento básico para o ensino da mesma foi por ela elaborado e as instituições congêneres existentes no país foram por ela modeladas; e considerando que os elementos egressos da Escola de Educação Física do Exército, além da preparação técnica especializada, adquirem no seu estágio no Exército uma formação cívico-moral que os coloca em situação vantajosa para agir sobre as coletividades, inculcando-lhes o espírito de ordem e Educação Física do Exército as prerrogativas de licenciado em educação física. (HORTA, 2010, p.30).

Analisando ainda este processo Horta afirma que:

A proposta do ministro da Guerra será apoiada por Capanema, que a considerará uma “medida de justiça”, em março de 1943, os diplomas de instrutor e de monitor de educação física expedidos pela Escola de Educação Física do Exército, pelo Curso Provisório de Educação Física, pelo Centro Militar de Educação Física e pelos Centros Regionais de Educação Física organizados pelo Ministério da Guerra serão equiparados, para todos os efeitos, aos diplomas de licenciado em educação física (Decreto-lei nº 5343, de 25 de março de 1943). (HORTA, 2010, p. 31)

Segundo Souza Neto, et al (2004) com a implantação da Escola Nacional de Educação Física ficou legitimado a área consolidando a profissão de professor de

Educação Física, este curso era de formação de professor, que tinha uma concepção de um técnico generalista, mas tendo também a tarefa de ser um educador. O currículo de 1939 tinha a dois anos de duração e formava o professor de Educação Física. Tinha também o Curso de Instrutor de Ginástica, Instrutor de Ginástica (professoras primárias), Técnico em Massagem e Médico especializado em Educação Física, com duração de um ano.

Em 1945, tivemos a primeira reforma curricular a partir do decreto nº 8.270, obedecendo a mesma proposta que fundamentou a lei anterior, com pequenas modificações, como por exemplo, a necessidade de exigência de diploma como pré-requisito para os cursos de Educação Física Infantil, Técnica Desportiva e Medicina aplicada a Educação Física e Desportos, porém continuava a não exigir para ingresso no curso superior o diploma do ensino secundário. A duração do curso passou de dois anos para três anos.

Entre 1945 e 1968, a formação do professor ganhou uma atenção especial, o que se pode observar de maneira nítida na Lei de Diretrizes e Bases – LDB – n. 4.024/ 61 (Brasil, 1961). A partir de então, a formação do professor passou a exigir um currículo mínimo e um núcleo de matérias que procurasse garantir formação cultural e profissional adequadas. Outra exigência que os cursos deveriam atender era a de um percentual de 1/8 da carga horária do curso para a formação pedagógica, visando fortalecer a formação do professor e fazer dele um educador. Até então, a formação do professor de educação física ocorria de forma totalmente independente dos cursos de licenciatura para as demais áreas do conhecimento (matemática, geografia, história etc.). Dos professores dessas outras matérias do ensino de 1º e 2º graus era exigido o curso de didática (1939) e para a formação do licenciado na educação física não se exigia esse curso. Porém, em função dessa LDB, o Conselho Federal Educação (CFE) vai apresentar os pareceres n. 292/62 e n. 627/69, visando estabelecer os currículos mínimos dos cursos de licenciatura sublinhando que “o que ensinar” preexiste ao “como ensinar” e estabelecer um núcleo de matérias pedagógicas. (SOUZA NETO et al. 2004, p. 119).

Ainda segundo Souza Neto et al (2004), em 1969, tivemos outra reforma curricular a partir do parecer CEF nº 894/69 e a resolução CFE nº 69/69, que por vários motivos passaram a oferecer somente os cursos de educação física e técnico de desportos, com três anos de duração, com destaque para os conteúdos esportivos e a parte didática voltada para a formação do professor, com carga horária mínima de 1.800 horas-aula.

No caso particular da Educação Física, as suas diretrizes curriculares sempre ocorreram de forma paralela aos normativos da Educação, quando comparada com as demais áreas de formação de professores, pois ela assumiu um caminho próprio, sendo que muitas das deliberações foram incorporadas no “seu ritmo”, mas não no mesmo “tempo” das demais licenciaturas. A Educação Física tardou para incorporar alguns parâmetros normativos, mas deu um grande salto de qualidade, no final do século XX, ao organizar a sua área de estudos e formação profissional por eixos temáticos de conhecimento com a Resolução CFE 03/87, delimitando duas áreas acadêmico-profissionais: o Bacharelado e a Licenciatura. (BENITES, SOUZA NETO, HUNGER, 2008, p. 345).

Paralelo a estas mudanças na área de formação temos a organização dos professores de Educação Física em torno de Associações de professores de Educação Física, as denominadas APEF's, estas associações tinham como objetivo a organização dos professores de Educação Física. Estas associações foram criadas em várias cidades do Brasil e sua localização acontecia principalmente no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Estas associações em 1946 se juntaram e fundaram a FBAPEF. (CONFEEF, 2015⁶) Este movimento alternou momentos de grande articulação coletiva com momentos de desarticulação e desorganização. No início dos anos de 1980, a uma nova articulação das APEF's fez renascer o movimento de organização dos professores de Educação Física em torno de um conselho profissional da área da Educação Física.

Alguns anos depois, o processo de organização profissional se consolidou em torno da regulamentação profissional da Educação Física.

Nesse enredo, a discussão que permeou a Educação Física foi a questão da Regulamentação Profissional. Em 1o de setembro de 1998, foi publicada a Lei 9696 (criando-se o sistema CREF- CONFEEF) que regulamentou o campo profissional de Educação Física. Nesse momento, segundo Souza (2003), ficaram explícitas duas vertentes inconciliáveis: a primeira, proposta por Steinhilber em 1989, afirmando que a profissão teria maior reconhecimento social e entraria para o conjunto das profissões modernas; e a segunda, proposta apresentada por Faria Júnior em 1991, em que se colocou que a profissão deveria ser caracterizada pelo seu processo histórico e não por um conjunto de leis propostas. No entanto, desse debate, a Educação Física obteve a sua regulamentação como profissão, ou seja, por força da lei. Entretanto, o que se observa na realidade é uma luta política, um jogo, na disputa pela dominação de um espaço social, a conquista de um capital simbólico, que até então estava dividido entre “profissionais e leigos”. (BENITES, SOUZA NETO e HUNGER, 2008, p. 348).

⁶ Ver referências sobre APEF's no site do CREF. www.cref.org.br

Estas mudanças na área da Educação Física demonstram todo o esforço para se buscar um processo de profissionalização docente do professorado, muito parecido com o modelo de análise do processo de profissionalização proposto por Nóvoa (1995) em relação a realidade portuguesa. Segundo o autor o processo de profissionalização se dá em quatro etapas, tem duas dimensões e um eixo estruturante:

1. Exercem a actividade docente a tempo inteiro (ou, pelo menos, como ocupação principal), não a encarando como uma actividade passageira, mas sim como um trabalho ao qual consagram uma parte importante da sua vida profissional.
2. São detentores de uma licença oficial, que confirma a sua condição de “profissionais do ensino” e que funciona como instrumento de controlo e de defesa do corpo docente.
3. Seguiram uma formação profissional, especializada e relativamente longa, no seio de instituições expressamente destinadas a este fim.
4. Participam de associações profissionais, que desempenham um papel fulcral no desenvolvimento de um espírito de corpo e na defesa do estatuto socioprofissional dos professores (1995, p.20).

Para Nóvoa essas quatro etapas acompanham duas dimensões e um eixo estruturante:

1. Possuem um conjunto de conhecimentos e de técnicas necessários ao exercício qualificado da actividade docente; os seus saberes não são meramente instrumentais, devendo integrar perspectivas teóricas e tender para um contacto cada vez mais estreito com as disciplinas científicas.
2. Aderem a valores éticos e normas deontológicas, que regem não apenas o quotidiano educativo, mas também as relações do interior e no exterior do corpo docente; a identidade profissional não pode ser dissociada da adesão dos professores ao projecto histórico da escolarização, o que funda uma profissão que não se define nos limites internos da sua atividade.
...eixo estruturante...Gozam de grande prestígio social e usufruem de uma situação econômica digna, condições que são consideradas essenciais para o cumprimento da importante missão que esta confiada aos professores... (NÓVOA, 1995, p. 20).

Pelo que foi evidenciado anteriormente o processo de consolidação da área e da profissão professor de Educação Física não foi linear, apresentou avanços e recuos, e o processo segue. O campo educativo foi ocupado inicialmente por militares e médicos, desde a criação do curso em 1939. Essa configuração vai ser alterada no início dos anos de 1980 quando o campo profissional passa a ser ocupado por professores de Educação Física que foram buscar sua formação profissional e legitimação científica em cursos de

Pós-graduação no Brasil e no exterior, e passam a assumir o campo de formação profissional da área.

Conforme o texto acima, a história de vida do professor Thales de Assis Martins demonstra que a profissão de professor de Educação Física se consolida nos anos de 1940, quando ele se muda para a cidade de Uberlândia para assumir um trabalho na praça de esportes Minas Gerais e assim passa a exercer a atividade docente em tempo integral, primeira etapa apontada por Nóvoa (1995). Além disto, ele mesmo não sendo formado possui a licença para atuar na área, a partir da permissão estatal mesmo que provisória, pois os professores licenciados ainda eram em número muito reduzido, em comparação ao tamanho do país, atendendo a 2ª etapa, em relação a uma formação profissional (3ª etapa), embora esta tenha sido em nível técnico, houve por iniciativa do professor Thales uma constante atualização profissional (como veremos adiante) em congressos e cursos. E por último, em relação a 4ª etapa não encontramos nenhum indício que comprovasse sua participação em associações profissionais da área, porém ele manteve um laço acadêmico permanente com a cidade de Belo Horizonte e manteve esse vínculo por meio de vários profissionais que participaram de sua formação profissional.

As duas dimensões elencadas por Nóvoa (1995) foram perseguidas pela área, à medida que o curso de formação profissional se consolidava a partir das reformas curriculares os saberes deixaram de serem meramente instrumentais para atender e integrar perspectivas teóricas, mesmo que estas já estivessem presentes desde a origem dos cursos de formação em Educação Física, com o regulamento nº 7. A segunda dimensão, porém não chega a ser contemplada de forma satisfatória naquele momento histórico, embora o eixo estruturante seja contemplado, pois o professorado passa a gozar de um grande prestígio social e passando a ter uma situação econômica melhor que outras áreas da educação se comparada aos professores do magistério das séries iniciais.

No próximo capítulo apresentamos as evidências encontradas, no arquivo pessoal da família, assim como em trabalhos científicos realizados sobre o professor Thales e outros professores de Educação Física que foram colegas de trabalho dele.

QUINTA PARTE

CAPÍTULO IV

VIDA E PROFISSÃO DOCENTE: PROF. THALES DE ASSIS MARTINS

Certamente, todo uberlandense nato com mais de 50 anos de idade conheceu ou foi aluno do professor Thales de Assis Martins, sendo que, durante mais de 50 anos de docência nos ensinos básicos e superiores marcam a sua história e a história da disciplina Educação Física nesta cidade de Minas Gerais.

Vamos encontrar no trabalho de Sousa (2002) sobre a história do Voleibol na cidade de Uberlândia uma entrevista que ele realizou com o professor Thales um pouco antes do seu falecimento em 2006. Nesta entrevista ele relata vários pontos da sua trajetória profissional que serviram de base para a composição deste capítulo.

A partir do acesso a uma série de fontes documentais cedidas pelos familiares do próprio professor Thales, verificamos que o referido professor é natural de Belo Horizonte, tendo se formado pela Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em 1942. Segundo um curriculum vitae achado entre seus documentos pessoais, no ano de 1942 trabalhou como técnico de voleibol do Brasil Vôlei Clube e técnico do instituto de Educação de Belo Horizonte e entre o período de 1943 e 1945 foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira, onde exerceu as funções de enfermeiro e professor de Educação Física até 1945. No final deste mesmo ano muda-se para a cidade de Uberlândia, em 15 de outubro de 1945.

Em relação a sua formação profissional não encontramos nenhum diploma ou certificado deste referido curso, mas vamos encontrar uma menção a mesma em artigo de Campos (2005),

Em Belo Horizonte, duas instituições se encarregavam de formar especialistas em Educação Física, que atuavam no meio escolar. O Instituto de Educação, antiga Escola Normal, oferecia o curso de Educação Física Infantil, destinado exclusivamente à formação da professora normalista. Já o Departamento de Instrução da Polícia Militar, com os cursos de Instrutores e Monitores de Educação Física, preparava, segundo o regulamento da instituição, especialistas para a prática da Educação Física policial-militar nos corpos de tropas. Contudo, torna-se estranho e questionável o fato de, em Minas Gerais, ainda não funcionar uma escola superior de Educação Física. (2005, p. 02).

No relato não fica claro que a formação específica do professor Thales, pois neste momento histórico, na capital do Estado de Minas Gerais ainda não encontramos nenhum curso superior de formação de professores de Educação Física. Os cursos de formação segundo Sousa Neto et al (2004) tínhamos o instrutor de ginástica com duração de um ano. Fato corroborado por Ferraz (1999) que afirma que:

Quando efetivamente, institucionaliza-se o campo de conhecimento em 1939, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na Universidade do Brasil, já existiam no país algumas instituições militares que formavam profissionais para o exercício da ginástica, tanto no meio militar como no civil... (1999, p. 1227).

Segundo Ferreira Neto (1999) o exército via a educação física na escola como uma forma de melhorar substancialmente o nível intelectual e físico dos seus recrutas, visto que a educação física ministrada nas escolas era inexistente ou ministrada de maneira precária. Daí um movimento dentro do exército desde o início da década de 20 do século passado, para a criação de centros de educação física dentro das corporações militares. Estes centros foram os embriões da Escola de Educação Física do exército, em 1933, no Rio de Janeiro, sendo o instrutor militar o modelo ideal do educador físico.

Um importante Certificado, datado de 13 de junho de 1966, garantia o exercício da docência ao professor Tales, para poder atuar nas escolas da cidade de Uberlândia, mesmo não sendo formado em escola superior de Educação Física. O certificado de registro do professor de Educação Física, amparado pelo artigo 5º do Decreto-Lei 8.777 de 22 de janeiro de 1946 que dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Diz o artigo 5º:

Art. 5º Os professores registrados em caráter provisório até a data da publicação deste decreto-lei poderão obter registro definitivo desde que provem haver lecionado por três anos, pelo menos, com eficiência e sem nota que os desabone, em estabelecimento de ensino de segundo grau, oficial, equiparados ou reconhecidos de ensino secundário, com eficiência e sem nota que os desabone.



Figura 1. Certificado de Registro do Professor de Educação Física

Encontramos também outro certificado que permitia o professor ministrar aulas. O documento emitido pelo Estado de Minas Gerais, está fundamentado na Lei Orgânica do Ensino Normal e habilita o professor a ministrar aulas de Educação Física, Recreação e Jogos para o ensino normal.



Figura 2 . Certificado de Registro de Professor

Estes dois documentos, juntos permitiram que o professor pudesse exercer a docência segundo a legislação do período.

Segundo Souza e Barbosa (2004) o professor Thales foi um dos professores contratados pelos senhores Boulanger Fonseca e Silva e pelo Dr. Eugênio Pimentel de Ulhôa, para ministrar aulas de voley e de basquete no Uberlândia Tênis Clube (UTC). Isto fica comprovado com o documento nº 05, uma certidão emitida pela Diretoria de Esportes de Minas Gerais, atestando que o professor trabalhou naquela Praça de Esportes desde o dia 15 de novembro de 1945 até o dia 22 de julho de 1964, totalizando 18 anos, seis meses e 22 dias de serviços prestados, exercendo as funções de Técnico de Esportes Terrestres, Superintendente Administrativo, Professor de Educação Física e Técnico de Atletismo.

O documento deixa claro que ele recebia os seus vencimentos pelo Uberlândia Tênis Clube, que recebia subvenção do Estado de Minas Gerais para a manutenção da referida Praça de Esportes, inclusive dos salários dos servidores. Voltou a trabalhar novamente no Uberlândia Tênis Clube no período de 1º de julho de 1973 até 30 de junho de 1975, registrado como técnico de Basquetebol. (Conforme Carteira de Trabalho, folha 17).

Sobre o Uberlândia Tênis Clube é importante abrir um parêntese para acrescentar algumas informações sobre esta instituição. Os Tênis Clubes foram espaços de prática esportiva, criados durante o Estado Novo e se constituíram de praças de esporte em várias cidades mineiras. Sobre esta criação vamos abordar nas próximas páginas.

Foi assim que em 15 de abril de 1943 foi criado o Uberlândia Tênis Clube, sendo uma fusão de dois clubes que já existiam na cidade, o Uberlândia Clube e a Associação Atlética Uberlândia. A Prefeitura Municipal cedeu o terreno e o estado de Minas Gerais construiu as instalações esportivas, sendo criada a Praça de Esportes Minas Gerais, que através de concessão do Estado passa a administrar a referida praça de esportes. Seu primeiro presidente foi o sr. Bolanger Fonseca e Silva, sendo substituído posteriormente pelo dr. Eugênio Pimentel Arantes, que dirigiu o clube por longos anos. Os dois gestores do UTC que em 1945 contrataram o professor Thales de Assis Martins.

O professor Thales além de ter trabalhado no Uberlândia Tênis Clube, também trabalhou em várias escolas tanto estaduais quanto privadas ao longo de sua extensa carreira profissional. Encontramos também o documento nº 06 também uma certidão certificando que o referido professor foi nomeado professor de educação Física de modo interino, em 26 de maio de 1962, ocupando o cargo de professor de ensino industrial, nível VIII, padrão I-37, da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial “Américo Renê Giannetti” da cidade de Uberlândia, ficando no cargo até 28 de fevereiro de 1974, onde pede licença sem remuneração no dia 1º de março deste ano. Inclusive sendo considerado o professor mais atuante do ano de 1962.

Outra escola que o professor também ministrou aulas foi o Ginásio Osvaldo Cruz, em dois períodos, o primeiro entre 1º de março de 1949 a 30 de agosto de 1958 e de 1º de março de 1959 até 13 de setembro de 1972, totalizando 24 anos aproximadamente, confirmados inclusive em Carteira de trabalho.

Ministrou aulas na Escola Estadual de 1º e 2º graus de Uberlândia, em três períodos diferentes: sendo de 1º de outubro de 1958 a 28 de fevereiro de 1962; de 1º de março de 1962 até 28 de fevereiro de 1963 e de 1º de março de 1965 até 31 de maio de 1974, conforme planilha de contagem de tempo (anexo 06) emitido pela própria escola, ministrando aulas no ensino ginásial e posteriormente no ensino médio. Ficando estável

no estado em 24 de janeiro de 1967, como professor Auxiliar de Ensino Médio, da cadeira de Educação Física da Secretária de Estado da Educação.

Outro documento encontrado foi emitido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e assinada pelo Prefeito Renato de Freitas e certifica que o professor Thales foi admitido como diarista pela Prefeitura e colocado à disposição da Praça de Esportes Minas Gerais (Uberlândia Tênis Clube), exercendo naquela agremiação as funções de professor de Educação Física, Jogos e Recreação, e técnico de Esportes Terrestres. Sua admissão foi no dia 06 de novembro de 1948 indo até 1º de agosto de 1962, nesta data o professor afasta-se voluntariamente, sendo readmitido em 1º de junho de 1963, permanecendo no quadro de servidores do Município até o dia 30 de setembro de 1971, totalizando 22 anos e 29 dias como funcionário desta Prefeitura.

Ministrou aulas no Ginásio Cristo-Rei de Uberlândia, desde 1958 e rescindindo o contrato conforme a Carteira de Trabalho em 28 de fevereiro de 1970. Na declaração o Padre Henrique Ribeiro de Brito assinala que ele trabalhou com eficiência e proficiência durante todos os anos que permaneceu na escola.

Em seu currículo Vitae, afirmou que trabalhou ainda nos Colégios Tereza Valseé e Nossa Senhora das Lágrimas. Na sua Carteira de Trabalho temos vários registros da instituição Instituto Social de Instrução e Caridade, o primeiro vai do período de 1º de março de 1961 até 1º de março de 1961 e o segundo período vai de 1º de março de 68 até 28 de fevereiro de 1970. Já no Colégio Tereza Valseé o registro vai do dia 03 de março de 1970 até o dia 20 de julho de 1970.

Encontramos também o registro em Carteira de Trabalho do Colégio Presidente Keneddy, situado à rua Duque de Caxias nº 285, no período de 9 de março de 1965 até fevereiro de 1972. Trabalhou também no Colégio do Senac, no período de 1º de abril de 1965 até 28 de fevereiro de 1970, ministrando aulas de educação física no ensino comercial.

Pelos achados foi possível analisar, que o professor Thales trabalhou nas principais escolas de Uberlândia naquele período histórico, demonstrando que embora tivéssemos outros professores ministrando aulas de educação física em nossa cidade, com certeza ele deveria ser o mais requisitado, talvez pelo fato de ser formado em curso de nível técnico e experiência tanto na educação física na escola, quanto no treinamento esportivo. Os professores que teriam atuado antes de sua vinda com certeza eram leigos.

Pinto (2012) analisando situação semelhante de professores de Educação Física em Belo Horizonte nas décadas de 50 e 60 levanta a hipótese de composição salarial, ou seja, os professores que ele investigou também trabalhavam em várias escolas e clubes ao mesmo tempo com o intuito de melhoria salarial deles.

Em 1971 foi contratado pela Universidade de Uberlândia, pela Faculdade de Direito para ministrar aulas de prática desportiva, permanecendo até 31 de maio de 1979. Em 1975 é contratado pela Fundação Universitária – Escola Superior de Educação Física, no cargo de professor do ensino superior, ficando até 31 de maio de 1979. Em 1º de julho de 1979 assina a sua carteira a instituição Universidade Federal de Uberlândia, como professor de ensino superior, tendo o seu cargo convertido em cargo público de acordo com o artigo 243, da lei nº 8112/90⁷ em 12 de dezembro de 1990. Em 18 de junho de 1980 assume o cargo de Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro de Ciências Biomédicas da UFU. Exercendo esta função até 25 de novembro de 1984.

O professor Thales de Assis Martins se aposenta em 23 de dezembro de 1991 com publicação no Diário Oficial da União em 4 de abril de 1991.

Um fato que nos chamou atenção é como um professor que fez um curso de Educação Física de um nível que poderia ser considerado como “técnico”, não passando pelo nível superior, ganhou o registro definitivo para atuar na área, chega a Universidade Federal de Uberlândia, sendo incorporado a seu quadro docente, exercendo a docência superior durante mais de 15 anos, chegando mesmo a Coordenar o Curso de Licenciatura por três anos, sendo considerado um excelente professor, dedicado e muito atuante na área, sendo muito respeitado pelos seus pares.

Trabalhou por quase cinquenta anos ininterruptamente, inicialmente na cidade de Belo Horizonte e depois por mais de quatro décadas na cidade de Uberlândia.

4.1-INFLUÊNCIAS TEÓRICAS NA CARREIRA PROFISSIONAL

⁷ A Lei nº 8112/90 de 12/12/1990, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais no seu 1º §: Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação.

Na seleção dos documentos disponibilizados pela família do professor Thales, encontramos um livro muito importante para a Educação Física brasileira, um livro datado de 1934 e que tem como título Regulamento (nº 7) da Educação Física editado pela biblioteca de “A defesa Nacional”, sendo uma edição provisória, autorizada pelo Estado-Maior do Exército. No preambulo desta publicação afirma que ele é uma tradução integral do Regulamento Geral de Educação Física francês. Esta tradução foi feita pelo Exército brasileiro e foi motivada pela falta de um “guia orientador da educação física nos corpos da tropa e estabelecimentos militares.” (sem paginação) Afirma ainda que não sendo um regulamento nacional e sim um método preconizado pela Escola Superior de Educação Física de Joinville-le-pont, o qual o exército brasileiro procurou adaptar este regulamento ao elemento nacional.⁸

O livro comporta três partes e quatro anexos, sendo dividido da seguinte maneira: parte I contendo um volume, que tem três títulos; título I – bases fisiológicas onde são analisados os elementos biológicos e fisiológicos dos movimentos humano, bem como os efeitos do exercício sobre o organismo humano. No segundo título – bases pedagógicas, o capítulo apresenta as bases pedagógicas do ensino da Educação Física, os princípios gerais do método, as regras gerais para a aplicação do método e todos os elementos para preparar pedagogicamente para o professor para ministrar as aulas,

⁸ O Règlement Général D’Education Physique. Méthode Française foi elaborado na década de 1920 na Escola Militar de Joinville-le-Pont (Paris) sendo aprovado pelos Ministérios da Guerra e da Instrução Pública em 1927. Sua tradução foi oficializada no Brasil em 1931 sob o título de Regulamento nº 7 de Educação Física ou Método Francês, cuja centralidade recaia na ideia de que a Educação Física deveria orientar-se a partir de princípios anátomo-fisiológicos abrangendo, para tanto, os seguintes ciclos: Educação Física elementar (pré-pubertária) de 4 a 13 anos; Educação Física secundária (pubertária e pós-pubertária) de 13 a 18 anos; Educação Física superior (desportiva e atlética); Educação Física feminina; Adaptações profissionais; Ginástica de conservação (após 35 anos). O Regulamento foi elaborado por militares e fisiologistas franceses com o objetivo de fortalecer a saúde, a força, a resistência, a destreza, a tempera de caráter e a harmonia das formas. Para tanto indicava o uso de seis formas de trabalho: os jogos, os assouplissements (flexionamentos), os exercícios educativos, os desportos individuais e os desportos coletivos, cujas regras a seguir eram o agrupamento dos indivíduos, a adaptação e atração do exercício e a verificação periódica da instrução. Além destas prescrições, o Regulamento apresentava, ainda, recomendações higiênicas voltadas para o robustecimento da população. A edição francesa de 1927 do Règlement Général D’Education Physique. Methode Française tornou-se o manual da Educação Física brasileira ao ser adotado oficialmente e tornada obrigatória em todo o território nacional em 1931. Passou, de imediato, a nortear o ensino secundário, normal e superior e em 1933 foi a matriz teórica da Escola de Educação Física do Exército, formadora do pensamento pedagógico da época e fonte de inspiração para a criação da Escola Nacional de Educação Física, em 1939. Com forte conotação nacional-patriótica foi um dos pilares da estruturação Educação Física no Brasil. ([Silvana Goellner](http://www.cev.org.br) na página www.cev.org.br).

contendo os protocolos de avaliação física, modelos de ficha individual. Um terceiro capítulo com as regras concernentes à conduta e execução do trabalho e um quarto capítulo orientando e direcionando a organização de espaços onde os exercícios e as atividades deveriam ser desenvolvidos, como o estádio, o ginásio e a piscina. O título III, composto de 12 capítulos, denominado de Pedagogia Aplicada, descreve o método em todas os seus detalhes. Aborda as formações e exercícios de ordem – evoluções e rodas; os flexionamentos, marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender, nadar, trabalho em pequenos grupos e grandes jogos e jogos desportivos. Trata-se de um manual completo e bem detalhado de um método de Educação Física, organizado de uma maneira bem didática para o professor.

Segundo Castellani Filho (1994) o Método Francês vai ser trazido ao Brasil em 1907 pela Missão Militar Francesa, que foi a missão responsável pela fundação do núcleo que seria mais adiante a Escola de Educação Física da Força policial do Estado de São Paulo e disseminado posteriormente para o exército brasileiro. A questão de um método de educação física genuinamente brasileiro já era uma questão em debate pelos intelectuais ligados à área da Educação Física da época, inclusive a Associação Brasileira de Educação (ABE) que se posicionava contra o método francês, em parte pela proposta de implementação do método francês nas escolas brasileiras por parte do Ministério da Guerra com a obrigatoriedade de prática da educação física para todos os residentes no Brasil a partir dos 6 anos de idade, sendo que seria este processo seria coordenado por um Conselho Superior de Educação Física sediado pelo mesmo Ministério acima citado. O fato é que embora houvesse estas críticas o Método Francês veio a ser implantado.

Ferreira Neto (1999), resumindo o Método Francês, descreve-o da seguinte forma:

Os conteúdos clássicos do método francês são nesta ordem: os jogos que são mais apropriados para as crianças; a ginástica, predominantemente utilizada na instrução física militar, que, nesse caso, é composta dos flexionamentos, dos exercícios educativos e das aplicações que, por sua vez, compõem a lição de Educação Física, os esportes individuais e os esportes coletivos. O conteúdo predominante nas sessões era a ginástica, embora os esportes individuais (natação, atletismo) e esportes coletivos (basquetebol, futebol, rugby e water-polo) fossem preconizados em menor escala. A transmissão do conhecimento dá-se por meio da sessão de estudos que é de execução (prática) dos exercícios escolhidos para cada classe. O processo de ensino das lições de Educação Física exigia do instrutor exposição oral e demonstração minuciosa e da classe, imitação precisa. Ao

instrutor caberia: a) enunciar o movimento em voz clara e executá-lo em ritmos variados; b) mostrar os erros mais frequentes; c) mandar executar o movimento “à vontade”, corrigindo os erros; e d) fazer toda a classe executar o movimento em velocidade variável e compatível com seu nível de habilidade. A avaliação era feita periodicamente, mediante “exames práticos”, que consistiam de uma bateria de testes com padrão mínimo de rendimento. O aluno aprovado em tais exames fazia jus a um dos certificados oferecidos, a saber: certificado elementar de Educação Física aplicado aos alunos entre 13 e 16 anos; certificado secundário, aplicado aos alunos entre 16 e 18 anos; e certificado superior aplicado aos alunos entre 18 e 35 anos. (FERREIRA NETO, 1999, p. 63-64).

Cabe ainda ressaltar que o regulamento nº7, permaneceu em vigência por muitos anos, bem depois do fim do regime ditatorial de Getúlio Vargas, em 1945. Evidentemente como método oficial da Educação Física brasileira, era obvio que, a sua execução fosse fiscalizada levando a adesão nos estabelecimentos de ensino. Cabe destacar que esta fiscalização era feita pela Divisão de Educação Física e segundo Betti (1991) “Pesquisa realizada pela DEF no ensino secundário, em 1940, relatou a adoção do Método Francês em 89% dos estabelecimentos pesquisados, o que atendia a ‘unidade de doutrina preconizada pela Divisão de Educação Física.’” (1991, p.76), destacando ainda que “de 613 estabelecimentos de ensino secundário pesquisados pela DEF em 1940, a Educação Física era praticada em 611.” (BETTI, 1991, p.71).

Sobre a Inspeção de Educação Física, embora elas já estivessem instaladas em vários estados, a partir das reformas empreendidas pelos Estados brasileiros a partir do início do século XX. A este respeito podemos citar o trabalho de Silva (2009), a autora afirma que:

A Inspeção de Educação Física foi autorizada pelo Decreto nº 7.970-A, publicado no Jornal *Minas Geraes* em 20 de outubro de 1927, tendo sido, o mesmo, assinado pelo Secretário do Interior, Francisco Campos, em 15 de outubro de 1927. Este decreto aprovava o Regulamento do Ensino Primário, que foi um dos documentos que consubstanciou a então denominada Reforma de 1927. Esta Reforma, também conhecida como Reforma Francisco Campos, foi aprovada em meio a um turbilhão de problemas enfrentados para alcançar a almejada nova ordem urbano-industrial. O sucesso desta nova ordem estava intimamente ligado à capacidade de modernização do estado, agora preocupado com a incorporação de ideais compatíveis com o mundo da fábrica. Ana Maria Casasanta Peixoto (1992) comenta que para Francisco Campos “... a função da escola é transformar os indivíduos em seres racionais, adaptando-os de maneira adequada, à sociedade a que pertencem” (2009, p.02).

Caberia a esta inspetoria regular e orientar o programa de Educação Física nos mais diversos níveis em face daquilo que foi citado acima, tanto na preparação dos alunos para o mundo do trabalho a partir da disciplinarização dos corpos, quanto a melhora das condições de higiene e saúde via atividade física. Mais especificamente quanto as suas finalidades Silva (2009) ressalta que:

As finalidades prescritas para a Inspetoria previam sua atuação em vários dos elementos que compõem o processo educativo. No tocante ao tempo, a organização dos horários para as práticas dos exercícios poderia se configurar como uma permanência do caráter higiênico da Educação Física, utilizada como recurso para proporcionar às crianças um descanso dos trabalhos considerados de exigente aprendizagem intelectual. Ou então, poderia ser uma tentativa de desvinculação da exclusiva utilidade higiênica que marcava o emprego do tempo escolar dos exercícios físicos, experimentando novos ordenamentos para o ensino da Educação Física. No que diz respeito aos conteúdos, a proposição dos programas de ensino permite compreender os imperativos sociais que produziram a necessidade das práticas a serem escolarizadas. Evidência desse processo é a expectativa de organização pela Inspetoria de programas que incluíssem os jogos nas aulas de Educação Física. Perante as inovações educacionais que colocavam a infância no centro de interesses da escola, nada mais coerente que adotar os jogos como prática escolar. Eles levariam alegria, entusiasmo e prazer para dentro da escola, pois se aproximavam mais dos interesses infantis do que a ginástica. Dessa forma, a prática dos exercícios físicos seria mais motivadora. (SILVA, 2009, p. 45 – 46).

A Inspetoria de Educação Física teria ainda segundo Silva (2009) como grande alvo, de maneira específica as professoras que ministravam as aulas de Educação Física nas escolas mineiras, controlando e direcionando as suas práticas pedagógicas a partir de sua atuação docente através da inspeção de suas aulas e conseqüentemente qualificar a formação destas professoras, pois não existiam cursos específicos de Educação Física naquele momento histórico. Neste sentido era necessário transmitir a estas professoras um conjunto de conhecimentos específicos para se ensinar o conteúdo e está consistia em uma das tarefas da referida inspetoria. Estas ações se davam em várias frentes, a primeira atuava no aperfeiçoamento dos professores que ministravam as referidas aulas nas escolas; divulgação a partir da Revista do Ensino de instruções para orientação da prática e realização de cursos intensivos de Educação Física para o professorado.

A partir da segunda metade da década de 30 a Inspeção de Educação Física,⁹ começa a perder o seu status frente ao Governo de Estado, e seu Inspetor Renato Eloy perde parte de seu prestígio ao não conseguir mais em manter os trabalhos desta inspeção visto que as escolas se multiplicaram em todo Estado e as ações como os cursos intensivos já não atendiam às necessidades e aos poucos deixam de ser realizados. Em parte, a perda deste prestígio se dá por outro lado, como já foi citado anteriormente pelo surgimento do Minas Tênis Clube e a ação dos militares em torno da Educação Física e dos esportes em nosso Estado. A formação de monitores e instrutores não atende somente as escolas, mas também os clubes e as praças de esporte que se espalham pelo Estado, a troca do método alemão para o método francês mais adequado para atender as necessidades neste momento histórico. Segundo Souza (2009) a Lei nº 212, de 30 de outubro de 1937, que reorganizou os serviços da Secretaria de Educação e Saúde Pública, ao não contemplar esta Inspeção na nova organização dos serviços, além de colocá-la como órgão técnico de apoio e a diminuição dos vencimentos do próprio Inspetor de Ensino, acaba na prática por extinguir esta Inspeção.

Segundo Abreu (2012) no Brasil os serviços de inspeção vêm do Brasil Império, sendo que a função específica do ensino escolar foi instituído pelo ministro Couto Ferraz em 1854. Já na República, o inspetor passa a ser nomeado por concurso a partir da reforma Afonso Pena. Em 1927, segundo este mesmo autor, é criado o serviço de Inspeção Geral de Instrução Pública junto ao então Conselho Superior de Instrução. A organização se dava da seguinte maneira: o ensino primário seria fiscalizado por inspetores municipais e os estabelecimentos de ensino secundário e superior entre os anos de 1930 até 1961 ficavam sujeitos a inspeção federal.

O decreto nº 19.890 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, cria a figura do Inspetor e do Inspetor Geral, estabelecendo inclusive a forma de acesso e suas funções específicas. Este decreto estabelece no Título II que os inspetores da Seção C, fiscalizassem os exercícios de educação física, como também as condições físicas das instalações e planejamento didático dos estabelecimentos. Em 1934, foi criado pelo Decreto nº 24.794 - mais especificamente em de 14 de julho - a Inspeção da Educação Física junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, esta

⁹ A este respeito indicamos a dissertação de Mestrado de Silva (2009) intitulada A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado, p. 42.

Inspetoria atuaria também inspecionando o canto orfeônico e o ensino emendativo.¹⁰ Ficando a partir daí o controle e a fiscalização das aulas de educação física, conforme os interesses. As inspetorias Seccionais de Educação Física são criadas na década de 50, pela portaria 838 de 08 de outubro de 1954. O estado de Minas Gerais é agraciado com três inspetorias seccionais, sendo nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba. Caberia à inspetoria seccional mediante legislação vigente, organizar e fiscalizar o ensino da educação física nos Estados e Municípios, bem como a autorizar a. Em 1960, temos novas alterações na legislação com o Decreto-Lei nº 49.639, de 30 de dezembro de 1960.

4.2-FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Analisando os documentos que foram cedidos pela família do professor Tales de Assis Martins, encontramos uma série de certificados de participação de Congressos Científicos, Palestras e Cursos Ministrados que indicam uma preocupação com a sua formação profissional. Listaremos inicialmente os cursos de formação na qual o professor participou. Temos que ressaltar que os primeiros certificados são datados de 1957, 12 anos após a sua chegada na cidade e da dificuldade encontrada naquela época para se locomover de Uberlândia aos grandes centros, notadamente, Belo Horizonte para a participação destes Cursos.

Participou da I Jornada de Estudos de Educação Física, dirigida pela Escola de Educação Física de Minas Gerais, Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais e Associação dos Ex-alunos da E.E.F.M.G, no período de 12 a 24 de agosto de 1957. Este curso teve a duração de 12 dias e contou com a participação dos professores Agenor Santana – da divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Alfons Rencz – Diplomado pela Academia Real de Educação Física da Hungria; Antônio Boaventura da Silva – da Escola de Educação Física de São Paulo; Auguste Listello – do Instituto Nacional de Esportes da França; Gerhard Schimidt – da União Austríaca de

¹⁰ No Brasil, segundo Jannuzzi (2004) esta educação especializada ficou primeiramente conhecida como ensino emendativo e posteriormente foi denominada como educação especial. O ensino emendativo tinha por objetivo a reabilitação dos alunos com deficiência, isto é, visava a “consertar o que estava errado” para depois tentar inseri-los nos ambientes sociais frequentados pelos demais. (ver artigo de VELTRONE e MENDES 2011).

Ginástica; Guiomar Meirelles Becker – da Escola de Educação Física de Minas Gerais; Hans Prochownick – da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil; Júlio Mazzel – da Escola de Educação Física de São Carlos do Estado de São Paulo; Mauro Soares Teixeira – da Escola de Educação Física de São Carlos do Estado de São Paulo; e, Zaide Maciel de Castro – da Prefeitura do Distrito Federal. O curso foi avaliado e o professor obteve a aprovação dele.

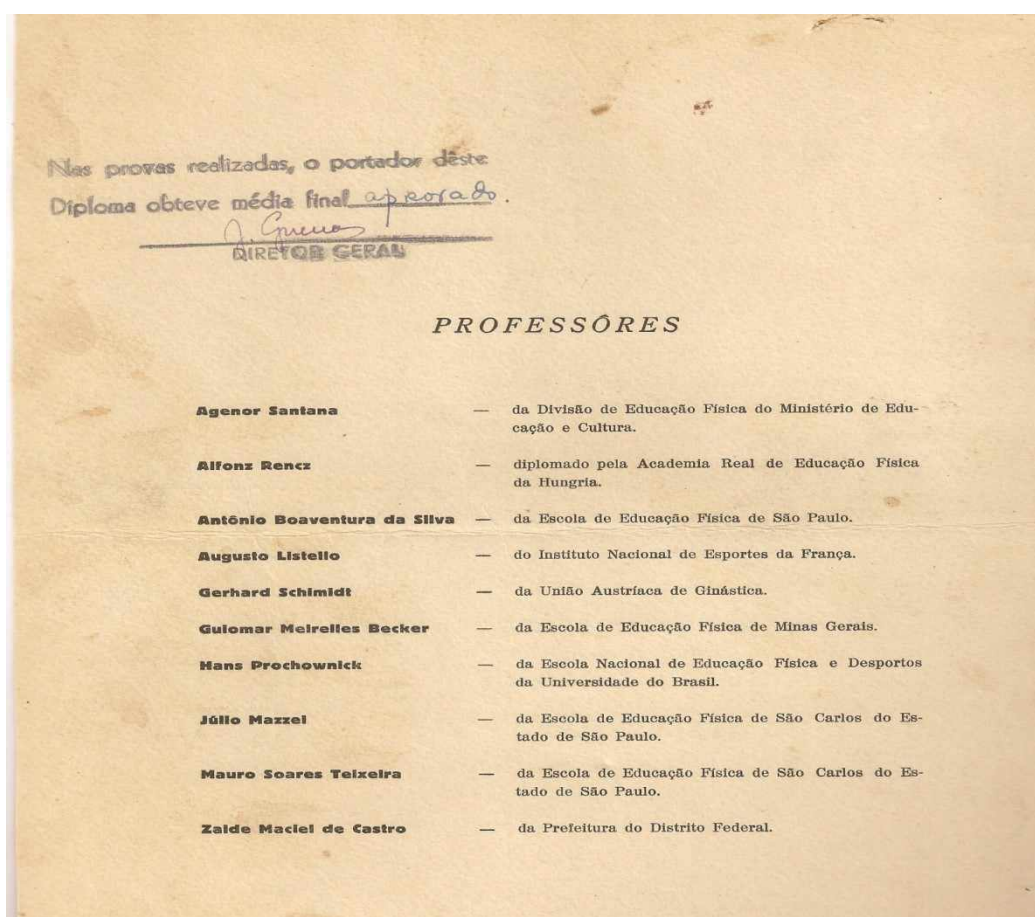


Figura 3. Certificado do I Jornada Internacional de Belo Horizonte

Participou da II Jornada Internacional de Estudos de Educação Física, realizada pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Dr. José Francisco Bias Fortes, por intermédio da dirigida pela Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais com a colaboração da Escola de Educação Física de Minas Gerais, da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, da Associação Mineira dos Cronistas Esportivos, do Conselho Municipal de Recreação Pública de Belo Horizonte e da Associação dos Ex-alunos da E.E.F.M.G, no período de 22 de julho a 2 de agosto de 1958.

Participou como professor da 1º semana Pedagógica organizada pela 63ª circunscrição para estudar os problemas relativos à educação primária na cidade de Uberlândia, em 31 de outubro de 1958.

Participou da III Jornada Internacional de Estudos de Educação Física, realizada pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Dr. José Francisco Bias Fortes, por intermédio da dirigida pela Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais com a colaboração da Escola de Educação Física de Minas Gerais, da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, da Associação Mineira dos Cronistas Esportivos, do Conselho Municipal de Recreação Pública de Belo Horizonte e da Associação dos Ex-alunos da E.E.F.M.G e da Federação Mineira de Ginástica, no período de 18 de julho a 1º de agosto de 1959.

Participou da IV Jornada Internacional de Estudos de Educação Física, realizada pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Dr. José Francisco Bias Fortes, por intermédio da dirigida pela Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais com a colaboração da Escola de Educação Física de Minas Gerais, da Associação dos Especializados em Educação Física e da Associação dos Ex-alunos da E.E.F.M.G, no período de 18 a 30 de julho de 1960.

Participou da V Jornada Internacional de Estudos de Educação Física, realizada pela Diretoria de Esportes do Estado de Minas Gerais com a colaboração da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura, Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais, da Escola de Educação Física de Minas Gerais, da Associação dos Especializados em Educação Física e da Associação dos Ex-alunos da E.E.F.M.G, no período de 15 a 28 de julho de 1962.

Segundo Lima (2012):¹¹

Entre os anos de 1957 e 1962, foram realizadas cinco edições das Jornadas Internacionais de Educação Física, sendo que a primeira aconteceu em 1957 e a última em 1962. Esses encontros objetivavam principalmente aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos dos professores que estavam atuando nesse campo pedagógico. Em sua primeira edição, o curso foi denominado de “Jornada de Estudos de Educação Física”, recebendo posteriormente a designação de “Jornadas Internacionais de Educação Física”, que permanecera até a última edição. Os encontros foram realizados anualmente de forma regular entre os anos de 1957 e 1960, todavia no ano de 1961 não

¹¹ Para maiores detalhes sobre as Jornadas ver a dissertação de Mestrado de Cássia Danielle Monteiro Dias LIMA, com o título: ENSINO E FORMAÇÃO: “OS MAIS MODERNOS CONCEITOS E MÉTODOS” EM CIRCULAÇÃO NAS JORNADAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA (BELO HORIZONTE, 1957 - 1962) onde este tema foi tratado com profundidade.

foi organizado. Já em 1962, temos uma Jornada distinta das quatro anteriores, o que podemos chamar de uma versão mais “caseira”. Todas as edições foram realizadas nos meses de julho e/ou agosto. Professores e alunos da EEF-MG assim como professores de renome internacional, marcaram presença nesses encontros, proferindo palestras, aulas e cursos. As Jornadas foram anunciadas, na época, pelos jornais locais, com muita euforia e foram apresentadas como uma “iniciativa arrojada”, sendo os conteúdos ministrados considerados os mais modernos e inovadores. (2012, p. 18 – 19).

Estes cursos de aperfeiçoamento, como os organizadores se referiam ao mesmo, foram eventos de importância na Educação Física Mineira no final dos anos 1950 e início dos anos de 1960. As Jornadas trouxeram a Belo Horizonte grandes nomes da Educação Física nacional e internacional. De todos os participantes internacionais da 1ª Jornada, sem dúvida nenhuma, o francês Auguste Listello¹² é o nome de maior destaque. Segundo Lima (2012) estas jornadas tinham provavelmente como espelho os Cursos internacionais que foram ministrados na cidade de Santos, no início dos anos 50 e que tiveram grande repercussão na Educação Física Brasileira.

Segundo Martinez (2002) Auguste Listello vêm ao Brasil 1951 a convite de Antônio Boaventura Silva para ministrar um Curso na cidade de Santos, São Paulo. Este evento ficou conhecido como Curso Internacional de Educação Física e foi organizado pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEFE) e pela Associação de Professores de Educação Física (APEF) do Estado de São Paulo e tiveram várias edições nos anos subsequentes. Nesta primeira edição tiveram a participação de aproximadamente 400 participantes de todo o País e de alguns países da América do Sul como Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai. Estiveram presentes como palestrantes além do professor Listello, também o Sueco Curt Jhonson e outros professores sul-americanos de renome nos seus respectivos países, além de professores da Faculdade de Educação Física da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo.

Segundo Martinez (2002):

Listello trouxe um espírito de educação física. Ele endereçava aos responsáveis pela educação física no Brasil, que o seus cidadãos fossem formados, educados, em uma linha de conduta verdadeiramente humana e que o cidadão fosse antes de mais nada um humano e com todas as qualidades possíveis nos sentidos de moral, de

¹² Sobre o professor Auguste Listello, ver a dissertação de Mestrado de Carlos Henrique Miguel Martins. AUGUSTE ROGER LISTELLO: uma contribuição para a Educação Física Brasileira. Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília, agosto de 2002

caráter, por exemplo, a maneira em que ele falava de conduta moral e que devíamos conduzir as nossas aulas de maneira mais organizada possível e que pudéssemos dar chance a esta maneira de conduzir o ensino no sentido de pregar a justiça, a disciplina, o direito, a responsabilidade e tudo o que era no sentido moral para o cidadão em formação, sem desprezar as oportunidades surgidas para o lado cívico de todo o ensino de todo o sistema educacional. (MARTINEZ, 2002, p.34).

Auguste Listello trouxe um novo método para o nosso País. A sua proposta pedagógica ficou conhecida como Educação Física Desportiva Generalizada e fundamentava-se em aulas lúdicas, recreativas e descontraídas, mas que não deixassem de ser fundamentadas em preceitos científicos. As atividades desportivas deveriam proporcionar aos educandos a chance de adquirir hábitos higiênicos, noções de trabalho em equipe, de desenvolvimento dos sentimentos de altruísmo e solidariedade. O desporto desta maneira aparece como um meio de formação dos alunos e de preparação deles para a vida. O seu método se constitui em quatro pontos diretores: o treinamento físico generalizado, exercícios específicos, prevenção de doenças e atividades de lazer. Em todos estes planos são abordados os aspectos físicos, sociais e morais. A socialização entre os alunos, a cooperação vão ser elementos constitutivos do seu método. (MARTINEZ, 2002).

Lima (2012) ao analisar os documentos sobre as Jornadas Internacionais de Educação Física, encontra um relatório que aborda sobre o método de Educação Física Desportiva Generalizada e a sua repercussão no evento. Assim diz a autora:

Auguste Listello, que versou sobre as “Atividades Físicas Generalizadas” na I Jornada, fez a divisão de uma sessão de treinamento em quatro partes: 1^a) aquecimento e preparação psíquica; 2^a) exercícios de flexibilidade e desenvolvimento muscular; 3^a) exercício de agilidade e do “CRAN” (termo francês: Coragem, Resistência, Agilidade e Destreza). Segundo esse professor, por meio desses exercícios, ocorria o prolongamento dos efeitos morfológicos e da ação sobre as vontades; e na última parte (4^a) descreveu as opções de formas de trabalho, que podem variar em individual, em pequenos grupos, no coletivo e na forma de jogo. Enfatizou a importância da satisfação: “a sensação de ter alcançado algo de psíquico pelo somático”. Listello também discorreu sobre a progressão da aprendizagem ligada a confiança estabelecida entre indivíduo e educador. E apresentou as características de uma “lição”, que são: ensinar a todos, em todos os lugares, com ou sem aparelhos, suprimindo todas as necessidades dos alunos. Gerhard Schimidt foi responsável

pelo curso sobre o Método Natural Austríaco de Educação Física, apontado pelo *Jornal Educação Física* como “as novidades mais palpitantes trazidas ao especializados mineiros”. Esse professor resumiu em três tópicos os “pontos de vistas modernos de orientação pedagógica da Educação Física”: condenação à extrema especialização; trabalhar naturalmente, usando as formas básicas humanas (movimentos totais) e trabalhar alegremente. Vale comentar que após a Segunda Guerra Mundial o Método de Educação Física Desportiva Generalizada, sistematizado e disseminado por Auguste Listello e o Método Natural Austríaco, desenvolvido por Karl Gaulhofer e Margarete Streich e difundido por Gerhard Schmidt no Brasil, começam a ser adotados em algumas escolas do país (SOARES, 1997). Nas Jornadas, esses novos métodos tiveram muita repercussão, sendo bastante citados nos jornais consultados e constantemente referenciados por nossos entrevistados. (LIMA, 2012, p. 144 – 145).

Importante salientar que Auguste Listello foi o professor que disseminou a modalidade Handebol de Salão para o Brasil. Esta modalidade esportiva estava restrita ao Estado de São Paulo, ainda na modalidade de handebol de campo, praticado por onze (11) jogadores de cada lado, sendo muito praticado em alguns clubes de origem europeia. Nos primeiros cursos Internacionais de Santos o professor Listello, um apaixonado pelo Handebol (MARTINEZ, 2002), ministrou em vários cursos de forma didática, o handebol de salão, praticado por sete (7) jogadores. Estes professores voltavam para os seus estados levando consigo os ensinamentos apreendidos. Fato é que o handebol de salão se tornou muito popular no ambiente escolar, se tornando hoje o esporte mais praticado na escola, sendo praticado nos Jogos Estudantis brasileiros (JEB's) em 1971. (Federação Paulista de Handebol, FPHand, 2015. [sem paginação])

Aparentemente as Jornadas Internacionais e mais precisamente a Educação Física Generalizada deixam marcas nas atividades pedagógica do professor, fatos que serão discutidos neste capítulo um pouco mais a frente.

Também participou o curso de atualização e informação sobre Educação Física (Método Natural, Ginástica Feminina Moderna, Danças Folclóricas Regionais e Legislação da Educação Física) realizado pela Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação e Cultura, na cidade de Uberaba, Minas Gerais, no período de 2 a 13 de maio de 1959.

Participou do 1º estágio para auxiliares de Unidades Desportivas, promovido pela Diretoria de Esportes de Minas Gerais, no período de 20 de junho a 30 de agosto de 1959.

Participou o I Seminário dos Ex-alunos da Escola de Educação Física de Minas Gerais, organizado pela Escola de Educação Física de Minas Gerais, da Universidade Católica de Minas Gerais, em 21 de dezembro de 1961.

Em 1966 participa do Reencontro de Aperfeiçoamento e Difusão da Educação Física e Desportos, como aluno, no período de 17 a 30 de junho de 1966, organizado pela Divisão de Educação Física, Inspetoria Seccional, do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura.¹³

Também participou do III reencontro de Aperfeiçoamento e Difusão da Educação Física e Desportos, como professor, realizado em Belo Horizonte, organizado pela Divisão de Educação Física, Inspetoria Seccional, do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, no período de 17 a 30 de junho de 1967.

Participou do Curso de Atualização e Divulgação da Educação Física e Desportos, como professor, realizado em Belo Horizonte, organizado pela Divisão de Educação Física, Inspetoria Seccional, do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, organizado pela Divisão de Educação Física, Inspetoria Seccional, do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, no período de 17 a 30 de junho de 1968.

Participou do V Curso de Atualização e Divulgação da Educação Física e Desportos, como professor, realizado em Belo Horizonte, organizado pela Divisão de Educação Física, Inspetoria Seccional, do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, organizado pela Divisão de Educação Física, Inspetoria Seccional, do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, no período de 17 a 30 de junho de 1969. A respeito deste Curso vamos encontrar um ofício de nº 1.242/69 endereçado ao D.D Chefe de Departamento do Ensino Médio e Superior da Secretaria de Educação de Minas Gerais, senhor Samuel da Rocha Barros. Neste ofício o Inspetor Seccional da Educação Física do MEC, solicita que o professor Thales e mais cinco professores pertencentes aos quadros do Estado fossem dispensados dos respectivos serviços estaduais no período de 17 a 30 de junho, a fim de cooperarem com a Inspetoria e atuarem como professores na V Curso de Atualização da Educação Física, que ocorreu na Colônia de Férias Syllas Veloso.

¹³ O Certificado é assinado pelo Sr. Theodomiro Marcellos, Inspetor Seccional.

Também tem o ofício nº 1.243/69 endereçado ao Secretário de Trabalho do Estado de Minas Gerais Geraldo Sardinha Pinto a liberação do respectivo serviço estadual. Ambos os ofícios são assinados pelo Inspetor Seccional da Educação Física do Ministério de Educação e Cultura, Theodomiro Marcellos.¹⁴ Junto aos ofícios encontramos um bilhete do Inspetor seccional escrito de próprio punho endereçado ao professor Thales e o bilhete tinha um tom próximo e amigável, nada comum entre os relatos dos inspetores desse período.

Em 1972 o professor Thales foi agraciado com um certificado por ter participado dos Grandes Jogos Estudantis Mineiros, promovido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Diretoria de Esportes de Minas Gerais como técnico de Basquetebol Masculino, no período de 06 a 12 de junho.

Participou como professor no Curso de Atualização realizado no Colégio Estadual de Belo Horizonte, no período de 1º a 13 de julho de 1974. Evento organizado pela Associação de Difusão da Educação Física¹⁵. Ministrou o mesmo curso no Ituiutaba Clube, na cidade de mesmo nome, no período de 15 a 27 de julho do mesmo ano.

No ano de 1975, o professor Thales de Assis Martins, participou de cinco (5) cursos de Atualização, sendo a primeira no período de 06 a 18 de janeiro, no Colégio Santo Agostinho em Belo Horizonte; no período de 20 de janeiro a 1º de fevereiro na cidade de Belo Horizonte; no período de 31 de março a 12 de abril também na cidade de Belo Horizonte; no período de 02 a 16 e 17 a 30 de julho no Colégio Estadual de Belo Horizonte e na cidade de Santa Vitória, Minas Gerais, no período de 06 a 11 de outubro. Todos os eventos organizados pela Associação de Difusão da Educação Física.

¹⁴ Embora não encontremos referências ao Inspetor Seccional Theodomiro Marcellos, ele é um personagem muito presente nos documentos analisados, inclusive o referido inspetor participou como palestrante na V Jornada Internacional de Educação Física.

¹⁵ Foi realizada uma pesquisa sobre esta instituição e encontramos apenas uma menção a mesma. A Associação foi objeto de uma Lei de nº 5.256 de 18/09/1969, reconhecendo a mesma como de Utilidade Pública, pelo Governador Israel Pinheiro da Silva.



Figura 4. Curso de Atualização. Colégio Santo Agostinho em Belo Horizonte, 1975

Participou também do Curso Internacional de Basquete, na condição de ouvinte, ministrado pelo professor James D. Karabetsos, e organizado pela Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, em 14 de agosto de 1975.

No ano de 1976, o professor Thales de Assis Martins, participou de 2 cursos de Atualização, sendo a primeira no período de 05 a 17 de janeiro, e a segunda no período de 19 a 31 do mesmo mês na cidade de Belo Horizonte. Todos os eventos organizados pela Associação de Difusão da Educação Física. Também participou como professor das atividades de Esporte e recreação desenvolvida nas comunidades do bairro patrimônio, Vila Presidente Roosevelt e Patronato do Buriti, no período de 12 de agosto a 16 de outubro do corrente ano, organizado pela Escola Superior de Educação Física, Faculdade do Serviço Social da Universidade de Uberlândia.

Ainda no ano de 1976, participou também como professor do Curso Preparatório para exame de suficiência em Educação Física, ministrando aulas de Grandes e pequenos jogos, na cidade de Belo Horizonte no dia 17 de julho e no dia 31 de julho ministrou aulas de voleibol e jogos na cidade de Campo Belo, Minas Gerais, ambas pela

Sociedade Educacional e Divulgadora da Educação Física, da cidade de Lavras, Minas Gerais.¹⁶

Ainda no ano de 1977, participou também como professor do Curso de Atualização em Educação Física e Desportos ministrando aulas de Handebol e Grandes e Pequenos jogos no dia 16 de julho e no dia 30 de julho ministrou aulas de Handebol e Ginástica na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, ambas pela Sociedade Educacional e Divulgadora da Educação Física, agora registrada na cidade de Belo Horizonte.

Participou do Seminário de Assuntos Integrados – Técnicas de Handball, no período de 25 a 27 de novembro de 1977, organizado pelo Projeto Rondon, o certificado não traz o local onde foi realizado este seminário, somente certifica a participação. Participou também do Curso de Extensão sobre Medicina Desportiva, ministrado pelo professor José Luís Fraccaroli, promovido pelo Departamento de Cultura Física, realizado no período de 5 a 7 de setembro de 1978. Bem como também participou do Curso de Extensão sobre Recreação, ministrado pelo professor Odilon Barbosa, promovido pelo Departamento de Cultura Física, realizado no período de 8 a 10 de setembro de 1978.

Colaborou com o Curso de Psicomotricidade promovido pelo Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Uberlândia.

A Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer, conferiu o professor Thales – pela sua participação no Programa Esporte Solidário – criança 2000, realizado no período de agosto a novembro de 1998, como monitor de atividades físicas, mesmo neste estado com uma idade avançada, mas sempre participativo e dinâmico.

¹⁶ Em relação a esta empresa Sociedade Educacional e Divulgadora da Educação Física, encontramos 02 referências a mesma. Uma de uma empresa com o nome fantasia SEDEF, de CNPJ 18.648.386/0001-08 aberta em 08/08/1974 e extinta por encargos e liquidação voluntária em 30/08/1979 e a outra menção diz respeito a Sociedade Educacional e Divulgadora da Educação Física como objeto de uma Lei reconhecendo a mesma como de Utilidade Pública, pelo Governador Francelino Pereira dos Santos através da Lei nº 8013, de 22 de julho de 1981.

4.3-O PROFESSOR THALES E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Segundo Souza e Barbosa (2004) afirmam que o professor Thales, no começo da sua carreira na cidade de Uberlândia como treinador da equipe de basquete masculino, não teve muita aceitação pelos atletas por causa de seus métodos rígidos e autoritários com os jogadores. Esses métodos atribuídos pela formação do professor ter sido na escola de Polícia Militar de Minas Gerais, inclusive, ainda segundo o relato do próprio que ele ganhou o apelido de “Carrasco” de seus alunos. Isto provavelmente se deveu ao fato da sua própria formação acadêmica visto que foi aluno do Curso de Educação Física da Polícia Militar de Minas Gerais, além de ter sido também durante dois anos, integrante das forças expedicionárias brasileiras, servindo como enfermeiro e professor de Educação Física. E o uso da autoridade, às vezes de maneira enérgica e dura, espantou os alunos que provavelmente não estavam acostumados com tal postura. Mas como constam nos relatos citados anteriormente, logo isto foi contornado e ele passou a ser um professor muito estimado e querido por todos, como atestam a carta de homenagem ao mesmo no processo recebimento da comenda Thales de Assis Martins.

Em relação a suas aulas temos um relato feito pelo professor Sebastião Ferreira de Moraes, encontrado no trabalho monográfico de Carolina Albuquerque sobre a história do professor Sebastião. O referido professor foi aluno e atleta do professor Thales no meio dos anos de 1950 e foi testemunha privilegiada de sua prática pedagógica. O professor Sebastião relata que o referido professor dava aula de calistenia e de iniciação à formação cívica e que se constituía de marcha militar, as vezes a aula era realizada com bastões e outros aparelhos. Fora do horário de aulas, tinham as turmas de treinamento onde somente participavam os alunos de melhor desempenho e os alunos mais aptos para as práticas esportivas. (ALBUQUERQUE E BARBOSA 2007).

Em relação às aulas de calistenia, um fato que chamou a atenção foi esta fotografia do acervo pessoal do professor Thales de Assis Martins. O professor aparece ministrando aula para alunas do Colégio Nossa Senhora das lágrimas. Algo incomum para a época, pois segundo Souza (1994) desde a instituição da educação física em Minas Gerais, as aulas são separadas segundo gênero, sendo que o professor ministrava aulas para os meninos e para as turmas femininas tínhamos as professoras, sendo possível que as professoras poderiam ministrar aulas também para os meninos, principalmente se considerarmos que a escola é mantida pela congregação religiosa das

irmãs da ressurreição. A fotografia indica um prestígio e denota confiança por parte da escola e isto é corroborado pelo ofício datado de 08 de fevereiro de 1965, onde a diretora da congregação em declaração agradece os serviços prestados pelo professor Thales ao Colégio, confirmando que não havia nada que desabonasse no exercício do magistério.



**Figura 5. Alunas em aula de Calistenia. Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. Uberlândia [s.d.]
Arquivo Pessoal do Professor Thales de Assis Martins**

Ainda em relação a suas aulas no referido colégio, o arquivo pessoal da família tem inúmeras fotografias que mostram a participação dos alunos do professor em atividades cívicas na cidade de Uberlândia, como desfiles e comemorações de datas como o Sete de Setembro. As fotografias abaixo, datadas de Sete de Setembro de 1963 mostram a fanfarra do Colégio e suas alunas.



Figura 6 Fotos do Arquivo pessoal professor Thales de Assis Martins. 7 de setembro de 1963

Voltando ao início da sua carreira profissional, o fato de ser considerado um professor autoritário, vai bem ao encontro do que se espera dos professores de Educação Física neste período histórico. Um professor enérgico que possa direcionar e orientar os alunos. Segundo Ghiraldelli Jr. (1997) “*A Educação Física Militarista, coerente com os princípios autoritários de orientação fascista, destacava o papel da Educação Física e do Desporto na formação do homem obediente e adestrado*” (1997, p. 26).

Posteriormente, muito provavelmente influenciado pelas Jornadas Internacionais de Educação Física e pelo contato com outros professores dessa área, com outros métodos de ensino, com outras práticas pedagógicas, o professor Thales vai aos poucos abandonando o método francês e se voltando principalmente para a Educação Física Desportiva Generalizada e a Ginástica Natural¹⁷, como atestam vários documentos

¹⁷ Entre os anos de 1918 e 1938 surgiu na Áustria uma reforma geral do ensino, notadamente no ensino da Ginástica que, sob o nome de “Ginástica Natural” é atualmente conhecida e apreciada no mundo

encontrados. Em 12 de novembro de 1969, em atestado emitido pelo Inspetor Seccional do Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, Theodomiro Marcellos, declarando que o Professor Thales de Assis Martins, ministrou aulas no Curso de Atualização de Educação Física, promovido pela Inspetoria Seccional, na cidade de Belo Horizonte e parabeniza o mesmo pela grande eficiência e dedicação, mencionando a produção de material pedagógico contendo 12 aulas explicativas, com figuras dos movimentos descritos, alcançando 20 folhas que foram distribuídas aos participantes do referido Curso de Atualização. Isto indica que o professor gozava de certo prestígio com a Inspetoria Seccional, pois se tratava de um professor não licenciado, com apenas um curso “técnico”, ministrando um Curso de Atualização na capital do Estado, Belo Horizonte, por três anos consecutivos, obtendo uma ótima avaliação do Inspetor e provavelmente dos alunos participantes.

inteiro. Os principais autores desta reforma foram: Dr. KARL GAUHOFER, Dr.^a MARGARETH STREICHER e o Prof. ADALBERT SLAMA, estimados e qualificados na Áustria de “Tríplice constelação de renovadores da Educação Física austríaca.” A Educação Física era reconhecida como elemento essencial do ensino em seu conjunto e considerada nos exercícios corporais como matéria de ensino e educação de um valor total. A tarefa principal dos exercícios corporais era a formação da personalidade. A aquisição das qualidades de habilidades tomou importância estando praticamente a serviço da finalidade formativa (educativa). A escolha dos exercícios e os princípios de ensinamento se amoldaram aos conhecimentos mais modernos da biologia e da pedagogia da época. A Ginástica Natural é qualificada de “exercício físico orientado biológica e pedagogicamente.” (Margareth Streicher). Os inovadores da Ginástica austríaca executaram intelectualmente as preciosas ideias primitivas do antigo movimento da ginástica alemã, do movimento de ginástica sueca, dos jogos e dos desportos e dos movimentos da juventude, estes em seu aspecto pedagógico. Assim criaram uma ginástica escolar que é inteiramente educativa, rica em sua matéria, eminente na vida, adaptada à educação das crianças e repleta de espontaneidade. O ensino atual, tanto em seus fundamentos teóricos quanto nos orgânicos (práticos) é em grande parte baseado nesta reforma. GROLL, Hans. Ginástica Natural Austríaca. Revista eletrônica INFORMATIVO GRD. Ano V. Edição 08. Ago – Dez de 2003. Rio de Janeiro. In <http://www.geocities.com/grdclub>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
INSPECTORIA SECCIONAL
AV. OLEGÁRIO MACIEL, 311 - 1.º ANDAR
BELO HORIZONTE

A T E S T A D O

Atesto que o professor THALES DE ASSIS MARTINS, professor de Educação Física na Cidade de Uberlândia, funcionou nos anos de 1967, 1968 e 1969, como professor do CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, promovido nos anos supra referidos por esta Inspeção Seccional, nesta capital, lecionando, com grande eficiência e dedicação, o "METODO NATURAL", de que confeccionou um poligrafo, contendo 12 aulas explicativas, com figuras de todos os movimentos descritos, alcançando 20 folhas mimeografadas, de que foi feita distribuição por esta Inspeção Seccional aos alunos do curso, por ocasião das brilhantes aulas do mencionado professor. Atesto que o rendimento pedagógico das aulas do ilustre professor foi o melhor possível, com geral agrado e aplauso, tanto da direção do Curso, quanto dos alunos do professor referido, nos três aludidos anos em que abrilhantou o curso com a sua proficiente participação pedagógica. Atesto, mais, que, no CURSO de 1967, o professor THALES DE ASSIS MARTINS deu vinte e uma (21) aulas; no CURSO de 1968 foram proferidas por êle quarenta e uma (41) aulas; e no CURSO de 1969 foram por êle dadas trinta e quatro (34) aulas, todas sobre método, diz-se, sobre método natural.

Belo Horizonte, 12 de Novembro de 1969.

Theodomiro Marcellos
THEODOMIRO MARCELLOS,

Inspetor Seccional - DEF-MEC.

Figura 7. Documento atestando participação em evento científico

Vamos encontrar também na documentação analisada modelos de planos de aula utilizados pelo professor. Estes planos de aulas encontrados são claramente influenciados pela Ginástica Natural e pela Educação Física Esportiva Generalizada de Auguste Listello. Isto fica explicitamente nos planos de Ensino encontrados nos documentos do professor Thales, bem como em atestados e declarações onde são citados os conteúdos ministrados. Estes cursos de atualização ou capacitação exigem do palestrante domínio e conhecimento sobre os conteúdos e provavelmente o seu uso na prática pedagógica cotidiana, do próprio professor Thales. Abaixo um modelo de plano de Ensino sobre iniciação desportiva.

4ª EDIÇÃO		PLANOS DE AULA - INICIAÇÃO DESPORTIVA		YOGA	
ESCOLA			PLANO 55		
GRAU	SÉRIE	SEXO	EFETIVO		
DATA / /	HORÁRIO		LOCAL		
MEIOS		PROFESSOR			
1ª PARTE		AQUECIMENTO		3 A 7 MINUTOS	
<p>AQUEC. 55 ESTADOS E CAPITALS</p> <p>OBJETIVOS - DESENVOLVER RÁPIDAS RESPOSTAS MOTORAS A ESTÍMULOS SENSORIAIS • ATIVAR AS GRANDES FUNÇÕES • SENSIBILIZAR CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA.</p> <p>EXECUÇÃO</p> <p>OS ALUNOS EM CÍRCULO SÃO DESIGNADOS PELOS NOMES DAS CAPITALS DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS BRASILEIROS. O PROFESSOR FAZ, EM VOZ ALTA, UMA PERGUNTA:</p> <p>— "PARA, CAPITAL? E QUICA A BOLA NO CHÃO, COM VIOLÊNCIA O REPRESENTANTE DE BELÉM DEVE APARAR A BOLA ANTES QUE ELA RETORNE AO CHÃO."</p>					
2ª PARTE		FORMAÇÃO CORPORAL		10 MINUTOS	
<p>EXERCÍCIOS EM TRINCA</p> <p>OBJETIVOS - DESENVOLVER HARMONICAMENTE AS GRANDES MASSAS MUSCULARES • AMPLIAR A FLEXIBILIDADE ARTICULAR.</p> <p>EXECUÇÃO</p> <p>• OS ALUNOS EM TRÊS FILEIRAS, GRUPOANDO-SE AS TRINCAS DE ACORDO COM O PESO E ALTURA • APÓS A EXECUÇÃO DE CADA EXERCÍCIO, OS ALUNOS ALTERNAM AS POSIÇÕES RELATIVAS, DE MODO QUE CADA UM TRABALHE NAS TRÊS POSIÇÕES.</p> <p>• PARA CADA EXERCÍCIO DEVEM SER EFETUADAS 10 REPETIÇÕES, PELO MENOS.</p>			<p>1º EXERCÍCIO</p>		
<p>1º EXERCÍCIO</p> <p>O ALUNO CENTRAL APOIADO FIRMEMENTE POR UM LATERAL, EXECUTA SALTOS DO SOLO PARA O DORSO DO OUTRO LATERAL E DO DORSO PARA O SOLO, DO OUTRO LADO.</p>			<p>2º EXERCÍCIO</p>		
<p>2º EXERCÍCIO</p> <p>UM ALUNO LATERAL ENGANCHADO NO PESCOÇO DO CENTRAL E APOIADO PELAS PERNAS PELO OUTRO PARCEIRO, EXECUTA FLEXÃO E EXTENSÃO DO TRONCO (DORSO-LOMBAR).</p>			<p>2º EXERCÍCIO</p>		

Figura 8. Plano de aula – Educação Física Desportiva Generalizada




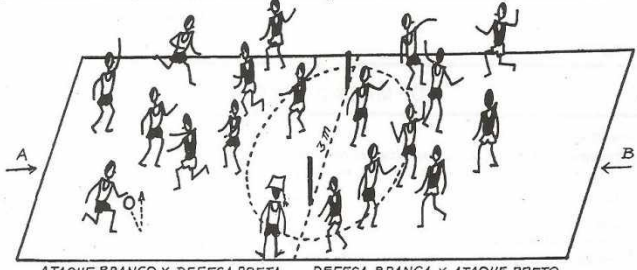
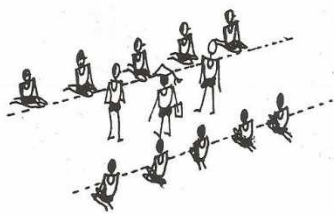
3ª PARTE	CRAN - CORAGEM, AUDÁCIA, DESTREZA	7 MINUTOS
<p>CRAN- 55 RODADA COSTA COM COSTA</p> <p>OBJETIVO - DESENVOLVER A AUDÁCIA, A DESTREZA E A CONFIANÇA MÚTUA ENTRE OS ALUNOS.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>1</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>2</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>3</p> </div> </div> <p>EXECUÇÃO OS ALUNOS EM DUAS FILEIRAS, DISPOSTOS AOS PARES, COSTA COM COSTA. O DA FRENTE, SERVINDO DE BASE, AFASTA OS PÉS E MANTÉM AS PERNAS SEMI FLEXIONADAS; SEGURA OS PULSOS DO VOLANTE E APOIA OS QUADRIS NA ALTURA DAS NÁDEGAS DO COMPANHEIRO. FLEXIONA O TRONCO PARA FRENTE ENQUANTO O VOLANTE O FAZ COM AS PERNAS SOBRE O ABDOME, ATÉ TOCAR O SOLO.</p>		
4ª PARTE	APLICAÇÕES DESPORTIVAS	16 MINUTOS
<p>INICIAÇÃO- 76 ATAQUE DUPLA</p> <p>OBJETIVOS- DESENVOLVER A HABILIDADE, OPORTUNIDADE E PRECISÃO NOS PASSES • DESENVOLVER O SENTIDO DE MARCAÇÃO • DESENVOLVER O SENSO DE OPORTUNIDADE, PRECISÃO E POTÊNCIA NO ARREMESSO.</p> <div style="text-align: center;">  <p>ATAQUE BRANCO X DEFESA PRETA DEFESA BRANCA X ATAQUE PRETO</p> </div> <p>EXECUÇÃO TRAÇAR NO MEIO DE UMA QUADRA UM CÍRCULO DE 6 METROS DE RAIO. UTILIZANDO DOIS BASTÕES, FAZER UM GOL DE 3 METROS. DIVIDIR A TURMA EM DUAS EQUIPES E ESTAS SUBDIVIDIDAS EM DUAS TURMAS. CADA EQUIPE ATACA NUMA MEIA QUADRA E DEFENDE NA OUTRA. DOIS ELEMENTOS SÃO ESCOLHIDOS COMO GOLEIROS E SOMENTE ELES PODEM PISAR NO INTERIOR DA RODA DE 6 METROS. O ATAQUE BRANCO, POR EXEMPLO, TROCANDO PASSES, PROCURA FAZER TENTOS NA DEFESA PRETA. SE ESTA SE APOSSAR DA BOLA DEVE PASSÁ-LA, IMEDIATAMENTE, AO ATAQUE PRETO, NA OUTRA QUADRA. CADA JOGADOR SÓ PODE DETERA BOLA, PARADO, 3 SEGUNDOS E DAR 3 PASSOS SEM QUICÁ-LA. QUANDO A BOLA SAIR PELA LATERAL, É REPOSTA EM JOGO PELA EQUIPE CONTRÁRIA. AO MEIO-TEMPO ALTERNAM-SE AS POSIÇÕES DAS EQUIPES.</p>		
5ª PARTE	VOLTA À CALMA - JOGOS SENSORIAIS	5 MINUTOS
<p>JOGOS SENSORIAIS (55) DUELO DE CONHECIMENTOS</p> <p>OBJETIVO- DESENVOLVER A MEMÓRIA DOS ALUNOS.</p> <p>EXECUÇÃO. OS ALUNOS SENTADOS EM DUAS FILEIRAS - EQUIPES A E B. O PROFESSOR COM SEIS PAPÉIS DOBRADOS NOS QUAIS ESTÃO ESCRITO: PEIXES, PÁSSAROS, FERAS, ANIMAIS DOMÉSTICOS, MAMÍFEROS, RÉPTEIS, BÍPEDES. ESCOLHE UM ALUNO DE CADA GRUPO PARA O DUELO DE CONHECIMENTOS. ELES FICAM DE PÉ, NO CENTRO. UM DELES SORTEIA UM DOS PAPÉIS; POR EXEMPLO: PEIXES. O OUTRO DISPUTANTE INICIA O DUELO E ALTERNADAMENTE VÃO DIZENDO NOMES DE PEIXES. QUEM PARAR, ERRAR OU REPETIR PERDE 1 PONTO PARA O SEU GRUPO. ESCOLHEM-SE OUTROS DOIS ALUNOS E O DUELO PROSSERUE.</p> <div style="text-align: center;">  </div>		

Figura 9. Plano de aula – Educação Física Desportiva Generalizada

Em relação ao autor do plano de ensino, o professor Vicente Leitão da Rocha, foi possível analisar que o material para a época foi importante. O autor foi um dos professores que mais desenvolveu a Educação Física Desportiva Generalizada no Brasil. (Ver anexo nº 10)

Esta prática fica evidenciada por fotografias encontradas no seu arquivo pessoal, onde vemos demonstrações de movimentos ginásticos que compõe a Educação Física

Desportiva Generalizada, mais precisamente a 3ª parte do plano de aula denominada de CRAN, exercícios que objetivavam coragem, audácia e destreza.

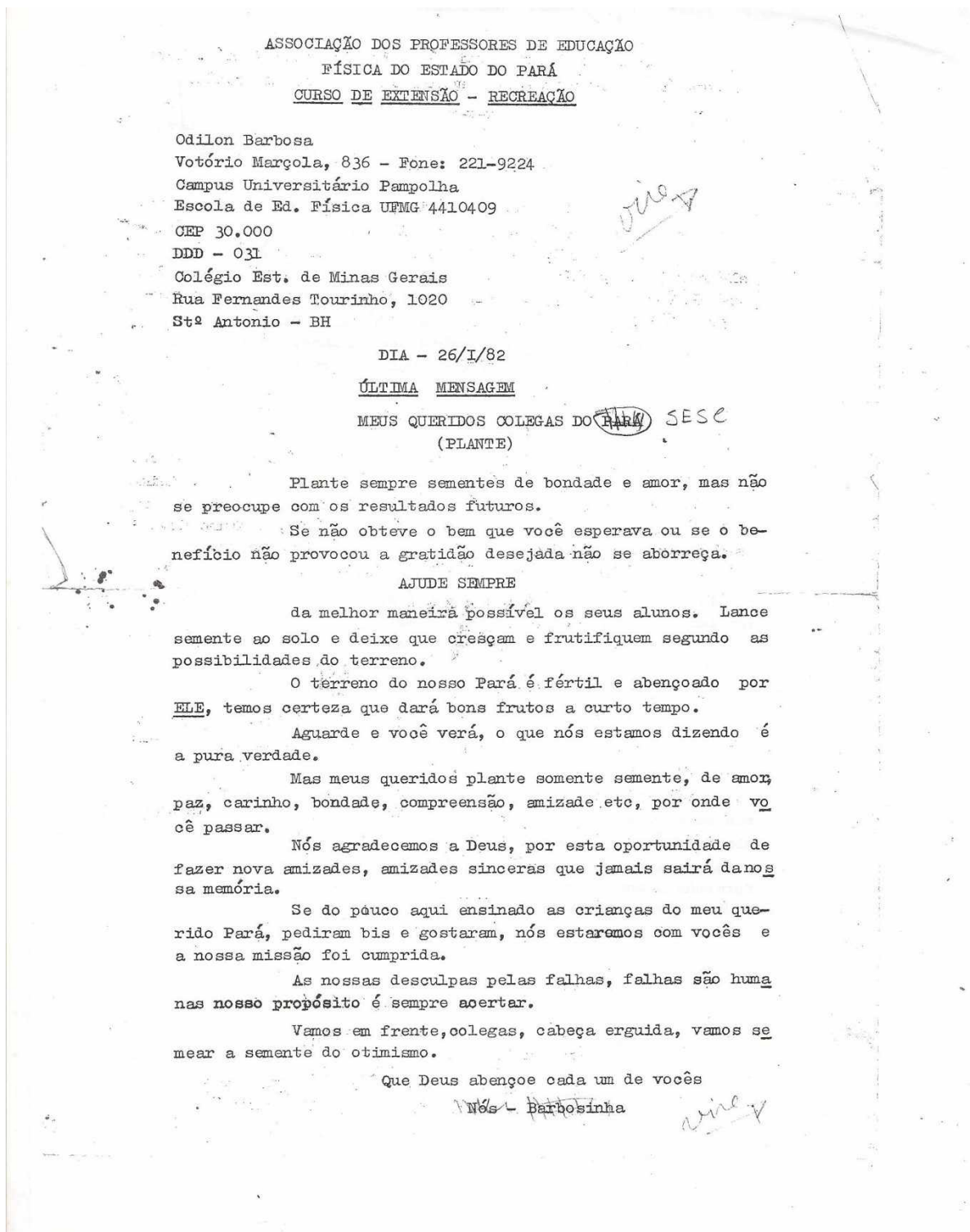


Figura 10. Aula de Educação Física

Tanto o plano de aula apresentado nas páginas anteriores, bem como a foto desta página nos dão indícios que o professor Thales de Assis Martins conhecia e aplicava nas suas aulas a Educação Física Desportiva Generalizada, tendo inclusive participado de Cursos com o próprio professor Auguste Listello. Neste sentido podemos destacar o fato de estar buscando melhorar e aperfeiçoar sua formação profissional através destes mesmos cursos que o professor participou e depois ministrou cursos sobre estes mesmos conteúdos. E tudo aponta para uma mudança de uma educação física influenciada por uma tendência militarista de educação física para uma educação física de cunho mais humanista, como a educação física desportiva generalizada.

A partir do início dos anos de 1970 o professor Thales começa a ministrar aulas para o ensino superior, primeiramente para os cursos de medicina e direito como aulas de prática desportiva e posteriormente na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. Na Faculdade assume as disciplinas Recreação e Handebol. Foram encontrados vários documentos, entre planos de disciplina, apostilas sobre o conteúdo recreação, projeto de extensão, ruas de recreio. Entre as apostilas encontramos material didático do professor Odilon Barbosa, já citado anteriormente. Estas apostilas são todas de Recreação, demonstrando uma circulação de materiais e uma troca de informações, pois tanto o professor Thales quanto o professor Odilon

ministravam a mesma disciplina na Universidade. Entre estes documentos tem uma folha que deve ser parte de uma apostila de um curso de extensão em recreação ministrado a professores de Educação Física do Estado do Pará. Este documento deve fazer parte de um conjunto de materiais e é datado do dia 26 de janeiro de 1982.



. Figura 11 – Apostila de Recreação Prof. Odilon

Neste documento estão contidas informações importantes e dicas para os professores, tais como cuidar para o professor planejar seu trabalho, orientações para que o professor respeitasse os alunos e outros conselhos aos professores. Este material pelas anotações do professor Thales pode ter sido usado em outro curso pelo próprio professor.

Outra folha datada de 1985, também sobre recreação, na qual o professor Odilon fundamentado na teoria psicomotora de Le Bouch, apresentando o conteúdo de atividades rítmicas psicomotoras. Sua teoria tem seu início nos trabalhos sobre Educação Física na década de 60, na França, mas que só chega ao Brasil no final da década de 70, alcançando boa repercussão nos meios acadêmicos. A abordagem psicomotora representa uma busca de uma educação física mais humanizada e humanizadora. Castro (2008) explica melhor este movimento pedagógico:

...a abordagem psicomotora na educação física das escolas brasileiras foi o primeiro movimento mais articulado a partir da década de setenta. Neste movimento o interesse da educação é com o desenvolvimento da criança juntamente com o ato de aprender, através dos processos cognitivos, afetivos e psicomotores; ou seja, buscando a formação integral dos educandos, procurando romper o dualismo cartesiano corpo-mente, integrando assim o movimento na formação da personalidade humana. O francês Jean Le Boulch (1983), um dos precursores da utilização da educação psicomotora nas aulas de educação física afirma que a corrente educativa da psicomotricidade surgiu na França, em 1966, pela fragilidade da educação física, pelo fato dos professores de educação física não conseguirem desenvolver uma educação integral do corpo. Para ele, muitos desses professores centravam sua prática pedagógica nos fatores ligados à execução dos movimentos, tendo como principal objetivo de sua ação educativa chegar à perfeição desses movimentos, de forma mecânica. A educação psicomotora de Le Boulch justifica sua ação pedagógica colocando em evidência a prevenção das dificuldades pedagógicas, dando importância a uma educação do corpo que busque um desenvolvimento total da pessoa, tendo como principal papel na escola preparar seus educandos para a vida, utilizando métodos pedagógicos renovados, procurando ajudar a criança a se desenvolver da melhor maneira possível, contribuindo dessa forma para uma boa formação da vida social. Para atingir esse objetivo, a educação psicomotora procura trabalhar como foi descrito acima, na prevenção de problemas de dificuldades escolares de várias origens, como: afetividade; leitura e escrita; atenção; lateralidade e dominância lateral; matemática e funções cognitivas; socialização e trabalho em grupo. (CASTRO, 2008, [s.p.].

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

R E C R E A Ç Ã O
PROF. ODILON BARBOSA

ATIVIDADES PSICOMOTORA

SEGUNDO LE BOUCH. A CRIANÇA DA IDADE ESCOLAR NECESSITA DE ATIVIDADES RITMICAS PSICOMOTORAS AFIM DE DESPERTAR NO SEU E U ATRAVÉS DA MUSICA AJUDA MUITISSIMO), E DAS ATIVIDADES PROPORCIONADAS, A CRIATIVIDADES, E A INICIATIVA.

DEVEMOS NAS NOSSAS INUMERAS ATIVIDADES DAR DESLOCAMENTOS NO ESPAÇO, LINHAS RETAS CURVAS, MISTAS E COMBINADAS.

DESLOCAMENTOS NOS TEMPOS COMPASSOS 2/4, 3/4, 4/4, 6/8, SEMPRE COM MUSICA)

JOGUINHOS RITMICOS COM TEMAS MUSICADOS, COMO HOJE VEREMOS A SE-MENTE.

AINDA DISSE O LE BOUCLH QUANDO AQUI ESTEVE, TODOS NÓS TEMOS A PS COMO RICIDADE FALTA É EXPLORAR ESSA PARTICULARIDADE DE NATA EM NÓS, PARA ISSO É PRECISO COMEÇA-LA MUITO BEM NO PRÉ PRIMÁRIO AFIM DE FACILITAR O APRENDIZADO.

É UM DEFEITO NOSSO DE NÃO SABERMOS RELAXAR, ISTO É COMO SE RELAXA NA PSICOMOTRICIDADE, NO QUAL VEREMOS HOJE NA NASSA AULA PRÁTICA.

OS SISTEMAS NEURO-MUSCULAR DA CRIANÇA DEVE SER EXPLORADO COM MAIOR INTENSIDADE E POR ISSO O PROF. DE ED. FISICA DEVE SER UM PROFUNDO CONHECEDOR DAS ATIVIDADES PSICOMOTORAS PARA TER SEQUENCIA, NO PRÉ-NO PRIMÁRIO, NAS ESCOLAS 1º E 2º GRAUS, E SER UTIL AO EDUCARDO NA VIDA PRÁTICA, DE ADULTO, PRINCIPALMENTE QUANDO ELE FOR PRATICADOR DE ESPORTES SEJA ELE INDIVIDUAL OU COLETIVO.

QUANDO O MENINO É BEM INICIADO NAS ATIVIDADES PSICOMOTORAS SEM DU VIDA ALGUMA LEVARÁ MAIS VANTAGEM SOBRE O LEIGO NO ASSUNTO.

AFIRMOU AINDA O LE BOUCLH SE O BRASIL CONTINUAR DESDE O PRÉ-, COM ATIVIDADES PSICOMOTORAS, DEVIDO AS CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA (MISTURA), SERÁ O PAIS DO FUTURO NOS DESPORTOS, AGINGA A MALÍCIA, A FLEXIBILIDADE VISTA POR ELE ELE AGUI ENTRE NÓS E DOS INÚMEROS CUR SDS MINISTRADOS, NUNCA JAMAIS VIU COISA IGUAL.

ATIVIDADES PSICOMOTORAS

JOGUINHO RÍTMICO
A SEMENTE.

OBJETIVOS- CRIAR NA CRIANÇA, UM ESPÍRITO DE INCIATIVA, CRIATIVIDADE E RACIOCÍNIO, PORQUE VAI TRABALHAR SOSINHA SOBRE UM TEMA DADO. A MUSICA É ESSENCIAL.

A CRIANÇA APÓS OS MOVIMENTOS SE TEVE EMOÇÃO.

COMO SE REALIZA:

FALAR COM A CRIANÇA QUE ELA É UMA SEMENTE, ESSA SEMENTE É JOGADO AO SOLO: CRESCE - FLORESCE, TEM VIDA, DÁ FRUTOS, DEPQIS MORRE.

É FEITO POR UM CRUPO, ENQUANTO O OUTRO OBSERVA, OBSERVA, TROCA-SE IDÉIA.

PERGUNTA SOBRE AS PARTES DA SEMENTE.

BARBOSINHA/1985.

Figura 12 – Apostila prof. Odilon Barbosa

Vale destacar que o professor Thales de Assis Martins participou de um curso oferecido em 1982 pela Universidade Federal de Uberlândia, sobre a temática da psicomotricidade, e três anos depois do curso, ele já estava trabalhando com a apostila acima, utilizando a recreação dentro de um referencial teórico da psicomotricidade. O texto acima cita a visita que Le Bouch fez ao Brasil no início da década de 80, inclusive ministrando um curso na Universidade Federal de Uberlândia. Outra apostila encontrada (anexo 11) no acervo pessoal do professor Thales, material pedagógico do professor Odilon Barbosa também nos remete à psicomotricidade. O título é Educação Física Infantil e foi baseado na obra do professor Mauro A. Guiselini, professor do Curso de Educação Física da Universidade de São Paulo (USP).

O professor Mauro Guiselini foi um dos primeiros professores de Educação a trabalhar com a Psicocinética de Jean Le Bouch no Brasil, posteriormente ele abandona esta área e vai se dedicar a outras áreas da Educação Física. No entanto a apostila de 30 páginas e é bem detalhada, com objetivos, bases para a elaboração de um programa de ginástica infantil, separado por faixa etária e com exercícios práticos.

Encontramos ainda, entre outros documentos, apostilas de recreação da professora Irma do Carmo Osório, a referida professora fazia parte do corpo docente do Curso de Administração Escolar da Escola Minas Gerais, atual Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais, campus de Belo Horizonte. A professora ministrava a disciplina Metodologia da Educação Física e tinha livros publicados na área pré-escolar, entre vários livros temos os títulos: Pré-escola: realizações motoras e Musicais de 1983 e A Psicomotricidade e o desenvolvimento da criança [sem data] demonstrando mais uma vez a sua aproximação com a psicomotricidade.

4.4-FEITOS ESPORTIVOS DO PROFESSOR THALES DE ASSIS MARTINS

Desde o início de sua carreira profissional, o professor Thales se dedicou ao treinamento esportivo. Conforme currículo vitae escrito pelo próprio, em 1942 era técnico de voleibol do Brasil Vôlei Clube¹⁸ e técnico do Instituto de Educação de Belo Horizonte.¹⁹, fez estágios no Minas Tênis Clube, na área de voleibol com o professor Silvio José Raso, estágio em basquetebol como o professor Gerson Sabino e em educação física infantil com o professor Macedo Ferrari, além de um estágio em atletismo no Departamento de Investigação (DI) da força Policial do Estado. Isto mostra que desde início de sua formação o esporte foi importante, tendo inclusive estagiado com personalidades importantes da Educação Física mineira, como o professor Sylvio José Raso²⁰, Gerson Sabino²¹ e Marcelo Ferrari e que com certeza deixaram marcas e influenciaram a sua trajetória esportiva.

Já na sua chegada a Uberlândia em 1945, como técnico do Uberlândia Tênis Clube foi campeão com a equipe de Voleibol feminino, nos Jogos Abertos do Interior do Brasil em Campinas, repetindo o título nos Jogos Abertos em Ribeirão Preto em 1947 e sendo tricampeão dos jogos Abertos em Santos em 1948. No ano seguinte foi vice-campeão dos Jogos do Interior do Brasil em Rio Claro, São Paulo. Em 1950 repetiu o vice-campeonato de voleibol feminino dos Jogos do Interior do Brasil na cidade de Sorocaba, e sendo campeão dos jogos da Alta Mogiana com a mesma equipe do voleibol feminino. Foi 5º colocado de vôlei feminino nos mesmos jogos do Interior do Brasil em 1951 na cidade de Santo André e campeão regional de Vôlei feminino do

¹⁸ Não conseguimos encontrar nenhuma referência sobre este clube em vários sites ligados ao voleibol.

¹⁹ Sobre o Instituto de Educação, é a antiga escola normal de Belo Horizonte, fundada em 1906, originalmente, preparava apenas moças para o magistério. Atualmente atende [Educação Infantil](#), [Ensino Fundamental](#), [Ensino Médio](#), [Curso Normal](#) e [Educação de Jovens e Adultos](#).

²⁰ Sylvio José Raso, Professor de Educação Física do Ginásio Mineiro, tem uma longa e rica história na Educação Física brasileira. Para uma biografia completa do referido professor ver www.fiepbrasil.org/homenagens/sylvio-raso/. Ver também VALPORTO, O. Voleibol no Brasil: uma história de grandes manchetes. Rio de Janeiro, Casa da Palma, 2007. Ver páginas 18 e seguintes.

²¹ A respeito de Gerson Sabino, ver <http://pesquisadoresfutebolclube.blogspot.com.br/2013/03/pesquisando-no-ceu-gerson-sabino.htm>

Campeonato Estadual de Minas Gerais, sendo ainda, neste mesmo ano campeão do Interior de Minas Gerais em Belo Horizonte.



Figura 13 Jogos Abertos do Interior do Brasil, Santos, 1948. Equipe Campeã. Arquivo Particular

Em 1954 foi campeão regional de Vôlei masculino do Campeonato Mineiro em Uberaba e campeão do Interior Mineiro de Basquete Masculino, em Belo Horizonte. Em 1955, foi vice-campeão de Basquete Masculino do campeonato Mineiro em Belo Horizonte, repetindo a colocação no ano seguinte também com o Basquete masculino, o torneio aconteceu em Uberaba. 4º colocado em Basquete masculino no Campeonato mineiro em Juiz de Fora, em 1957; Campeão do Interior Mineiro no Basquete masculino, e vice-campeão do Interior Mineiro em Basquete masculino, em 1959, na cidade de Belo Horizonte. Campeão Estadual de Basquete masculino no ano de 1961, também na cidade de Belo Horizonte. Campeão do Interior em Basquete masculino, em Belo Horizonte, em 1962. Campeão Estadual de Basquete masculino, em Uberlândia, 1962 e Campeão Regional e do interior na modalidade Basquete masculino, também na cidade de Uberlândia, agora no ano de 1965.



Figura 14 Equipe de Basquetebol 4º lugar Campeonato de Basquete do Interior de Minas, 1957.

Depois de alguns anos sem títulos com o voleibol, voltou de novo a ser campeão dos Jogos Abertos do Interior do Brasil em Franca em 1959. Em 1961 foi campeão de vôlei feminino dos Jogos da Alta Mogiana, em Uberlândia. Nestes mesmos Jogos, se sagrou campeão também das modalidades de Basquete masculino e Futebol de Salão, sendo vice-campeão no vôlei masculino e no Atletismo. Cabe ressaltar que os Jogos da Alta Mogiana passaram a ser chamado de Jogos Abertos do Interior de São Paulo.

Continuando a sua extensa galeria de títulos, foi vice-campeão no vôlei feminino dos Jogos da Alta Mogiana, ocorrido em Franca em 1962. 6º colocado em Voleibol feminino dos Jogos da Alta Mogiana em Batatais, em 1963. Em 1964 foi Campeão do Vôlei Feminino, vice-campeão no Vôlei masculino e vice-campeão no Basquete dos Jogos da Alta Mogiana na cidade de Araguari, MG.

Interessante constatar que o professor Thales recebeu uma homenagem da Prefeitura Municipal de Uberlândia, como o iniciador do Handebol na cidade de Uberlândia. Ele teve a chance de apreender esta modalidade esportiva nas Jornadas Internacionais de Educação Física em Belo Horizonte, onde teve contato com o

professor Auguste Listello e a Educação Física Desportiva Generalizada²², e trouxe para a nossa cidade e disseminou o mesmo no meio escolar

Em outro trabalho realizado por Pascal e Barbosa (2009) sobre a história do Futebol de Salão na cidade de Uberlândia, vamos encontrar como grande personagem do início da história desta modalidade novamente a figura do Thales de Assis Martins que foi a Belo Horizonte e trouxe de lá as primeiras bolas e o livro de regras no ano de 1954, ensinando aos jovens da cidade de Uberlândia este novo esporte. Em menos de um ano já vamos encontrar na imprensa notícias sobre campeonatos na cidade e partidas entre a seleção local e a da cidade de Uberaba.

Em outra consulta ao arquivo público municipal, da cidade de Uberlândia, encontramos na edição do dia 13 de setembro de 1955 uma reportagem sobre o primeiro confronto entre equipes da modalidade Futebol de Salão na cidade. O confronto entre a equipe do Uberlândia Tênis Clube e a equipe denominada de Tiradentes da cidade de Uberaba/MG. Nesse mesmo jornal vimos que o repórter coloca o futebol de salão como o “jovem esporte”. Percebemos que o futebol de salão surge em Uberlândia e que mesmo jovem já provocava um grande movimento na cidade, não só entre os jogadores, mas também na população em geral, devido ao grande número de torcedores que compareceram à Praça de Esportes Minas Gerais (Uberlândia Tênis Clube – UTC).

²² A respeito de uma nomenclatura para o método proposto por Auguste Listello, encontramos na Literatura da área várias denominações como: Ginástica Desportiva Generalizada, Educação Física Desportiva Generalizada e Método desportivo Generalizado, neste sentido ver o artigo de Cunha (2014).

SEXTA PARTE

CAPÍTULO V

SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: THALES POR THALES

Thales de Assis Martins nasceu em Belo Horizonte no dia 08 de outubro do ano de 1923 e morreu em Uberlândia no ano de 2006. As análises feitas nesse trabalho sobre a carreira profissional do personagem estão baseadas em trechos de entrevistas da dissertação de mestrado, defendida nessa instituição, por Sérgio Inácio Nunes no ano de 2004, que por motivos pessoais não pode disponibilizar a gravação/transcrição completa dos relatos do narrador, e, também, as narrativas aqui apresentadas fazem parte de um último depoimento de Thales, à Souza (2002).

Buscamos fazer aqui uma interlocução entre as falas apresentadas por Nunes (2002) e a entrevista concedida a Souza e Barbosa (2002), para corroborar na construção do nosso personagem, uma vez que não foi possível realizar por nós mesmo uma entrevista com Thales antes do seu falecimento. Essas duas ferramentas que registraram as suas experiências profissionais como professor de Educação Física, possibilitando a compreensão de como ele construiu sua trajetória na cidade de Uberlândia e como sua figura está ligada diretamente com o desenvolvimento da Educação Física na cidade.

Foi a partir desses indícios deixados pelas fontes citadas acima que observamos claramente a preposição de Ginzburg (2006) sobre a micro-história e o paradigma indiciário, pois pudemos entender através dos vestígios e detalhes, que fazem parte da própria narrativa historiográfica, a vida de Thales, por mais que não tenha sido ele mesmo que nos relatou, sendo essas fontes importantes para a construção da nossa análise. Paralelamente, as narrativas apresentadas foram primordiais para que pudessemos fundamentar a utilização da memória pela história, pois é nesta primeira, compreendida como vestígio histórico que se constitui uma ferramenta importante para a reconstrução do passado por meio de testemunhos e entrevistas que legitimam a existência e/ou compreensão de determinados fatos.

A memória nos remete aos sentidos - como apontou Maurice Halbwachs (1968), ou seja, ela está vinculada com a maneira em que estamos inseridos nos chamados grupos sociais e as experiências individuais. Segundo Halbwachs (1968), as memórias individuais se estabelecem a partir das memórias coletivas e memória histórica, perpassando todas em um denominador comum: o sujeito. Esse mesmo sujeito a partir das suas reconstruções memorialísticas, no campo da coletividade, constituiu a sua identidade individual:

[...] um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (HALBWACHS, 1996, p. 54).

A partir das memórias coletivas sujeito busca elementos a fim de se construir sua própria história, segundo Halbwachs (1968), a manifestação das memórias individuais decorre da inserção destas nesse campo mais amplo da coletividade, sendo esses dois elementos da memória importante para a constituição de uma cultura de determinada sociedade, podendo até interferir nos processos históricos vividos em comunidade.

É nessa concepção de história, memória e narrativa que se tem a argumentação necessária para utilizar dos preceitos da História Oral, constituindo-se um narrador, fazendo dele parte das experiências coletivas e individuais, constituindo uma sobreposição e/ou mescla entre as duas, para a construção do passado e de vida de um sujeito:

A experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas e escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores e anônimos. (BENJAMIM, 1994, p. 198).

A experiência apontada por Benjamin (1994) nos demonstra que as identidades individuais são constituídas a partir das experiências coletivas. O mesmo acontece com as memórias de determinado grupo social, pois constituição de um sujeito perpassará necessariamente o coletivo (HALBWACHS, 1968) e as narrativas construídas serão estarão embasadas a partir de suas memórias.

Thales de Assis Martins, nosso sujeito, narra sua trajetória por meio de suas experiências individuais e coletivas e da memória que tem de cada uma delas. Do início de sua carreira, quando começou a cursar Educação Física na capital de Minas Gerais, até a sua aposentadoria na Universidade Federal de Uberlândia. Segundo o próprio narrador o interesse por esportes começou desde a infância, e foi fator fundamental para que optasse por essa carreira:

Eu sempre gostei de Educação Física, eu era muito doente, magro, e aquilo mexia muito comigo. Eu passava de ano, praticava muito esporte e sempre jogando, mas jogando assim, não com o fim de hoje, antigamente não existia profissionalismo, então a gente jogava voleibol de graça, o basquetebol de graça, era tudo de graça, não existia essa vontade de ganhar dinheiro. Eu tinha meus times, eu formava os times da minha escola, formava minha série. Minha série tinha tudo, tinha basquete, tinha vôlei, tinha futebol de grama, não tinha futebol de salão porque ainda não existia, futebol de salão começou depois. (MARTINS apud NUNES, 2004, p. 27).

Pelo relato de Thales, observamos que sua predileção pelo basquete e vôlei se iniciou desde a escola, sempre a frente de times, formando-os e provavelmente treinando os seus colegas de classe. Formou em Educação Física em 1942 na cidade de Belo Horizonte, e, em 1945, convidado pelo presidente do Uberlândia Tênis Clube (UTC), chegou a Uberlândia para ministrar aulas de vôlei e basquete para as crianças do município. Contudo sua vinda não foi muito bem quista pelos membros da UTC, já que suas práticas eram consideradas muito rígidas como relata o próprio professor:

No começo não fui bem aceito no UTC, devido a minha rigidez, era muito severo, pois minha formação é de escola militar da Polícia Militar de Minas Gerais. Fui aceito apenas pela equipe de Voleibol, os integrantes do Basquete não aceitaram minha rigidez. Na época o diretor de esporte do UTC, o Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa não aceitou minha saída do clube, pois houve comentários negativos dos jornalistas da cidade quando resolvi ir embora. Após uma conversa séria com o diretor resolvi ficar. Fui formando as equipes infantis, juvenil, iniciantes, onde os trabalhos eram de segunda a domingo. Não tinha descanso para os atletas. Não tinha preparador físico, o técnico ocupava as duas funções. (MARTINS, apud SOUZA, 2002).

Podemos constatar pelo depoimento de Thales que a formação de professores nesse período foi influenciada pela vertente militarista da prática de educação física, interferindo no desempenho profissional do nosso personagem, que, após os acontecimentos no primeiro ano de UTC, direcionaram-no para o desenvolvimento técnico das equipes de vôlei.

O voleibol antigo preocupava só com a defesa, na época defendia por baixo, mão aberta, não podia conduzir a bola. Quando criei para os alunos, ao tocar na bola abrirem-se as mãos para lateral evitando a condução. O voleibol em 1945 era voltado para a defesa e não tinha preocupação com o bloqueio, os atletas de ataque voltavam para a defesa, os atletas não tinham impulsão vertical, era inútil insistir no bloqueio onde aprimorei a defesa da equipe. Com a evolução do esporte surgiu à infiltração, onde atletas na linha de defesa deslocavam-se para linha de ataque como levantadores (5x1). Com a equipe preparada para as competições, a cidade começou a participar de vários torneios realizados no Estado de Minas e por todo o Brasil. (MARTINS, apud SOUZA, 2002).

A maneira rígida de conduzir as equipes de vôlei feminino e masculino do UTC rendeu diversos prêmios e campeonatos, projetando os jogadores das equipes uberlandenses para times maiores, colocando alguns a frente de times do próprio Estado em competições nacionais. Sua chegada à cidade representou mudanças no rumo do próprio vôlei da cidade, modificando a postura dos jogadores e a maneira de encarar o esporte:

Formei em 42 em Educação Física, e em 45 comecei a trabalhar com os esportes [...] quando cheguei a Uberlândia tinha um empregado que avisava nas casas das atletas o dia e horário do treinamento, fui logo acabando com isso, todos tem que saber dos seus horários de treinamento (MARTINS apud SOUZA, 2002).

Thales esteve à frente do voleibol na UTC de 1945 até 1964, quando foi convidado em 1974 para ingressar na carreira de magistério do Departamento de Cultura Física da Universidade de Uberlândia. Mendes (1999) citado por Nunes (2004) aponta que o curso de Educação Física foi implantado em 1971, como consequência do processo de criação da Universidade, sendo apenas no ano de 1972 o primeiro vestibular do curso:

[...] no ano de 1971 foi fundado o curso de licenciatura em Educação Física da Autarquia Educacional de Uberlândia, porém suas atividades acadêmicas só se iniciaram em fevereiro de 1972, na faculdade então conhecida como Escola Superior de Educação Física. Em 13 de maio de 1975, através do Decreto-Lei n.º 75.714, o curso foi reconhecido pelo CFE, sendo um dos pioneiros na área de Educação Física do Estado de Minas Gerais (MENDES, 1999, p. 40, citado por NUNES, 2004, p. 53).

Nas análises feitas por Nunes (2004), o autor aponta que Thales não teve a oportunidade de trabalhar na área de pesquisa durante sua atuação na UFU, a sua dedicação aos esportes fez com que ele ficasse a frente de ministrar aulas teóricas de diferentes modalidades esportivas. Isso porque, o caminho que Thales havia traçado era

diretamente ligado à prática de modalidades esportivas e proporcionou habilidades necessárias para que pudesse atuar dentro da sala de aula com a sua vivência.

Nessas memórias narradas pelo professor Thales, pudemos perceber claramente que a lembrança é uma reconstrução do passado feita no presente, sendo seus significados sociais podem mudar na medida em que o sujeito narrador se depara com outra realidade (HALBWACHS, 1968), ou seja, os grupos sociais e as experiências com estes poderão interferir na interpretação do passado feita pelo indivíduo, demonstrando que a memória vivida estabelece uma inter-relação com o passado e o tempo presente do entrevistado.

O trabalho de rememorar os fatos, apontado por Chauí (2002), está associado à ideia de que é nos grupos sociais onde acontece o exercício da memória, uma vez que é o campo coletivo que irá determinar em quais memórias o sujeito irá trabalhar, e, gradualmente, tomará como suas próprias experiências e lhes atribuindo significados.

Assim, um momento importante na carreira do nosso personagem perpassa a fase da sua aposentadoria, onde Thales rememora os tempos vividos dentro da escola como também de sua carreira, descrevendo a falta e saudade que sente:

É agradável e não é. Você sente falta dos colegas, dos funcionários. Tenho muitas saudades, fico doido para ir à escola, a gente tem saudades, não é? Por exemplo, eu sinto muita saudade de ir lá na escola e ver meus amigos; quando eu vou lá, eles me abraçam, conversam comigo... tenho muitas saudades de tudo isso [...]. (MARTINS apud NUNES, 2004, p. 133).

O ato de rememorar fatos que marcaram a vida de um sujeito envolve sentimentos que podem ocasionar a lembrança de alguns fatos em detrimento de outros. Thompson (1992) aponta que as memórias não seguem tempo cronológico das datas, e, as lembranças dos sujeitos são marcadas de subjetividade, pois os narradores se relembrarão primeiro dos fatos que o marcaram, e, após esses, evocarão outras memórias. Cabe ao historiador ter a sensibilidade para saber ouvir e conseguir separar os diferentes tipos de memória, sabendo utilizá-los para a construção da história:

[...] A natureza da memória coloca muitas armadilhas para os incautos, o que frequentemente explica o ceticismo daqueles menos informados a respeito à fontes orais. Porém, oferecem também recompensas inesperadas para um historiador que esteja preparado para apreciar a complexidade com que a realidade e o mito, o “objetivo” e o “subjetivo”, se mesclam, inextricavelmente em todas as

percepções que o ser humano tem do mundo, individual e coletivamente. (THOMPSON, 1992, p.179).

É a partir dessas concepções apontadas por Thompson (1992) que conseguimos perceber as representações sociais das memórias coletivas e seus modelos de apropriação feitos em um contexto particularizado do narrador, pois as memórias individuais podem exprimir o cenário social de determinado momento, e, cruzando com outras entrevistas, possibilita a composição de uma narrativa histórica perpassando o campo das práticas (CHARTIER, 1990). Thales evidencia suas práticas no meio coletivo no seguinte trecho da entrevista concedida a Nunes (2004): Enérgico, cumpridor dos meus deveres, e amigo dos meus alunos e que não faltava às aulas [...] (MARTINS apud NUNES, 2004, p. 142).

Essa narrativa, baseada nos pressupostos das memórias e o tratamento das narrativas dos entrevistados, possibilitam a composição de um cenário da educação, onde apresentam o momento vivido de determinada comunidade histórica, podendo refletir ideias, práticas, modos sentir e pensar de professores, alunos etc. Isso porque, as falas desses sujeitos envolvidos aproximam-se das experiências vividas no campo coletivo podendo representar um sentimento/memória comum.

Como estamos trabalhando com um único sujeito suas narrativas refletem diretamente o modo como este se compreendia no campo coletivo, lembrando-se das suas relações com alunos e colegas de trabalho. O sentimento que está presente na memória de Thales é de cumprimento de dever, o que podemos relacionar com a própria formação profissional e a trajetória que teve dentro do campo da Educação Física na cidade de Uberlândia.

A importância que Thales teve para o esporte e o desenvolvimento da própria Educação Física para a cidade fica evidente ao final de sua vida quando ele recebe diversas homenagens pelos feitos que fez para o município, o que nem ele próprio imaginou ser reconhecido por aquilo que construiu, se mostrando satisfeito pela carreira que optou desde criança:

Eu nunca pensei chegar aonde cheguei, chegar no fim da minha carreira e receber tantas homenagens [...] eu acho que eu aprendi muita coisa, ganhei muita experiência na Educação Física, eu tenho muita experiência (MARTINS apud NUNES, 2004, p. 145-147).

Acreditamos que a experiência que Thales coloca é a sua trajetória desde sua vinda a Uberlândia para a UTC estando à frente do vôlei e baquete, impulsionando a prática de esportes na cidade, como também a sua carreira docente no curso de Educação Física da Universidade. No último trecho da narrativa apresentada por Nunes (2004), Thales, já aposentado, se mostrava ainda preocupado com a formação dos professores do curso de Educação Física da UFU:

[...] Educação Física não é brincadeira. Eu fico triste quando vou à escola de Educação Física e vejo alunos falarem assim: “vou aprender basquetebol pra quê? Eu não gosto de basquetebol...” Isso para mim é uma facada tremenda. “Eu não gosto de vôlei, eu estou fazendo isso aqui por fazer”. Eu acho que tem que saber, tem obrigação de saber. Eu não tenho obrigação de saber jogar, de ser atleta, mas de conhecer, tem que ter conhecimento completo, tem que chegar perto da turma e dar as respostas daquilo que querem. Eu acho importante, eu tenho que gostar, eu não posso falar que não gosto desse jogo, ou que eu gosto daquela disciplina, e tem que gostar de todas, todas fazem falta pra mim, todas, todas elas. Hoje eu vejo quanto é importante à parte da disciplina (MARTINS apud NUNES, 2004, p. 150).

A narrativa de Thales nesse trecho demonstra que a suas experiências passadas o ajudaram analisar o tempo presente, e que ele utilizou de suas memórias individuais e coletivas para compreender aquilo que estava vivenciando, narrando sua compreensão dos alunos daquele período em que foi realizada a entrevista.

5.1-HOMENAGENS RECEBIDAS

O professor Thales foi homenageado em 07 de agosto de 1964 pela União dos Estudantes Secundários de Uberlândia (UESU) dando o seu nome a V Olimpíada Colegial, e justificam o ato em agradecimento aos grandes serviços prestados pelo mesmo ao esporte uberlandense e esperavam dar um maior prestígio aos tradicionais jogos estudantis.

Em 1992, foi concedido ao professor Thales o título de Cidadão Honorário de Uberlândia, a homenagem foi prestada pelos relevantes serviços prestados na área de Educação Física e Desportos à população de nossa cidade. O autor do título foi o vereador Aristides de Freitas e a resolução é de nº 518/92. O evento ocorreu no dia 09 de maio de 1992, as 20:00 hs, no auditório da Associação Comercial de Uberlândia,

(ACIUB), onde recebeu os agradecimentos de 160 convidados, entre colegas de profissão e ex-alunos de tantos anos de docência.

Foi homenageado também pela Prefeitura Municipal de Uberlândia com o seu nome dado a Escola Municipal professor Thales de Assis Martins – Educação Pré-escolar e Suplência, situada na Rua Bahia nº 2359 – Bairro Marta Helena em 10 de junho de 1996, pelo Prefeito Municipal Paulo Ferola da Silva, pela Lei Complementar nº 146 de 10 de junho de 1996. Posteriormente no ano de 2006 houve uma mudança na denominação, passando a ser chamada de Escola de Educação Infantil, pela Lei Complementar 429 de 28 de agosto de 2006. No ato da inauguração da Escola, contou com a presença do professor Thales, juntamente com o Secretário Municipal de Educação Afrânio Azevedo e o Prefeito Paulo Ferola. (anexo)

Em dezembro de 1998, recebeu outra homenagem da Fundação de Turismo, Esporte e Laser da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que concedeu uma homenagem especial pela importante contribuição no programa esporte solidário, do Governo Federal.

A homenagem mais importante recebida pelo professor foi a comenda “Thales de Assis Martins” que foi concedida a desportistas de destaque na sociedade Uberlandense, o decreto tem como número 494/2004, proposto pelo então vereador Antônio Corrijo. Esta comenda deveria ter periodicidade anual e o diploma deverá ser confeccionado tendo no fundo a imagem fotográfica do professor. Cada vereador deveria indicar um desportista a ser homenageado. Este decreto Legislativo revogou o Decreto 332/03.

5.2-PROFISSIONAIS IMPORTANTES NA CARREIRA DO PROFESSOR THALES

Nas buscas encontramos vários profissionais importantes na carreira do professor Thales de Assis Martins. Dentre estes se destacam a presença do professor Sylvio Raso e os primeiros professores do Curso de Educação Física da Polícia Militar de Minas Gerais, pela indicação do professor para ocupar o cargo de professor no Uberlândia Tênis Clube.

Não encontramos dados sobre esta indicação, mas uma das funções do Curso da Polícia Militar era formar profissionais da área de educação física e esportes para trabalharem nas praças de esportes de todo o interior mineiro. Como a praça de esportes Minas Gerais em Uberlândia foi uma das primeiras do interior podemos concluir que este professor foi indicado, e com certeza gozava de respeito e prestígio entre os militares que o indicaram.

Sobre o professor Sylvio José Raso²³, encontramos em Oliveira (2014) uma breve descrição do currículo deste professor.

O professor Sylvio José Raso foi um dos protagonistas da fundação da Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, iniciando sua trajetória como seu diretor. Após a fusão da Escola, começou a trabalhar como professor catedrático na cadeira de Educação Física Geral Masculina. Esteve presente na DEMG como diretor técnico, formando uma equipe de trabalho que desenvolveu as mais diversas atividades referentes à Educação Física em Minas Gerais, sendo indicado, por exemplo, como o precursor das ruas de recreio e das Jornadas Internacionais de Educação Física. Sylvio Raso deixou a EEF-MG em 1974 (ROSA et al., 2009; LIMA, 2012). Em seu currículo apresentou formação no curso de Educação Física da Esefex e lecionou em clubes esportivos e escolas, antes da fundação da EEF-MG. O professor sempre esteve atento aos cursos e eventos que giravam em torno da Educação Física, participando de diversos, inclusive no continente europeu, a fim de retornar ao Brasil e difundir os com seus pares. Por isso mesmo, suas iniciativas foram valorizadas pelos professores, que o apontaram como um dos grandes responsáveis pelo engrandecimento e legitimação da área (OLIVEIRA, 2014, p. 78 – 79).

Outro ponto importante é o fato dele ter mantido uma ligação frequente com o Curso em que se formou e com a cidade de Belo Horizonte, a sua participação nos Congressos, Cursos e principalmente nas Jornadas Internacionais, demonstrando uma ligação com os professores e os lugares marcantes na sua carreira profissional.

Um sujeito que teve presença constante nos documentos encontrados sobre o professor Thales foi o Inspetor Seccional do DEF do Ministério da Educação e Saúde Pública, Theodomiro Marcellos. Profissional importante na história da Educação Física Mineira. Após muitas pesquisas, encontramos vários indícios sobre ele. Segundo Oliveira²⁴ (2014) Theodomiro Marcellos foi um dos professores que junto com outros

²³ Sobre o professor Sylvio José Raso, ver currículo do professor em anexo no final desta tese.

²⁴ Neste sentido ver a citação de Oliveira (2014, p. 25) diz o autor: No ano de 1947, o documento intitulado “Necessidades de criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais” foi escrito pelos professores Silvio Raso, Teodomiro Marcellos, Antenor Horta, Ayerton Araujo, Antônio

nomes importantes da Educação Física mineira assinaram um manifesto pedindo a criação do Curso Superior de Educação Física em Minas Gerais. No texto o autor afirma que o documento foi assinado por professores de educação física, formados pela ESEF da Universidade do Brasil e da Escola de Educação Física do Exército, embora não discrimine qual professor formou em tal escola, mas de um modo geral ele era formado em Educação Física. O professor Theodomiro também aparece como um dos organizadores das Jornadas Internacionais como representante do DEF do Ministério da Educação e Saúde Pública. Porém não encontramos sua nomeação para o referido cargo. Também encontramos inúmeras correspondências entre o Inspetor e o professor Thales.

Outro profissional presente na história de vida do professor Thales foi o professor Odilon Barbosa, profissional também presente nos documentos encontrados no arquivo pessoal da família. Oliveira (2014) numa dissertação de mestrado intitulada: Concursos públicos para provimento de cadeira de Educação física em escolas estaduais mineiras (1960-1974), faz uma citação sobre o professor Odilon e faz uma breve descrição sobre a carreira deste professor.

O professor Odilon Barbosa foi integrante da primeira turma do curso da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. Após a sua formação, passou a trabalhar como professor assistente do Prof. Geraldo Pinto de Souza. Em 1970, assumiu a cadeira de Recreação após o falecimento do professor Geraldo. Trabalhou na DEMG, onde ministrava cursos de futebol de salão e recreação nas cidades do interior. Também organizou e trabalhou nas ruas de recreio. Participou como membro da comissão organizadora, nas segunda e quinta edições das Jornadas Internacionais de Educação Física, quando também ministrou cursos de futebol de salão e recreação ocupando um espaço importantíssimo na divulgação da Educação Física e dos esportes. Ainda merece ressaltar o material didático produzido pelo professor Odilon, que elaborava apostilas de recreação entre as décadas de 1970 e 1980 (ROSA et al., 2009; LIMA, 2012). Mesmo com a atividade do professor Odilon Barbosa na EEF-MG, entendemos que sua marcante atuação nos concursos se deveu ao seu trabalho docente no Colégio Estadual Milton Campos, comumente conhecido como Estadual Central, no qual ocorriam diversas provas práticas dos concursos (2014, p.78).

Macedo, Maria Yedda Vecchio Mauricio, Hebert Almeida Dutra e Gabriel Godoi, e publicado em 10 de julho de 1947. Esses professores eram licenciados pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e pela Escola de Educação Física do Exército (Esefex), ambas do Rio de Janeiro, e trabalhavam em Belo Horizonte nas escolas públicas ou particulares com o ensino da Educação Física ou em clubes esportivos. Pelo intermédio dessa formação, tiveram diversas experiências que acreditavam ser de suma importância para a formação do professorado mineiro, que, segundo eles, era aguardado com anseio pela sociedade mineira:

Encontramos também entre os documentos do professor Thales apostilas e materiais pedagógicos de autoria do professor Odilon sobre o conteúdo recreação. Ambos os professores trabalhavam com este conteúdo, quer seja em atividades como ruas de recreio, atividade bastante difundida naquele momento histórico ou com a disciplina recreação, ministrada pelo Odilon na Faculdade de Educação Física da UFMG e do professor Thales que também vai ministrar esta disciplina na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.

SÉTIMA PARTE

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro registro que podemos fazer deste estudo está relacionado com a nossa construção pessoal como professor de Educação Física e a possibilidade de conhecer e poder produzir conhecimento na linha de história e historiografia da Educação brasileira, linha está destinada a historiadores de ofício e se não fosse a virada linguística e História Cultural eu jamais poderia me aventurar a realizar esta pesquisa. Conhecer as possibilidades da história cultural e da história oral foi fundamental para um professor que vive e professa na área da Educação Física.

O segundo registro está focado na necessidade de destacar o início da minha carreira docente, o esporte foi um fator determinante para a escolha não só da minha carreira, mas também da carreira docente do professor Thales, professor presente em várias histórias pessoais de tantos outros professores de Educação Física como atesta também vários depoentes da tese de Pinto (2012) e do artigo de Lyra e Mazo (2010) sobre o profissional investigado pelas autoras. Cabe lembrar que o professor Thales foi atleta de alto rendimento, tendo inclusive continuado a participar de competições esportivas ainda na cidade de Uberlândia como fica comprovado nas fontes iconográficas do seu arquivo pessoal e nas narrativas contidas na monografia de Souza (2002). Função não muito comum ser treinador e atleta ao mesmo tempo, fazer as duas ações, demonstrou o compromisso e a determinação pelo esporte que este professor possuía.

Sobre sua formação acadêmica, se assim podemos compreender, ele se formou em curso de um ano de duração, de formação de instrutores/monitores de Educação Física oferecido pela Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Este curso tinha como modelo o Curso de Educação Física do Exército e foi oferecido inicialmente para formar profissionais para trabalharem nas praças de esporte, construídas por toda Minas Gerais, pelo Governador do Estado Benedito Valadares e como havia especialmente em nosso estado tínhamos carência de professores para atuar

nas escolas Estaduais, estes profissionais acabaram atuando também nas escolas, inclusive sendo equiparados aos professores formados na Escola de Educação Física da Universidade do Brasil, segundo curso civil de Educação Física no Brasil.

Esta formação trouxe marcas da produção teórica da época, principalmente o Regulamento nº 7, livro que o professor estudou, conhecia bem seu conteúdo, utilizando-o como professor, carregando-o nas suas aulas, pois a família tem no arquivo pessoal o livro original editado em 1934 e pela aparência do livro, foi muito usado pelo professor.

O livro foi seu grande companheiro, nele continha todas as orientações pedagógicas as quais utilizou por vários anos, não só ele, mas vários outros professores da área, seguindo fielmente seu conteúdo, pois nesse período os inspetores fiscalizavam com rigor o cumprimento das aulas e dos programas de ensino.

Esta prática pedagógica foi seguida pelo professor durante vários anos, conforme relato do professor Sebastião Ferreira de Moraes no trabalho de Albuquerque e Barbosa (2007), principalmente na escola, conforme inclusive demonstram as fotos de aulas do seu arquivo pessoal. O esporte já existia, fora das aulas de educação física, desde a década de 1920, mas como conteúdo específico somente foi integrado aos conteúdos escolares no final da década de 1950.

A chegada do professor Thales em Uberlândia, foi muito importante para a Educação Física e o esporte na cidade. Embora os documentos mostrem que já existiam profissionais atuando na área da Educação Física na cidade, a sua vinda trouxe um profissional que tinha uma experiência com o ensino e treinamento esportivo e que agregou um ingrediente a mais a uma tradição que já existia na cidade, que era o esporte.

Segundo Veloso e Barbosa (2006) o esporte na cidade data da década de 1920 do século XX. Em 1933, Souza (2002) afirma que Uberlândia já tinha uma associação esportiva denominada de Associação Atlética Uberlândia (AAU), mas faltavam profissionais que pudessem ensinar aos jovens a prática dos esportes.

Nem tudo foi perfeito, a chegada do professor Thales na cidade e o início de seus trabalhos não foram nada tranquilos, seus métodos pouco democráticos não agradou os alunos, principalmente os atletas do Basquete masculino. Mas como professor bem disciplinado fez sucesso com as equipes femininas, principalmente nos

anos iniciais na cidade, posteriormente segundo as palavras do próprio Thales, os alunos se acostumaram com o seu jeito autoritário e diante das suas vitórias e conquistas acabaram por aceitar suas normas rígidas e suas crenças tantas teóricas como práticas.

O esporte a partir da década de 1950 passou a ser um fenômeno social importante não somente no Brasil, mas também no mundo e a sua prática passou a ser vista como algo benéfico ao desenvolvimento das crianças e jovens. Sob a liderança do professor Thales a cidade de Uberlândia passou a se destacar em competições, não somente regionais como também em competições nacionais como os Jogos do Interior do Brasil, tendo inclusive atletas convocadas para a seleção brasileira de voleibol, como atesta o trabalho de Souza (2002), e como revelam as fontes iconográficas e os documentos do seu arquivo pessoal.

O professor Thales foi professor em várias escolas em Uberlândia, desde o ensino profissional na escola Américo Rennê Gianetti, passando pelo secundário na Escola Estadual de Uberlândia, até a escola normal. E segundo os documentos, sempre elogiado pelos diretores e dirigentes das escolas e respeitado pelos alunos, conforme o documento escrito pela Sra. Lucivone Paula de Oliveira Tannús, ex-aluna do professor e depois colega de profissão na Universidade Federal de Uberlândia.

Um fato que nos chamou atenção foi que em momento nenhum na análise dos documentos, nenhuma referência ao período da ditadura militar a qual o professor vivenciou, e foi formado, no curso da escola da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e serviu por dois anos as forças expedicionárias brasileiras.

Esse mesmo fato foi relatado por Pinto (2012) em relação aos seus depoentes em relação à ditadura militar implantada em 1964 no Brasil, os professores pesquisados não percebiam como negativo o momento histórico que vivenciavam, principalmente porque a Educação Física foi vista por vários pesquisadores com Ferreira Neto (1999) e Melo (2008) como tendo sido beneficiado pelos governos militares.

Um exemplo desta afirmação está na autorização para abertura e implantação de Cursos Superiores de Educação Física a partir de 1964, inclusive o curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia em 1972. A sua proximidade também com autoridades municipais tais como: Rondon Pacheco e Renato de Freitas, ambos Uberlandenses e políticos atuantes dos governos militares, foi um indício de

concordância com o regime vigente. O professor participou também do projeto RONDON no ano de 1975 mostrando certo alinhamento com a ideologia vigente.

A sua entrada na Universidade de Uberlândia se dá como professor de educação física na disciplina prática desportiva, essa prática foi inserida a partir da lei 64.540/71 que implanta a disciplina como obrigatória em nível superior. A sua entrada na UFU se dá inicialmente como contratado para trabalhar no curso de medicina e só posteriormente é que o referido professor foi incorporado ao corpo docente da faculdade de Educação Física em 01 de maio de 1975.

Sendo beneficiado pois, seu contrato de emprego foi convertido em cargo público pela Lei nº 8112/90. Não só ele é beneficiado, mas inúmeros professores de diferentes áreas. O professor consegue duas aposentadorias sendo uma como professor estado.

Na UFU no curso de Educação Física, já com 50 anos de idade, assume duas disciplinas: Recreação e Handebol, embora tenha ministrado outras disciplinas, o professor se especializou nestas duas áreas, tendo inclusive conhecimento de bibliografia atualizada da área e realizado atividades como ruas de recreio e colônia de férias.

Em relação as práticas do Handebol, ele tinha conhecimento específico sobre esse esporte, já que tinha trazido o mesmo para a cidade e em todas as escolas que trabalhou ensinou esta modalidade esportiva, como atesta a homenagem recebida pela Fundação Uberlandense de Esporte e Lazer (FUTEL) em 1995.

Sobre a sua prática pedagógica, vimos claramente várias mudanças ao longo da sua carreira docente, inicialmente o uso do regulamento nº7 com adoção da ginástica francesa e a calistenia, ministrando o conteúdo por muitos anos. No final dos anos de 1950 com a sua participação das Jornadas Internacionais de Educação Física em Belo Horizonte, novos conhecimentos são adquiridos e assimilados, fazendo com o professor mude a sua prática pedagógica, assumindo a Ginástica Natural e a Educação Física Desportiva Generalizada. Estes novos métodos de Educação Física chegam ao Brasil vindo da Europa e vão modificar as práticas pedagógicas da área. Isto fica claramente evidenciado pelos Certificados, tanto de participação nos cursos de formação quanto nos cursos que o professor passou a ministrar no início dos anos 60, sendo elogiado pelos alunos e pelos organizadores destes eventos.

Esta mudança também se manifestou na sua prática escolar, tendo inclusive inúmeras fotos de eventos com demonstrações práticas, principalmente da Educação Física Desportiva Generalizada bem com planos de aulas que o professor utilizava. No final da carreira houve uma aproximação com a psicomotricidade, fato corroborado com as apostilas e livros encontrados no arquivo pessoal da família e com a participação do professor num curso realizado na cidade de Uberlândia em 1982.

As mudanças ao longo da carreira demonstram um amadurecimento profissional que iniciado sobre a influência de um método rigoroso e autoritário como o francês, vai sendo direcionada para práticas pedagógicas mais humanísticas, indo inclusive contra o que se apregoava na época (final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980) com a educação física tecnicista, então pedagogia oficial da educação física brasileira. Isto demonstra uma oposição ao estabelecido num momento de repressão não só política, mas, também pedagógica, ordenada pela legislação educacional da época pelas leis 5.540 de 28 de novembro de 1968 e a 69.450 de 1º de novembro de 1971.

Outra questão importante foi às inúmeras homenagens recebidas ainda em vida pela comunidade uberlandense. O título de cidadão uberlandense, como reconhecimento de todos os serviços prestados ao município ao longo de décadas como um educador e treinador esportivo. A comenda Thales de Assis Martins como uma legítima homenagem a tantos anos de vida dedicada à educação física uberlandense. Aos inúmeros alunos que ajudou a formar como mostram as narrativas nos documentos pesquisados e a homenagem prestada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, na gestão do Prefeito Paulo Ferola da Silva dando o seu nome a uma escola municipal de ensino infantil, com a presença do professor Thales. Todas estas homenagens foram e são reconhecidas tanto pela academia como pela família como sinais de reconhecimento pelo trabalho realizado ao longo da carreira do professor de Educação Física.

Em relação aos objetivos propostos a sua história de vida e profissional demonstrou os vários momentos históricos vivenciados pela Educação Física brasileira, desde a sua origem as crenças de cunho militarista como higienista no processo de constituição da área, a criação dos cursos de curta duração para a formação imediata de instrutores/monitores, e de normalistas para atuação na escola primária em todo País.

A riqueza e complexidade deste professor são singulares uma vez que o professor Thales só tinha um curso de formação técnica, curso esse que lhe deu o direito de ser não só instrutor, mas principalmente professor de Educação Física nas escolas de

Uberlândia por mais de 30 anos, aposentando nesse cargo e depois conquistou o direito mesmo como professor leigo ser professor do ensino superior, chegando mesmo a ser Coordenador de Curso Superior de Educação Física, um dos cargos mais importantes dentro da estrutura acadêmica superior das universidades brasileiras.

No seu processo de aprimoramento profissional entrou em contato com outros professores inclusive estrangeiros, e assimilou novas metodologias. Inclusive os documentos apontam que estas novas práticas pedagógicas tiveram uma penetração muito maior do que se supunham certos autores da História da Educação Física como Ghiraldelli Jr. (1998) por exemplo. Os documentos também demonstram que a Educação Física Tecnista não foi tão hegemônica como conta livros e documentos, houve resistências por parte dos educadores, principalmente na Universidade Federal de Uberlândia a partir dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas e difundidos aos alunos e assim se opondo ao estabelecido.

OITAVA PARTE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Humberto Magela. Inspeção Escolar: do controle à democratização do ensino. Pós em Revista. Faculdades Nilton de Paiva. Edição 6. 19 de novembro de 2012. ISSN 2176 7785

ALBERTI, Verena. Fontes Orais, Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 155-202.

ALBUQUERQUE, C.J.F. e BARBOSA, S.S.R. **Sebastião Ferreira de Moraes: uma contribuição histórica para a história da Educação Física de Uberlândia**. Anais do IV Seminário do Centro de Memória da UFMG. 2007.

ALBUQUERQUE, C.J.F. e BARBOSA, S.S.R. **Sebastião Ferreira de Moraes: uma contribuição histórica para a história da Educação Física de Uberlândia**. Anais do IV Seminário do Centro de Memória da UFMG. 2007.

ALMEIDA, Derick Andrade. História do Basquetebol de Uberlândia. (Monografia de conclusão de Curso) Uberlândia, MG: Centro Universitário do Triângulo/UNITRI. 2002.

BARBOSA, Sergio Sérvulo Ribeiro. e SANTOS, Sônia Maria. **A Contribuição do Prof. Thales de Assis Martins para a História da Disciplina Educação Física no Período de 1940 - 1960 na Cidade de Uberlândia**.

BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. RJ: Paz e Terra, 1976. p. 31-54.

BENITES, Larissa Cerignoni, SOUZA NETO, Samuel de e HUNGER, Dagmar. **O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 343-360, maio/ago. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000200009>

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BIRARDI, Ângela, CASTELANI, Gláucia Rodrigues e BELLATO, Luiz Fernando B. **O Positivismo, os Annales e a Nova História**. Revista Klepsidra: Revista virtual. 2006. Disponível em www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAVENTURA, E. Universidade e Estado no Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1988.

BRASIL. Decreto nº 24.794 – de 14 de julho de 1934. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-norma-pe.html>, acessado em 20 de junho de 2015, as 23:30 hs

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em 29 de junho de 2015, as 23:00 hs.

BRASIL. Decreto nº 49.639, de 30 de dezembro de 1960. Aprova novo Regimento da Divisão de Educação Física, do Departamento Nacional de Educação. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49639-30-dezembro-1960-389374-norma-pe.html>, acessado em 30 de junho de 2015, as 20:00 hs

BRASIL. **DECRETO N.º 66.967, DE 27 DE JULHO DE 1970.** Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-norma-pe.html>, acessado em 30 de junho de 2015, as 23:40 hs

BRONOWSKI, J. e MAZLISH, B. A Revolução Industrial. In BRONOWSKI, J. e MAZLISH, B. **A tradição intelectual do Ocidente**. Lisboa: Edições 70, 1983.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. 2 ed: São Paulo: UNESP, 2010.

CAMPOS, Marcos Antônio Almeida. **História da fundação da Escola de Educação Física de Minas Gerais**. XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre, setembro de 2005. Caderno de Resumos.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

CASTRO, Jeimis Nogueira. **Educação Física e Psicomotricidade: em busca de uma educação mais humanista**. Efdeportes Revista Digital - Buenos Aires - Ano 13 - Nº 124 - setembro de 2008.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em Movimento: A Campanha da mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, 204p.

CÔRREA, D.A. **A Educação Física Escolar na política educacional dos governos de Getúlio Vargas**. EFdeportes, Revista Digital. Buenos Aires, ano 14, nº138, novembro de 2009. < disponível em www.efdeportes.com - Acessado em 30 de janeiro de 2011.

CORRÊA, Denise A. **Ensinar e aprender educação física na “era Vargas”:** lembranças de velhos professores. In: VI EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PUCPR - PRAXIS, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. v. 1. (ISBN 85-7292-166-4).

CORRÊA, Lígia de Moraes Antunes. **Da beleza e vigor do corpo: Breve história da Calistenia.** Monografia de conclusão de Curso. Faculdade de Educação Física – UNICAMP CAMPINAS – 2002

COSTA, T. E. M.; RIBEIRO, T.M. e BARBOSA, S.R.B. Memórias dos Clubes na cidade de Uberlândia/MG: a história do Uberlândia Tênis Clube. (Monografia de conclusão de Curso) Uberlândia, MG: Centro Universitário do Triângulo/UNITRI. 2006.

CREMA, Roberto. **Introdução à visão holística:** breve relato de viagem do velho ao novo paradigma. São Paulo: Summus, 1989.

CUNHA JÚNIOR, C.F.F. **O Imperial Collegio Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CUNHA, Luciana. Bicalho. **A Educação Física Desportiva Generalizada no Brasil: primeiros apontamentos.** Congresso ANPHU, sudeste 2014.

CUNHA, Maria Tereza Santos. Diários pessoais. Territórios escritos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 251-280.

DELGADO, L. de A. N. **História Oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e SCHUFFNER, Luciana Silva. **Esporte, Trabalho e Juventude no Estado Novo:** O Caso do Minas Tênis Clube. Lócus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 215-226, 2007

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Profissionais da Educação, Cultura Escolar e Relações de Gênero. In: ESCOLANO, Augustín & MAGALHÃES, Justino (Org.). **Os Professores na História.** Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999, pp. 147-163.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Reformas Educacionais no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2010.

FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes de. **Professor de Educação Física, Licenciado Generalista.** In: Oliveira, Vítor Marinho de. Fundamentos Pedagógicos da Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, p. 15-33, 1987.

FERRAZ, M.V.M. **Inquietações acerca da cerca que cerca o conhecimento em Educação Física ou considerações históricas sobre o campo de conhecimento da Educação Física.** Revista Bras. Ciências do Esporte. Nº 21(1), set. 1999. P.1225-1231.

FERREIRA NETO, A. (org.) Pesquisa histórica na Educação Física brasileira. Vitória: UFES, 1996. <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v3n1p81-85>

FERREIRA NETO, Amarílio. **A Pedagogia no Exército e na Escola:** A educação física brasileira (1880- 1950). Aracruz: FACHA, 1999.

FERREIRA, Jorge. A democratização e o movimento queremista. In Ferreira, Jorge & Delgado, Lúcia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Volume 3: O tempo da experiência democrática). p.13-46.

FERREIRA, O. Leonel. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História da educação e história cultural. In: VEIGA, Cynthia G.; FONSECA, Thaís N. de Lima e (Org.). **História e Historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-75.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FREITAS, S. M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GARCIA, Daniele da Costa. **História do Colégio Agrícola de Uberlândia: Da criação a formatura da primeira turma de Técnicos em Agropecuária (1957 - 1972)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. 2011.

GATTI, Giseli Cristina do Vale. **Tempo de cidade, lugar de escola: dimensões do ensino secundário no Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929 – 1950)**. Tese de Doutorado, Uberlândia, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa”, In **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. p. 13-41.

GHANTOUS, Danielle Soraya Resende. **Gymnasio Mineiro em Uberlândia: o processo de disciplinarização do espaço escolar (1937 – 1945)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física progressista - a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

_____. História da Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GÓIS JÚNIOR, E. Os ideais higienistas e a educação física brasileira na década de trinta. Revista Educação Física da cidade de São Paulo. n° 1, volume 1, 2001.

GOMES, Ângela Castro. O redescobrimto do Brasil. In: A invenção do trabalhismo. 3º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, pp. 191-205.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

_____. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. (trad. Beatriz Sidou). São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 29-111.

HARRES, M. M. Aproximações entre história de vida e autobiografia: desafios da memória. **Revista História Unisinos**. Vol. 8, n. 10. Jul/dez. p. 143-156, 2004.

HORTA, José Silvério Baia. Gustavo Capanema. Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, Recife, 2010.

JANUÁRIO, Carlos. Gestão do Desporto: biografia de um gestor. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Ano 18, Nº 183, agosto de 2013.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte da ciência moderna**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

JOSSO, M. C. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KANITZ, Roberto C Malcher. **Entre hóstias, Estetoscópios e Fardas: A formação da Escola de Educação Física de Minas Gerais na Década de 1950**. Anais do IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte e XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012

LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1974. Tomo I e II.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). *A História nova*. Trad. Eduardo Brandão. – 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LIMA, Cássia Danielle M. D. **Ensino e formação: “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas Jornadas Internacionais de Educação Física (Belo Horizonte, 1957-1962)**. Dissertação (Mestrado). UFMG. Belo Horizonte, 2012.

LOPES, Valeria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia: histórias per entre trilhas, trilhos e outros caminhos**. Memórias, construção e apropriações do espaço. Uberlândia: EDUFU, 2010. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-240-3>

LUCENA, R. F. **O Esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro** - ed. CBCE - Campinas - SP: 2001.

LYRA, Vanessa Bellani e MAZO, Janice Zarpellon. **Hercides José da Silva e a Educação Física catarinense: memórias do aluno, memórias do mestre**. Revista

MACHADO, M.C.G. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas, S.P. Autores Associados; Rio de Janeiro, R.J. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MALINA, André & AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. **Os Intelectuais da Educação Física no Século XIX: A tese de Matta Machado**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. Gramado: UFRGS/ESEF, 2000.

MANACORDA, M.A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

MARCHI JÚNIOR, W. A **“Sacada do Voleibol: Uma Análise Sobre o Desenvolvimento da Modalidade no Brasil (1970-2000)**, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, (Tese de Doutorado), Campinas, São Paulo, 2001

MARINHO _____. **História geral da Educação Física**. 2ª ed. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1980.

MARINHO, Inezil Penna. **História da Educação Física no Brasil: exposição, bibliografia, legislação**. São Paulo: Cia Brasil Editora, (s.d.).

MARQUES, Jordino. **Descartes e a sua concepção de homem**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. (Coleção filosofia; v. 25)

MARTINEZ, Carlos Henrique Miguel. **Auguste Roger Listello: uma contribuição para a Educação Física brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília: Brasília, 2002.

MARTINS, Júnia Maria Lopes; MARTINS, Marcos Lobato. **O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no Norte\nordeste mineiro (1860-1940)**. Edu. Rev., Belo Horizonte, n. 17, 1993, p. 11-19. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n17/n17a03.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MEIHY, J.C.S.B. & HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo, Ed. Contexto. 2007.

MELLO, Rosângela e Bracht, Valter. **Educação Física: revisão crítica e perspectivas**. Rev. Ed. Fís.\UEM. vol. 3, n.º 1, 1992.

MELO, Vitor Andrade. Os Significados que Emergem da Formação do Primeiro Corpo Docente da ENEFD. In: Oliveira, Vitor Marinho de (Org.). **História Oral Aplicada à Educação Física Brasileira**. Rio de Janeiro: Central da Gama Filho, 1998.

_____. **História da Educação Física e do Esportes no Brasil: panoramas e perspectivas**. Rio de Janeiro: IBRASA, 1999.

_____. **Inezil Penna Marinho e a Escola de Educação Física e Desportos/UFRJ.** Arquivos em Movimento. Revista Eletrônica da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ. Volume 4 Número 2 julho / dezembro 2008.

MORAES, A. A. de A. **Histórias de vida e auto-formação de professores: alternativa de investigação do trabalho docente.** Revista Pro-posições, v. 15, n. 2 (44) – maio/ago. 2003.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo, EPU/Editora da USP, 1974.

NÓVOA, A (Org). **Vidas de professores.** 2. ed. Portugal: Porto, 1992.

_____. (Org.). **Profissão professor.** 2. ed. Portugal: Porto, 1995.

NUNES, Sergio Inácio. **Formação e Experiência profissionais de formadores: trajetórias de professores aposentados do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia. 2004.

OLIVEIRA, Guilherme de Souza Lima. **Concursos Públicos Para Provimento De Cadeira De Educação Física Em Escolas Estaduais Mineiras (1960-1974): O Lugar Da Escola De Educação Física De Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014

OLIVEIRA, Lúcia. Lippi. **A questão nacional na primeira república.** São Paulo: Brasiliense, 1990

OLIVEIRA, V.M. **Formação Profissional: primeiras influências.** Revista de Ciências do Esporte. 19(2). Janeiro 1998. P. 04-13.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de et alli. **As Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Origens da relação educação física e saúde na Escola.** In: XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Caxambu: 2001, p. 76.

PALAFIX, Gabriel H. Muñoz. **As Tendências pedagógicas em educação física e a sua relação com as categorias idealistas e materialista da história.** Revista Motrivivência, ano III, n.º 4, junho de 1993. p.30-35.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. N. **O Brasil Republicano.** Volume 2, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-38.

PASCAL, B.C. e BARBOSA, S.S.R. **A história do futebol de salão na cidade de Uberlândia/MG.** Anais do XI Congresso Nacional de História do Esporte, da Educação Física, Lazer e Dança. Viçosa, Minas Gerais. Maio de 2009.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta Peixoto. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo. In: **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação.** Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000, pp. 85-103.

PINTO, Joélcio Fernandes. **Memórias de Professores/as de Educação Física sobre formação e Práticas Pedagógicas (1950 a 1970)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história/Antoine Prost**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012.

RAMOS, J.J. **Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social”, In **Jogos de Escalas: uma experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.15-38.

RIBEIRO, M.L.S. **História da educação brasileira: a organização escolar – 14 ed.** – Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. **O risco de uma nova ortodoxia**. Revista USP. Dossiê Nova História. Nº 23. Set/out/nov. 1994. p. 07 – 13. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i23p6-13>

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes e ISAYAMA, Helder Ferreira. (Orgs.) **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006**. Belo Horizonte, 2013.

ROMANELLI, O.O. **História da Educação no Brasil**. 2 ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1980.

SAHLINS, Marshall. “Estrutura e História”, In **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p.172-193.

SANTOS, S. M. dos. **Histórias de Alfabetizadoras Brasileiras: entre saberes e práticas**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, S. M. dos; ARAÚJO, O. R. de. História Oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**. n. 6. Jan/dez. Uberlândia: Edufu, 2007.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 9 ed. Campinas, S. P.: Autores Associados, 2004.

SAVINI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil. Colônia, Império e República**. 2. ed. São Paulo; Ed. Moderna, 1985.

SILVA, Giovanna Camila da. **A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado**. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Educação da UFMG. 2009.

SILVA, M.S. **Enfoques sociológicos sobre a profissionalização docente: a questão da regulamentação da Educação Física.** Anais do IX CONBRACE, Goiânia, outubro de 1999, p,896 – 903.

SOARES, C.L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil.** Campinas, S.P.: Autores

SOUZA NETO, S. ALEGRE, A. N. HUNGER, D. e PEREIRA, J.M. **A formação profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal do século XX.** Rev. Bras. Cienc. Esporte. Campinas, v. 25, n.2. p. 113-128.

SOUZA, A.R. e BARBOSA, S.S.R. **A história do voleibol na cidade de Uberlândia.** Coletânea do VII Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Recife, Pernambuco, 2004.

SOUZA, Adalberto Rodrigues. **A história da Voleibol na cidade de Uberlândia/MG.** (Monografia de conclusão de Curso) Uberlândia, MG: Centro Universitário do Triângulo/UNITRI. 2002.

SOUZA, E. S. **Meninos à marcha! Meninas à sombra!** Tese de doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 1994.

SOUZA, E.C.de (Org.). **Autobiografias, História de Vida e Formação: pesquisa e ensino.** Salvador/Bahia: EDUNEB - EDIPUCRS, 2006.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 467 p.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. In: **História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral**, – São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v. 5.n. 5, jun. 2002 <https://doi.org/10.51880/ho.v5i0.47>

VAGO, Tarcísio Mauro. **A História do ensino de Educação Física em Belo Horizonte (1897 – 1994).** Coletânea do III Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Curitiba, Paraná, 1995.

_____. **Da rua para a escola: a escolarização de práticas corporais lúdicas da cultura urbana de Belo Horizonte (1897 – 1930).** Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Belo Horizonte, 1996.

_____. **A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais (1883 – 19918).** In: FERREIRA NETO, A. (org.) Pesquisa histórica na Educação Física brasileira. Vol. 2. Vitória: UFES, 1997.

_____. **Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola.** Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48, agosto/99.

_____. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte.** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. **História de educação física na escola**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In. CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. (org.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 4 ed. São Paulo: Campus. 2002.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio, ARAÚJO, Denise Martins de e VAZ, Delzuite Dantas Brito. **Querido Professor Dimas (Antônio Maria Zacarias Bezerra de Araújo e educação física maranhense: uma biografia**. Efdeportes, Revista Digital - Buenos Aires - ano 8 - N° 48 - Mayo de 2002.

VELOSO, Fabricio. **História do Futebol em Uberlândia**. (Monografia de conclusão de Curso) Uberlândia, MG: Centro Universitário do Triângulo/UNITRI. 2004.

VELTRONE, Aline Aparecida e MENDES, Enicéia Goncalves. **Descrição de propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual**. Paidéia (Ribeirão Preto) vol.21 nº.50 Ribeirão Preto Setembro/dezembro de 2011. ISSN 0103-863X. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300014>

VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera (Org.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 4-30.

WACHHOLZ, C. R.; OTT, E. **Pesquisa Documental e História Oral Temática: sua utilização na elaboração de biografia de professores e pesquisadores a área contábil no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/496.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.

NONA PARTE

ANEXOS

ANEXOS 01 – Curriculum Vitae

CURRICULUM VITAE

3238-2574

Prof. THALES DE ASSIS MARTINS

Av. ~~Cesário Alvim, 4.859~~ *Marcos Freitas*

Fone: 232-9902 *Costa 141. Apt 02*

38406-248 - UBERLÂNDIA - MG

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E PROFISSIONAIS

Foi professor de Educação Física nas seguintes escolas de Uberlândia:

- . Escola Estadual Américo Renné Gianetti
- . Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Uberlândia
- . Colégio Inconfidência
- . Colégio Kennedy
- . Colégio Anchieta
- . Colégio Nossa Senhora das Lágrimas
- . Colégio Teresa Valseé
- . Colégio São José
- . Colégio Brasil Central
- . Ginásio Cristo Rey
- . Ginásio SENAC

Em 1971 foi contratado como professor de Educação Física da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. Prática Desportiva.

Em 1974 passou a integrar a carreira de magistério do Departamento de Cultura Física da Universidade de Uberlândia.

Coordenador das disciplinas Prática Desportiva I e II da Universidade de Uberlândia de 1974 até 1980.

Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia de 1980 até 1984.

Professor das disciplinas Handebol I e Handebol II do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.

Lecionou na Universidade, basquete. Ministrou um curso de verão de vôlei, recreação, prática de ensino.

Realizou vários desfiles acompanhado de demonstração de ginástica.

PARTICIPOU da I Jornada Internacional de Educação Física, promovida pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1957;

PARTICIPOU da II Jornada Internacional de Educação Física, promovida pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1958;

PARTICIPOU da III Jornada Internacional de Educação Física, promovida pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1959;

PARTICIPOU da IV Jornada Internacional de Educação Física, promovida pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1960;

PARTICIPOU da V Jornada Internacional de Educação Física, promovida pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1962;

PARTICIPOU do I Estágio para Unidades Desportivas, promovido pela Diretoria de Esportes de Minas Gerais, em Belo Horizonte 1960;

PARTICIPOU do I Seminário de Ex-alunos da Escola de Educação Física de Minas Gerais, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1961;

PARTICIPOU do Curso de Aperfeiçoamento e Desporto, promovido pelo Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura em Belo Horizonte 1966;

PARTICIPOU do II Curso Internacional de Basquete na Escola Superior de Educação Física da Universidade de Uberlândia, em Uberlândia 1975;

PARTICIPOU do Curso de Recreação, promovido pelo Departamento de Cultura Física da Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia 1978;

PARTICIPOU do Curso de Medicina Desportiva, promovido pelo Departamento de Cultura Física da Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia 1978;

PARTICIPOU como PROFESSOR do Reencontro de Aperfeiçoamento de Educação Física e Desporto, promovido pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1967;

PARTICIPOU como PROFESSOR do Reencontro de Aperfeiçoamento de Educação Física e Desporto, promovido pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, em Belo Horizonte 1969;

PARTICIPOU como PROFESSOR do Curso de Atualização em Educação Física, promovido pela Associação de Difusão da Educação Física, em Belo Horizonte 1974; em Ituiutaba 1974; em Belo Horizonte JAN/75, JUL/75, ABR/75, FEV/75; em Santa Vitória OUT/75 e em Belo Horizonte em JAN/76;

PARTICIPOU como PROFESSOR do Curso Preparatório para Exame de Suficiência em Educação Física, promovido pela Sociedade Educacional e Divulgadora da Educação Física, em Belo Horizonte JUL/76 e em Campo Belo JUL/76;

PARTICIPOU como PROFESSOR das disciplinas Handebol e Grandes e Grandes Jogos, promovido pela Sociedade Educacional e Divulgadora da Educação Física, em Belo Horizonte JUL/76.

TÉCNICO do Uberlândia Tênis Clube de 1945 até 1964 conseguindo os seguintes títulos:

- . Campeão de Vôlei feminino dos Jogos Abertos do Interior do Brasil em Campinas SP 1945;
- . Campeão de Vôlei feminino dos Jogos Abertos do Interior do Brasil em Ribeirão Preto SP 1947;
- . Campeão de Vôlei feminino dos Jogos Abertos do Interior do Brasil em Santos SP 1948;
- . Vice-Campeão de Vôlei feminino dos Jogos do Interior do Brasil, em Rio Claro SP 1949;
- . Vice-Campeão de Vôlei feminino dos Jogos Abertos do Interior do Brasil, em Sorocaba SP 1950;
- . 5º Colocado de Vôlei feminino dos Jogos Abertos do Interior do Brasil, em Santo André SP 1951;
- . Campeão de Vôlei feminino dos Jogos Abertos do Interior do Brasil em Franca SP 1959;
- . Vice-Campeão de Vôlei feminino dos Jogos da Alta Mogiana, em Batatais SP 1950;
- . Campeão de Vôlei feminino dos Jogos da Alta Mogiana, em Uberlândia MG 1961;
- . Vice-Campeão de Vôlei masculino dos Jogos da Alta Mogiana, em Uberlândia MG 1961;
- . Campeão de Basquete masculino dos Jogos da Alta Mogiana, em Uberlândia MG 1961;
- . Vice-Campeão de Futebol de Salão dos Jogos da Alta Mogiana, em Uberlândia MG 1961;


- . Vice-Campeão de Atletismo dos Jogos da Alta Mogiana, em Uberlândia MG 1961 (hoje chamado Jogos Abertos do Interior de São Paulo);
- . Vice-Campeão de Vôlei feminino dos Jogos da Alta Mogiana, em Franca SP 1962;
- . 6º Colocado em Vôlei feminino dos Jogos da Alta Mogiana, em Batatais SP 1963;
- . Vice-Campeão de Vôlei masculino dos Jogos da Alta Mogiana, em Batatais SP 1963;
- . Campeão em Vôlei feminino dos Jogos da Alta Mogiana, em Araguari MG 1964;
- . Vice-Campeão de Vôlei masculino dos Jogos da Alta Mogiana, em Araguari MG 1964;
- . Vice-Campeão em Basquete masculino dos Jogos da Alta Mogiana, em Araguari MG 1964;
- . Campeão Regional de Vôlei feminino do Campeonato Estadual de Minas Gerais, em Uberaba MG 1951;
- . Vice-Campeão do Interior de Minas em Vôlei feminino, em Belo Horizonte MG 1951;
- . Campeão Regional de Vôlei masculino do Campeonato Mineiro, em Uberaba MG 1954;
- . Campeão do Interior Mineiro de Basquete masculino, em Belo Horizonte 1954;
- . Vice-Campeão de Basquete masculino do Campeonato Mineiro, em Belo Horizonte MG 1955;
- . Vice-Campeão Mineiro de Basquete masculino, em Uberaba MG 1956;

HOMENAGENS RECEBIDAS

- Medalha de Honra ao Mérito Augusto César/87 por serviços prestados a comunidade, pela Prefeitura Municipal de Uberlândia.
- Diploma de Cidadão Uberlandense/92 pela Prefeitura Municipal de Uberlândia.
- Cartão de Prata/84 pela Liga de Esportes Universitários.
- Cartão de Prata pela Escola Estadual de Uberlândia 1º e 2º Graus.
- Cartão de Prata/81 Educação Física 10 anos.
- Cartão de Prata/80 Américo Renné Gianetti
- Homenageado tendo seu nome o Ginásio Poliesportivo do conjunto do Gravatás - SESI Minas.
- Homenageado pela Polícia Civil, tendo seu nome a Quadra de Esportes daquela entidade.
- Cartão de Prata oferecido pelos Formandos em Educação Física de 1984.
- Homenageado como INICIADOR do Handebol pela Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Trabalhou durante 50 anos como Professor de Educação Física.

Hoje, aposentado presta serviços na Escola de Educação Física da UFU, ministrando cursos.



MINISTÉRIO DA GUERRA

(1) 10º REGIMENTO DE INFANTARIA
(Corpo ou Formação de Serviço)


RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

Nº 279285 (15)

(11) R. M. CERTIFICADO DE

(12) Certifico que o cidadão *Paulo de Assis* (1)
 e incorporado no ano de *1915* (1)
 (14) é considerado reservista de 1ª categoria.

A) Identificação

<p>Filho de <i>João Batista de Assis</i></p> <p>e de <i>Elizabeth de Assis</i></p> <p>Natural de <i>Estado Minas Gerais</i> Município <i>I. Mori</i> Cidade (lugar) <i>...</i></p> <p>Data de nascimento <i>8-1-1902</i></p> <p>Vacinado? <i>Sim</i> <i>Escr. 1915</i></p> <p>Profissões sucessivas como <i>...</i></p> <p>Outras notas <i>...</i></p>	 <p>Côr <i>Branco</i> (11)</p> <p>Cabelo <i>Cast.</i> (11)</p> <p>Olhos <i>Castanhos</i> (11)</p> <p>Altura <i>1,72</i> (11)</p> <p>Nariz <i>Retto</i> (11)</p> <p>Boca <i>pequena</i> (11)</p> <p>Sinais particulares <i>Não tem</i> (11)</p>
--	--

B) Serviço

Unidades onde serviu *...*

Tempo de serviço (incluído em *18-1-1915*) (1)

Especialidades *Padrão*

Graduação *Soldado*

..., excluído em *19-6-1915* (1)

C) Mobilização

Destino de mobilização *...*

Vai residir em *...*

Em caso de mobilização deverá apresentar-se *...*

OBSERVAÇÕES:

A) Este certificado poderá ser substituído por...

B) Em caso de mobilização o reservista não houver guarnição militar, afim de mobilização que lhe foi atribuído.

(1) Preenchido pelo corpo ou formação de serviço.

(2) Preenchido pelo reservista ao receber o certificado.

(3) Número de ordem dado pelo Estado-Maior.

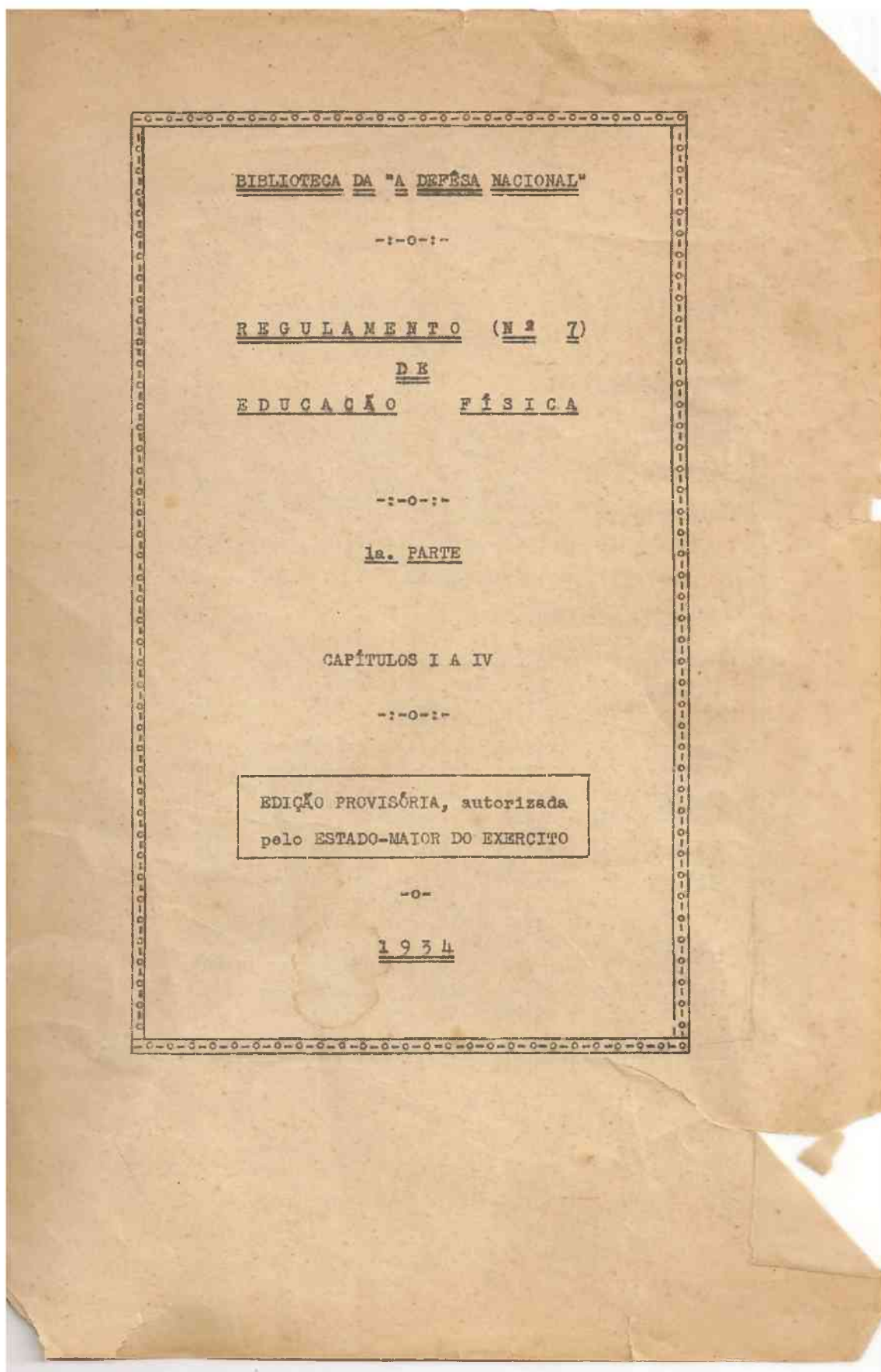
(4) Tomada na sede do corpo ou formação de serviço.

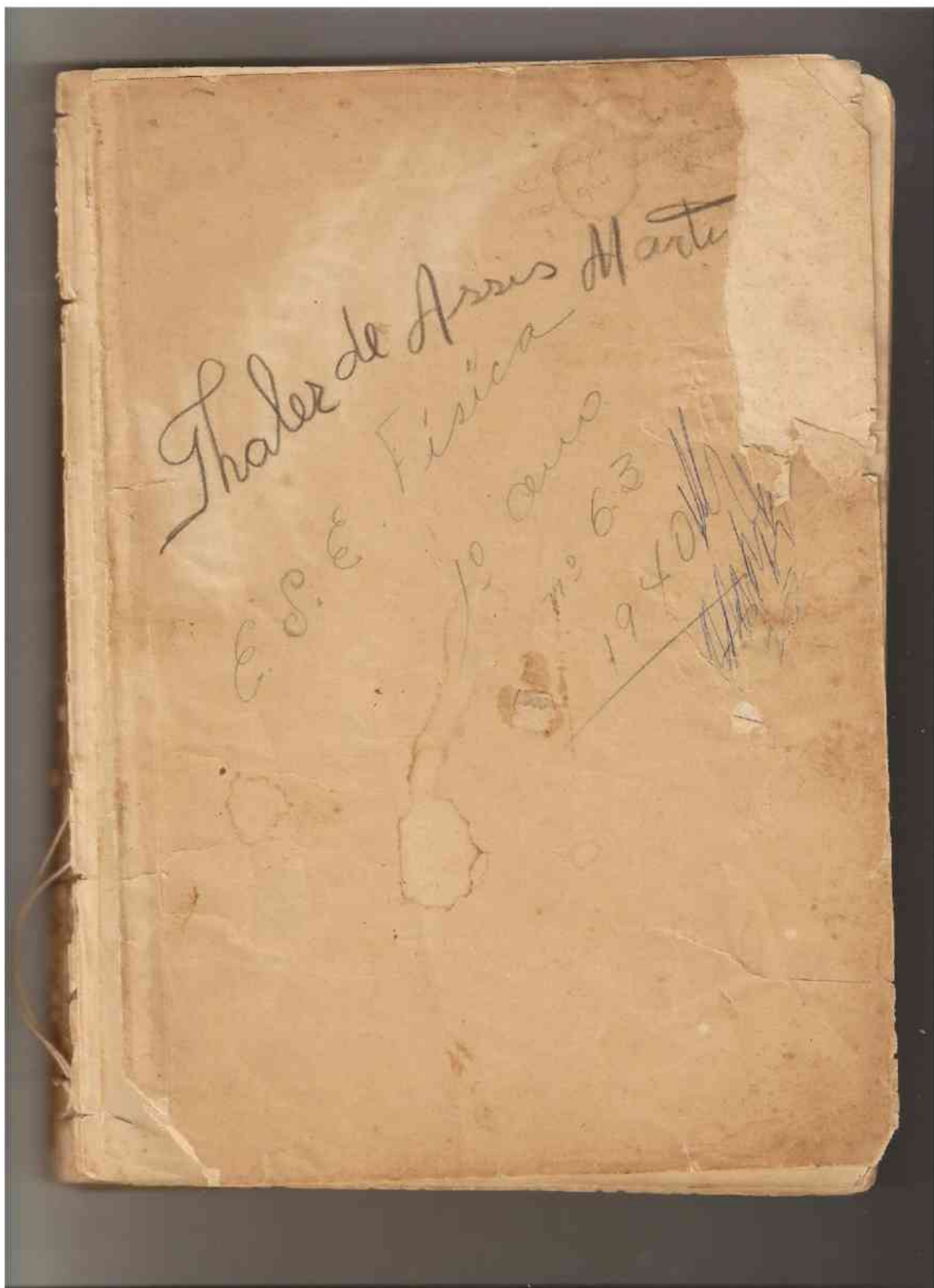
(5) Preenchido pelo agente do corpo ou formação de serviço.

(6) Preenchido pelo chefe da Seção Mobilizadora.

Paulo de Assis
 Chefe da Seção Mobilizadora nº *...*

Emitido em *...* de *1915*
 Centro de Mobilização nº *...*
 dia de mobilização *...* de *1915*





Colégio e Escola Normal Nossa Senhora das Lágrimas

UBERLÂNDIA
MINAS GERAIS

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO que o Professor Thales de Assis Martins exerceu proveitosamente o cargo de Professor de Educação Física neste Estabelecimento de Ensino, pedindo exoneração de seu cargo em 30 de novembro de 1964, nada havendo que o desabonasse no exercício de seu magistério.

Uberlândia, 8 de fevereiro de 1965

María de Lourdes Santos

María de Lourdes Santos
Diretora



Nas provas realizadas, o portador deste
Diploma obteve média final aprovado.

J. Gueiros
DIRETOR GERAL

PROFESSORES

- | | |
|------------------------------------|--|
| Agenor Santana | — da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura. |
| Alfonz Rencz | — diplomado pela Academia Real de Educação Física da Hungria. |
| Antônio Boaventura da Silva | — da Escola de Educação Física de São Paulo. |
| Augusto Listello | — do Instituto Nacional de Esportes da França. |
| Gerhard Schmidl | — da União Austríaca de Ginástica. |
| Gulomar Melrelles Becker | — da Escola de Educação Física de Minas Gerais. |
| Hans Prochownick | — da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. |
| Júlio Mazzei | — da Escola de Educação Física de São Carlos do Estado de São Paulo. |
| Mauro Soares Teixeira | — da Escola de Educação Física de São Carlos do Estado de São Paulo. |
| Zalde Maciel de Castro | — da Prefeitura do Distrito Federal. |









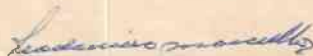


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
INSPETORIA SECCIONAL
AV. OLEGÁRIO MACIEL, 311 - 1.º ANDAR
BELO HORIZONTE

A T E S T A D O

Atesto que o professor THALES DE ASSIS MARTINS, professor de Educação Física na Cidade de Uberlândia, funcionou nos anos de 1967, 1968 e 1969, como professor do CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, promovido nos anos supra referidos por esta Inspeção Seccional, nesta capital, lecionando, com grande eficiência e dedicação, o "METODO NATURAL", de que confeccionou um polígrafo, contendo 12 aulas explicativas, com figuras de todos os movimentos descritos, alcançando 20 folhas mimeografadas, de que foi feita distribuição por esta Inspeção Seccional aos alunos do curso, por ocasião das brilhantes aulas do mencionado professor. Atesto que o rendimento pedagógico das aulas do ilustre professor foi o melhor possível, com geral agrado e aplauso, tanto da direção do Curso, quanto dos alunos do professor referido, nos três aludidos anos em que abrilhantou o curso com a sua proficiente participação pedagógica. Atesto, mais, que, no CURSO de 1967, o professor THALES DE ASSIS MARTINS deu vinte e uma (21) aulas; no CURSO de 1968 foram proferidas por êle quarenta e uma (41) aulas; e no CURSO de 1969 foram por êle dadas trinta e quatro (34) aulas, todas sobre método, diz-se, sobre método natural.

Belo Horizonte, 12 de Novembro de 1969.


THEODOMIRO MARCELLOS,

Inspetor Seccional - DEF-MEC.

MEMÓRIAS

Ficam gravadas na memória, algumas lembranças que nos detêm no tempo... O pátio do Grupo Escolar "Dr. Duarte Pimentel de Ulhoa" era terra pura, em 1959...

Entrávamos de azul e branco e saíamos da cor marrom... Mas foi lá naquele pátio, que o Professor Thales ensinou-nos a marchar; era lá que ministrava suas aulas, como se aquela terra não existisse. E era com entusiasmo, que nos levava a desfilar na Avenida, no Sete de Setembro...

Não me esquecerei da Dança dos Arcos... Ele nos ensinou a cantar e a dançar, com sucesso, aquela "Dança dos Arcos Floridos"...

Nas Gincanas da Semana da Criança, quando o ovo caía da colher durante a corrida e quando ninguém conseguia morder aquelas maçãs amarradas com cordão, era ele quem mais se divertia...

Era esportista mesmo... Desde que saía de casa, já começava a praticar esportes: vinha de bicicleta... Cruzava as mãos atrás do corpo e, muito garboso, voz rouca, olhar altivo, iniciava suas aulas...

Ao iniciar meu Curso Ginásial no Liceu de Uberlândia, lá estava o Professor Thales... O estilo das nossas aulas mudara... As peripécias eram outras. O que não mudara: **o sorriso, a dedicação, a alegria do Professor!**...

Quando o adolescente começa a aprender as coisas, acha que já sabe tudo... Conhecedor disso, o nosso Professor sempre teve excesso de zelo com aquelas atividades de saltos que, se realizadas de qualquer forma, podem resultar em acidentes. Então demonstrava os perigos, reforçava a cobertura de colchões protetores e fazia todas as recomendações possíveis e impossíveis, para que não nos machucássemos... Levou-nos para as aulas de natação no UTC... Em uma aula, em que demonstrava o salto do trampolim, algumas "das sábias adolescentes" começaram a nadar, desordenadamente, contra sua orientação e, depois de ter saltado, ele ainda conseguiu dar um impulso no corpo, para não esborrachar ninguém lá na água... Jamais o vira tão bravo, quando saiu da piscina, com o ombro contundido...

Nesse tempo, ele já era o Treinador do Marcelo, meu esposo, que eu ainda não conhecia, e de tantos outros jovens, no Futebol de Salão do UTC. É possível que ele tenha conhecido quase todos que conhecemos, antes de nós mesmos...

Ao iniciar meu Curso Normal no Colégio Estadual de Uberlândia, lá estava, novamente, o Professor Thales... Será que o dia dele era maior do que o nosso?... Naquele

Curso o estilo era outro... O que não mudara: a **disposição, o entusiasmo do Professor**. Deixamos um pouco as peripécias e passamos a aprender, na teoria e na prática, inúmeros jogos recreativos e tantas outras atividades. Seríamos Professoras e ele insistia que deveríamos estar preparadas, também, para a Educação Física das crianças. Treinou-nos, ensinou-nos tantas técnicas e as atividades eram tão agradáveis, que se tornaram inesquecíveis...

Sempre demonstrou que a falta de condições apropriadas não justifica o não fazer. Então ele improvisava e providenciava... Assim, levava-nos a fazer demonstrações em Colégios Estaduais de outras cidades, onde nós, as normalistas de uniforme "verdão", fazíamos o papel das crianças, para realizar aquelas atividades... E o Professor Thales conseguia transmitir o seu entusiasmo, pois era alegria só... Ao som do apito, cada equipe de "crianças" disputava, com garra, o primeiro lugar... Nós sentíamos, durante as aulas e naquelas demonstrações, que ele tinha orgulho do seu trabalho...

Em algum momento dessas reminiscências, a bicicleta se perdeu... Não me lembro mais dela...

Ao iniciar meu Curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é claro que o Professor Thales também estava lá... Pelo disposto em uma Lei, os alunos do Curso Noturno que exercessem atividade profissional, em jornada igual ou superior a seis horas, poderiam ser dispensados da Educação Física. Eu já enveredara pelos mesmos caminhos do Professor e, portanto, fui dispensada. Se dependesse dele, essa Lei jamais teria existido pois preferiria ver-nos "malhando", ao som retumbante do seu "Um, Dois!... Três, Quatro!..."

Como Docente da Universidade Federal de Uberlândia, tive, ainda, o privilégio de conviver com o Professor Thales, apesar de termos exercido nossas funções em Departamentos diferentes. Vez por outra, eu o via e, com muito orgulho, me referia a ele como **"o Professor de todos os tempos"**!... Não sei dizer a idade do meu Professor de Educação Física, mas posso dizer que o tempo não o atingiu, só passou por ele...

A evolução da vida profissional, acadêmica do Professor Thales, está nos paralelos da Evolução Orgânica, onde não existem regressões e sim fases de transição. Ele fez muitas transições, todas elas bem sucedidas e, como nos Processos de Evolução Orgânica, culminou suas Propostas com êxito!...

E hoje?... Hoje somos, ambos, aposentados, prontos para recomeçar algum trabalho, com a memória repleta de boas lembranças!...

Continue, Professor Thales, continue na memória das crianças que fomos e dos adultos que somos!...

Um abraço eterno...

Lucivone Paula de Oliveira Tannús

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Departamento de Educação Física
RECREAÇÃO - Professor Odilon Barbosa
Apostila do Prof. Mauro A. Guiselini (USP)

Coordenação Muscular, Esquema Corporal,
Lateralidade, Frente, Atrás, Expressão Corporal.
ETA PSICOMETRÍCIDADE DANADA!

Estou
aprendendo
Psicomtrici-
dade. Não vou
ser mais
Burrinho!



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PREPARAÇÃO

PROF: CÉLSON BARBOSA

POSTILA DO PROF: MAURO ANTONIO GUISELINI

CONTÊÚDO FÍSICA INFANTIL

Esta apostila é resultado de uma longa experiência profissional na observação, acompanhamento e prática com crianças em idade pré-escolar e escolar em pleno desenvolvimento motor e físico. Assim sendo pretendemos entregar aos Professores de Educação Física e demais pessoas envolvidas na Educação das crianças, elementos de estímulo de certas funções básicas da motricidade global e fina boa postura, do desenvolvimento físico e relaxamento tônico que constituem a base de um adequado programa de Educação Física para crianças.

Os exercícios recomendados são de caráter e prático, não necessitando para a sua aplicação equipamentos e instalações sofisticadas e dependendo do grau de experiência das crianças podem ser aplicados para crianças a partir de 3 anos de idade até a pré-adolescência.

Prof. MAURO ANTONIO GUISELINI

DADOS DO AUTOR:

Professor de Ginástica Infantil da Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo.

Professor de Ginástica Infantil da Faculdade Integradas de Educação Física e Técnicas Desportivas de Guarulhos.

Professor do Curso de Especialização em Educação Física Infantil da F.I. Educação Física de Guarulhos.

Mestrado em Educação Física na Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo.





CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 518 /92.

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE UBERLÂNDIA AO PROFESSOR THALES DE ASSIS MARTINS

A Câmara Municipal de Uberlândia APROVA e o Presidente PROMULGA a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Uberlândia ao Prof. **THALES DE ASSIS MARTINS** pelos relevantes serviços prestados na área de Educação à população uberlandense.

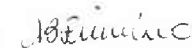
Art. 2º - A outorga do título se dará em sessão solene, em data marcada pelo homenageado, após comunicação feita pela Câmara Municipal, podendo ser realizada fora da sede.

Art. 3º - Fica autorizado o Presidente da Câmara a utilizar dos recursos previstos no orçamento do Legislativo para atender às despesas com a solenidade.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 05 de Fevereiro de 1992.


ARISTIDES DE FREITAS
Presidente


NORMY BARBOSA FIRMINO
1ª Secretária

Autor: Aristides de Freitas

/az.



**CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
MINAS GERAIS**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 494 / 04

**REVOGA DECRETO LEGISLATIVO Nº 332 /03
"INSTITUI A COMENDA ASTRO DESPORTIVO
AOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA" E INSTITUI
A COMENDA "TALES DE ASSIS MARTINS" A
SER CONCEDIDA AOS DESPORTISTAS DE
DESTAQUE EM NOSSA CIDADE.**

A Câmara Municipal de Uberlândia APROVA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Legislativo nº 332 /03 e instituída a Comenda "THALES DE ASSIS MARTINS", a ser concedida aos desportistas de destaque em nossa cidade.

Art. 2º. A homenagem ocorrerá anualmente, no mês de fevereiro.

Art. 3º. O Diploma deverá ser confeccionado, tendo ao fundo a imagem fotográfica de "THALES DE ASSIS MARTINS".

Art. 4º. Cada Vereador indicará um desportista para ser homenageado.

Art. 5º. Fica autorizada a utilização da dotação orçamentária própria.

Art. 6º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 24 de março de 2004.

ANTÔNIO CARRIJO.

Presidente da Comissão de
Legislação, Justiça e Redação.
1º Secretário e Ordenador de Despesas

CADRed

Escola atenderá 400 alunos

Alfrio Bezerra



Afrânio, Talles Martins e o prefeito entregam escola no Marta Helena

Entregue ontem pela manhã para a comunidade do bairro Martha Helena, a Escola Municipal Professor Tales de Assis Martins, que

atenderá cerca de 400 alunos do pré-escolar e alfabetização de jovens e adultos (suplência). Num breve discurso, o prefeito Paulo Ferolla, emoci-

onado, afirmou que a inauguração da escola marca mais um compromisso da atual administração.

Página 5

x local onde o aluno deverá ficar. → corrida sem conduzir material a mão
 O aro / bastão → rolamento → quicar a bola → Parar 42
 → avança um espaço a frente → quicar a bola dentro do aro. → sair
 → rolar a bola e bola

rolamento
 tambores de plástico

1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º 10º 11º 12º 13º 14º 15º 16º 17º 18º 19º 20º 21º 22º 23º 24º 25º 26º 27º 28º 29º 30º 31º 32º 33º 34º 35º 36º 37º 38º 39º 40º 41º 42º 43º 44º 45º 46º 47º 48º 49º 50º 51º 52º 53º 54º 55º 56º 57º 58º 59º 60º 61º 62º 63º 64º 65º 66º 67º 68º 69º 70º 71º 72º 73º 74º 75º 76º 77º 78º 79º 80º 81º 82º 83º 84º 85º 86º 87º 88º 89º 90º 91º 92º 93º 94º 95º 96º 97º 98º 99º 100º